



**UNILAB**

Universidade da Integração Internacional  
da Lusofonia Afro-Brasileira

**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)**

**BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PRESENCIAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II**

**P. ORIENTADORA: DRA. MARIA VILMA COELHO MOREIRA FARIA**

**MATHEUS MACIEL FARIAS**

**A NÃO PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO  
DOS MUNICÍPIOS DA MACRORREGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ,  
CEARÁ, BRASIL (2017-2020)**

**REDENÇÃO- CEARÁ- BRASIL  
2022**

MATHEUS MACIEL FARIAS

A NÃO PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DOS  
MUNICÍPIOS DA MACRORREGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ, CEARÁ,  
BRASIL (2017-2020)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração Pública, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em Administração Pública.

**ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Vilma  
Coelho Moreira Faria**

REDENÇÃO- CEARÁ- BRASIL

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Farias, Matheus Maciel.

F224n

A não profissionalização da gestão pública: um estudo dos municípios da macrorregião do Maciço de Baturité, Ceará, Brasil 2017-2020 / Matheus Maciel Farias. - Redenção, 2022.

114f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Vilma Coelho Moreira Faria.

1. Gestão Pública. 2. Maciço de Baturité. 3. Profissionalização. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 658

---

**MATHEUS MACIEL FARIAS**

**A NÃO PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO  
DOS MUNICÍPIOS DA MACRORREGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ,  
CEARÁ, BRASIL (2017-2020)**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O trabalho foi considerado aprovado, com nota 10,00.

Aprovado em: 15/02/2022

**BANCA EXAMINADORA**

**Profa. Dra. Maria Vilma Coelho Moreira Faria (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Profa. Dra. Rosalina Semedo Tavares (Avaliadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini (Avaliador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha mãe, Dona Bernadete e a Tia Mariinha, duas mulheres de garra, que sempre incentivaram meu desenvolvimento através da educação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que também é mãe e nos dá vida, além de guiar nossos passos pelos melhores caminhos.

À minha família, principalmente aos meus pais, exemplos de pessoas batalhadoras, que são capazes de mover céus e terras pelo bem de seus filhos.

Ao Lula, a Dilma, ao Partido dos Trabalhadores e todos que vieram antes de mim e lutaram por um mundo e por um Brasil mais justo, diverso e igualitário.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, por além de ser uma universidade interiorizada e internacional, está localizada na minha região e foi de fundamental importância para minha formação acadêmica e profissional, além de me proporcionar realidades e vivências que me transformaram na pessoa que sou hoje.

Ao Curso de Administração Pública e aos meus professores, especialmente meus orientadores, Dr. Roberto Xavier e Dra. Vilma Coelho que foram de extrema relevância para a execução desta pesquisa.

Aos meus e minhas colegas de curso que percorreram esta trilha de conhecimentos junto comigo, em especial a entrada 2015.3 que guardo grande admiração.

Ao Movimento Estudantil da UNILAB, que além de ser um grande professor, é pulsante, diverso e capaz de mover estruturas do poder sem medo. Em especial eu quero deixar registrado meus colegas da gestão resiliência do Centro Acadêmico de Administração Pública (CAAP), e da primeira gestão do Diretório Acadêmico Estudantil da UNILAB (DCE).

Por fim quero agradecer pessoas especiais que ficarão guardadas no meu coração para sempre, e foram de fundamental importância na minha caminhada acadêmica, em especial a Horvanda, a Laís, a Janice, o Mário, a Geysel, o Kelvin, a Ana, o Lucas, a Rayssa, o Luth, a Janiely, a Stéfani, o Rony, o Mayferson, a Flávia, a Ednara, o Gabriel, a Kassia, o Romário, o Peter, a Amanda, a Danielle, o Whalisson e demais amigos/as que eventualmente vim a esquecer.

Além de todas, todos e todos as demais pessoas que colaboraram direta ou indiretamente pela conquista desse mérito.

## RESUMO

A partir da análise histórica do Estado e da administração de seus recursos coletivos, apresenta-se a realidade do Brasil e os modelos de Gestão Pública que o perpassaram no decorrer dos anos. Posteriormente, adentra-se na organização da Máquina Pública da Macrorregião do Maciço de Baturité. Assim, a partir desta contextualização e afim de aprofundá-la, a pesquisa objetivou compreender as despesas públicas empenhadas em contratações de empresas privadas, para desempenhar atividades de profissionais formados em Administração Pública e demais áreas do Campo de Públicas, nas gestões do Maciço de Baturité entre 2017 e 2020. Para a efetivação deste estudo, de abordagem mista (quali-quantitativa), fez-se uma pesquisa exploratória/descritiva, coletando os dados, referentes aos concursos públicos realizados nos últimos 25 anos e das licitações empenhadas pelos municípios maciçanos, no período 2017 e 2020. A partir da exploração e interpretação dos dados colhidos nas licitações, realizou-se a construção de tabelas e de considerações críticas sobre as mesmas. A análise minuciosa do conteúdo e do valor de 317 licitações, revelou que os municípios operacionalizaram gastos desproporcionais com a terceirização de atividades de responsabilidade direta do executivo. Em contraste, a apreciação dos editais de concursos públicos demonstrou que não houve interesse na contratação de mão de obra com qualificação na área administrativa e formação acadêmica, para suprir as demandas da administração pública, sem a necessidade de terceirização. Neste sentido, identificou-se baixa eficiência tanto no planejamento administrativo e político, quanto na gestão do orçamento público municipal. Por fim, partindo da reflexão sobre a necessidade da profissionalização da Máquina Pública Maciçana, traz-se à tona o papel da UNILAB neste contexto, evidenciando o curso de Administração Pública como uma solução para este problema público, através da oferta de profissionais qualificados que pertencem à região. Ainda assim, coube ressaltar que, por mais que a carência de servidores qualificados no Maciço esteja sendo suprida pela UNILAB, a resolução desta problemática passa pela mudança de postura dos gestores públicos, recrutando estes profissionais egressos para os quadros da Máquina Municipal, bem como pela transformação da cultura política patrimonialista da gestão pública, e pela efetivação da participação popular nas tomadas de decisões. Afinal, cabe à população, além de eleger seus representantes, fiscalizar e aprimorar a prática da gestão pública, a fim de privilegiar a supremacia do interesse coletivo.

**Palavras Chave:** Gestão Pública. Maciço de Baturité. Municípios. Profissionalização.

## ABSTRACT

From the historical analysis of the State and the administration of its collective resources, Brazil's reality and the Public Management models that have passed through it over the years are presented. Subsequently, the organization of the Public Machine of the Macro-region of Maciço de Baturité was introduced. Thus, based on this contextualization and in order to deepen it, the research aimed to understand the public expenses committed to hiring private companies, to perform activities of professionals graduated in Public Administration and other areas of the Public Field, in the administration of Maciço de Baturité between 2017-2020. To carry out this study, of mixed approach (quali-quantitative), an exploratory/descriptive research was carried out, collecting data referring to the public competitions held in the last 25 years and the bids committed by the municipalities of Maciço de Baturité, between 2017-2020. From the exploration and interpretation of the data collected from the bids, the construction of tables and critical considerations about them was carried out. The detailed analysis of the content and the value of 317 bids revealed that the municipalities operationalized disproportionate expenses with the outsourcing of activities that are the direct responsibility of the executive. In contrast, the evaluation of the edicts for public contracting showed that there was no interest in hiring labor with administrative qualifications and academic background to supply the demands of the public administration, without the need for outsourcing. In this sense, low efficiency was identified both in administrative and political planning and in the management of the municipal public budget. Finally, starting from the reflection about the need for professionalization of the Maciço's Public Machine, the role of UNILAB in this context is brought to the surface, highlighting the course of Public Administration as a solution to this public problem, through the offer of qualified professionals who belong to the region. Even so, it should be emphasized that, even though the lack of qualified workers in Maciço is being supplied by UNILAB, the resolution of this problem requires a change in the attitude of public administrators, recruiting these professionals to the Municipal Machine, as well as the transformation of the patrimonialist political culture of public administration, and the effective participation of the population in decision-making. After all, it is up to the population, besides electing their representatives, to supervise and improve the practice of public management, in order to privilege the supremacy of the collective interest.

**Key Words:** Public Management. Maciço de Baturité. Municipalities. Professionalization.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. **Figura 1** - Divisão Territorial da Macrorregião do Maciço de Baturité

## LISTA DE TABELAS

1. **Tabela 1** – Quantitativo de Gastos em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública, nos Municípios do Maciço de Baturité, no período de 2017-2020
2. **Tabela 2** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Acarape (2017-2020)
3. **Tabela 3** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Aracoiaba (2017-2020)
4. **Tabela 4** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Aratuba (2017-2020)
5. **Tabela 5** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Barreira (2017-2020)
6. **Tabela 6** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Baturité (2017-2020)
7. **Tabela 7** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Capistrano (2017-2020)
8. **Tabela 8** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Guaramiranga (2017-2020)
9. **Tabela 9** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Itapiúna (2017-2020)
10. **Tabela 10** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Mulungu (2017-2020)
11. **Tabela 11** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Ocara (2017-2020)
12. **Tabela 12** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Pacoti (2017-2020)
13. **Tabela 13** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Palmácia (2017-2020)
14. **Tabela 14** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Redenção (2017-2020)
15. **Tabela 15** - Quantitativo Total de Egressos do Curso de Administração Pública da UNILAB (Presencial e EAD)

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

1. CF – Constituição Federal
2. CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
3. CONSUNI – Conselho Superior Universitário
4. CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
5. FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
6. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
7. ICSA – Instituto de Ciências Sociais Aplicada
8. IPECE – Instituto de Pesquisa e Estatística do Ceará
9. IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
10. LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
11. LOA – Lei Orçamentária Anual
12. LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
13. MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado
14. MEC – Ministério da Educação
15. NPM – New Public Management (Nova Gestão Pública)
16. PAIF – Programa de Atenção Integral à Família
17. PCG – Prestação de Contas do Governo
18. PDITS – Plano de Desenvolvimento Institucional de Turismo Sustentável
19. PIB – Produto Interno Bruto
20. PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
21. PPA – Plano Plurianual
22. PPC – Projeto Pedagógico do Curso
23. SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
24. TCE – Tribunal de Contas do Estado
25. TCM – Tribunal de Contas do Município
26. TCU – Tribunal de Contas da União
27. TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
28. UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	17
3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS E CONTEXTOS	18
3.1 Estado e Administração Pública, uma cronologia do tempo	19
3.2 O Estado Brasileiro e o Patrimonialismo	20
3.3 O Estado Brasileiro e Administração Burocrática	21
3.4 O Estado Brasileiro e a Nova Gestão Pública: A Reforma Gerencial	22
3.4.1. Profissionalização na Gestão Pública	26
4 MUNICÍPIOS BRASILEIROS E A GESTÃO DA MÁQUINA PÚBLICA	28
4.1 O papel dos Municípios pós redemocratização	29
4.2 As Políticas Públicas Municipais	32
5 COLETA/GERAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	34
5.1 CAMPO DE ANÁLISE: MACRORREGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ-CEARÁ	36
5.1.1 Acarape	40
5.1.2 Aracoiaba	41
5.1.3 Aratuba	43
5.1.4 Barreira	44
5.1.6 Capistrano	45
5.1.7 Guaramiranga	47
5.1.8 Itapiúna	48
5.1.9 Mulungu	49
5.1.10 Ocara	51
5.1.11 Pacoti	52
5.1.12 Palmácia	54
5.1.13 Redenção	55
5.2 TERCEIRIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MACIÇANA: RESULTADOS E PERSPECTIVAS	58
6 O MACIÇO E A SOLUÇÃO UNILAB	64
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
8 REFERÊNCIAS	74
9 ANEXO 1	77

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil, desde sua colonização, apresenta uma cultura de Estado patrimonialista de forma que o público e o privado não são distintos de forma coerente. Deste modo, o País historicamente apresenta problemas de interesses privados que se sobrepõem e tem comprometido as gestões públicas e, conseqüentemente, um aumento das desigualdades sociais é exposto como ponto preocupante do país e da sociedade brasileira há mais de 500 anos.

Este cenário de incompatibilidade com os princípios básicos da Administração Pública, advém com o início da colonização portuguesa em terras brasileiras, e a transferência do modelo patrimonialista estabelecido pela monarquia absolutista de Portugal. Está indistinção do que é público e do que é privado, traz à tona realidades como desvios da fé pública, corrupção, nepotismo, clientelismo, fisiologismo, desvios de verbas entre outros. Sérgio Buarque de Holanda nos apresenta uma síntese bem aprofundada do que aconteceu e acontece no país, quando os responsáveis pela administração pública confundem seu caráter político público e incorporam-no a sua dinâmica pessoal privada, a fim de beneficiar a si ou a terceiros. De acordo com o autor,

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal (HOLANDA, 2014).

Observa-se também que tal circunstância perpassa pelo período imperial (1822-1889), e em tese findando-se com a velha república em 1930, com o início do primeiro governo de Getúlio Vargas, que pôs fim parcial a confusão entre o público e o privado, evoluindo para o regime burocrático. Apesar de seu novo regime, o país apresenta profundas características do legado do poder privado, como o “jeitinho brasileiro”, o clientelismo e o uso do serviço público como propriedade privada, dando margem aos atos de corrompimento e/ou desvios na administração da coisa pública, *res publica*, em virtude de obtenção de vantagem indevida a si mesmo ou a outra pessoa.

Em abril de 1964 um Golpe intermediado pelas Forças Armadas do Brasil, proporcionou uma ruptura do Estado Democrático de Direito, deu-se início a uma Ditadura que perdurou por mais de duas décadas, na qual Carvalho (2002) afirma que a visão do poder executivo como dispensador de benefícios sociais ficou gravado na experiência de uma geração inteira de trabalhadores. Com o fim da ditadura em 1988,

deu-se início a formulação de uma nova Constituição Federal Democrática, constituindo o Estado em Governo Federal, Distrito Federal, Estados e Municípios, tendo como dever para com seu povo, assegurar o exercício dos direitos individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade, a justiça e também tem o dever de garantir direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Com a democracia engatinhando no final do séc. XX, verificou-se que o sistema burocrático de administração pública brasileira não garantia a qualidade, a rapidez e nem o custo baixo para os serviços prestados aos cidadãos, o reconhecimento de que a administração burocrática não mais correspondia às demandas que a sociedade civil apresentava aos governos, impulsionou então a busca por um novo modelo de administração (ALMEIDA, 2016).

Uma tentativa de reconstrução do Estado, foi proposta na Reforma Administrativa Gerencial em 1995 pelo então Ministro da Administração Federal Bresser Pereira, com a proposta de modernizar e profissionalizar a gestão pública do país, a fim de garantir os direitos básicos da população. Segundo Oliveira e Fadul.

Em 1995 tem início uma nova tentativa de reconstrução do Estado, com redefinição de suas funções na expectativa de estabelecer as bases para um Estado regulador e promotor do desenvolvimento do país mediante a implantação de modelos organizacionais e a introdução de uma cultura gerencial, ambos associados a mecanismos que privilegiam valores como transparência, participação e controle social. (OLIVEIRA e FADUL, 2006)

Atualmente, observa-se que na gestão municipal, a profissionalização da administração pública ainda tem encontrado barreiras que dificultam sua ação e planejamentos. Políticas públicas de capacitação e formação de profissionais qualificados quase não são encontradas, há de haver uma preocupação nesse contexto, já que muitos municípios se veem na obrigação de mudar suas culturas assistencialistas para enfrentar suas dificuldades. Como afirmam os autores Brasil, Xavier e Tavares (2015).

A Administração Pública municipal caracteriza-se como a gestão dos recursos públicos financeiros mediante a estrutura administrativa existente, visando ao desenvolvimento, manutenção e ampliação das atividades governamentais, pela realização dos serviços públicos em prol da coletividade local, presumindo-se a adoção de ações envolvendo planejamento. Nesse caso, a Administração Pública deve atuar como elo de comunicação e sintonia entre governo e sociedade, com vistas sempre ao bem comum em coletividade.

Nascer no contexto de uma família do interior do maciço do Baturité, numa casa sem energia elétrica, sem água encanada e sem saneamento básico, com pais agricultores que tiveram acesso reduzido a uma educação já precarizada, sempre demandou do pesquisador, a utilização dos serviços públicos municipais, pois são eles que conseguem penetrar as camadas mais subalternizadas da sociedade.

Com o decorrer de minhas vivências em condições precarizadas, fui mais uma vítima da interferência direta de famílias, e grupos da elite municipal, que comandam a cena política da cidade de geração em geração. Agora, enquanto pesquisador e estudante de Administração Pública termos como patrimonialismo, clientelismo, fisiologismo e nepotismo me serviram para pensar que determinados abusos sempre foram normalizadas na política local, e coisas como por exemplo: uma isenção de impostos para o supermercado do pai do prefeito, ou a rua do secretário de obras ser a única a receber calçamento de um bairro inteiro, era tido como natural, como tantos outros abusos e descasos com o dinheiro e o serviço público.

Um retrato da Macrorregião do Maciço de Baturité pode ser observado com alguns dados, na qual segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) e o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará (IPECE, 2011), a população regional no ano de 2010 no Maciço de Baturité era de 230.523 habitantes, representando 2,72% da população estadual. A região conta com a maioria da sua população rural, cerca de 53,45%, já no quesito de renda familiar por domicílio, foi constatado que 87,2% da população vive com renda igual ou inferior a 1 salário mínimo e meio. Em relação ao abastecimento de água, aproximadamente de 11,41% dos domicílios do Maciço não possuem água encanada, por outro lado, 67,29% da população vive ainda sem sistema de saneamento básico. Já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), foi de 0,616 no ano 2010, classificando-o como médio nível de desenvolvimento, enquanto o IDH do estado é de 0,699, conforme o IPECE, e o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD).

Além de todos os problemas que afetam diretamente a vida da população do Maciço de Baturité, será demonstrado no decorrer da pesquisa que os gestores municipais e demais tomadores de decisão da região, continuam tendo gastos na casa dos milhões de reais, com a contratação de empresas privadas para realizar e operacionalizar funções que deveriam ser desenvolvidas por gestores públicos, e os próprios servidores e profissionais das prefeituras.

O propósito deste estudo, enquanto graduando do Curso de Administração Pública da UNILAB, foi pensado com base no interesse pessoal para além da titulação profissional, e no desejo de acompanhar, fiscalizar e propor melhorias para o bom funcionamento do serviço público local, tendo um caráter científico de observação e análise das práticas de governança, e tomadas de decisão dos gestores da Macrorregião do Maciço de Baturité. Faz-se relevante situar a pandemia ocasionada pelo vírus da Covid 19, que desde março de 2020 assola o mundo inteiro, no qual fica nítido que não há chances para amadorismo na gestão pública, pois as ações de nossos governantes têm impacto direto na vida da população.

A temática deste estudo não foi escolhida aleatoriamente, pois é de suma importância, que a Administração da Máquina Pública prima pela eficiência e eficácia dos serviços oferecidos, com profissionais capacitados, aptos em responder às demandas sociais de interesse público, pois segundo França, Silva e Peres (2020) não há espaço para processos decisórios baseados em intuições. “Eu acho que” é o oposto do que um dirigente público qualificado deveria declarar.

Esta pesquisa torna-se relevante para pesquisadores da gestão pública e para todo o Campo de Públicas regional, principalmente para os profissionais egressos dos cursos de Administração Pública presencial e a distância da UNILAB, que residem no território, e deveriam atuar preferencialmente nas gestões municipais da região, a fim de propor soluções de problemas de interesse público, em prol do desenvolvimento regional do Maciço. Faz-se necessário também, colaborar com as gestões públicas locais para que organizem seus gastos e implementem os ajustes necessários, para que a população local possa visualizar de forma adequada, seus investimentos em impostos, retornando por meio de serviços públicos amplos, gratuitos e de qualidade.

Em consonância com a argumentação acima, faz-se necessário compreender as despesas públicas empenhadas em contratações de empresas privadas, para desempenhar funções de profissionais formados em Administração Pública e demais áreas do Campo de Públicas, nas gestões da Macrorregião do Maciço de Baturité, entre 2017 e 2020. Além de sugerir como os gestores municipais da região podem minimizar os gastos públicos, caso invistam na profissionalização da Gestão Pública. Por conseguinte, fica relevante demonstrar os principais desafios para a profissionalização da gestão pública da região, e apresentar as habilidades e competências formativas do curso de Administração Pública da UNILAB como alternativa para esses gestores no processo de tomada de decisão.



## 2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O presente estudo, define-se como uma pesquisa de abordagem mista (quali-quantitativa), utilizando técnicas de análise de dados que perpassam a investigação do conteúdo de documentos legais que regem a administração pública, de licitações, de editais de concursos públicos e demais dados socioeconômicos dos municípios. Outra técnica utilizada foi a estatística descritiva, para a sistematização em tabelas, de dados referentes aos gastos dos municípios do Maciço de Baturité com a terceirização de serviços públicos.

A partir disso, investigou-se a relação da tomada de decisões dos gestores com a profissionalização da gestão pública, traduzindo-se na utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa, “viabilizando recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente”, como afirma Hartmut Günther (2006). Quanto à natureza, o estudo configura-se como uma pesquisa aplicada, seguindo a definição de Thiollent (2009):

A pesquisa aplicada concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais. Ela está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções. Responde a uma demanda formulada por “clientes, atores sociais ou instituições.

Diante disso, utiliza-se o procedimento técnico de Estudo de Caso, pois como afirma Yin (2010) o “estudo de caso permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos reais da vida real”, ou seja, através deste método podemos identificar causas que estão influenciando gestores a optar em ter mais gastos, do que investir na profissionalização de seu próprio corpo técnico.

Por conseguinte, faz-se uma pesquisa exploratória/descritiva, coletando os dados, referentes aos concursos públicos realizados nos últimos 25 anos e das licitações empenhadas pelos municípios maciçanos entre 2017 e 2020, nos sítios eletrônicos de cada prefeitura e no site do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. A partir da exploração e interpretação destes dados, realizou-se a construção de tabelas e de considerações críticas sobre os mesmos, para auxiliar no entendimento dos gestores e da sociedade, e entender como os governos locais vem empenhando, no decorrer dos anos, recursos com a contratação de empresas privadas para operacionalizar a máquina pública.

Posteriormente, apresenta-se a profissionalização e a inovação da gestão pública como alternativas viáveis para um desenvolvimento sustentável de serviços públicos eficientes e de baixo custo. Além de contextualizar o Maciço e as potencialidades que a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e seus cursos tem a oferecer nesse território.

Assim, a pesquisa está dividida em 4 pontos fundamentais: a) análise histórica sobre o papel do Estado e da Administração Pública perante a sociedade, além de apresentar o conceito de profissionalização no setor público; b) contextualização das responsabilidades constitucionais e legais dos municípios, bem como das despesas municipais e políticas públicas; c) sistematização e interpretação dos dados coletados, a partir de licitações, concursos públicos e informações socioeconômicas e populacionais, de cada município do Maciço; d) demonstração do papel da UNILAB na profissionalização da gestão pública no Maciço, evidenciando o curso de Administração Pública como uma solução para este contexto, onde há necessidade de qualificação dos servidores efetivos municipais.

### **3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS E CONTEXTOS**

Para uma melhor compreensão do objeto desta pesquisa, apresenta-se neste capítulo, um breve apanhado histórico acerca da relação da sociedade com a administração de seus recursos e sobre o estabelecimento do Estado-Nação e da Democracia Representativa. Assim, procurou-se expor o papel do Estado perante a sociedade e entender melhor o desenvolvimento da Administração Pública no decorrer da História.

Ademais, este capítulo traz uma análise da Administração Pública brasileira, pontuando os modelos que a perpassam historicamente: o modelo patrimonialista, o modelo burocrático e o modelo gerencialista. Além disso, comenta-se também sobre a profissionalização da gestão pública junto ao modelo gerencialista. Estes tópicos são de fundamental importância para a compreensão da realidade da gestão pública do País e o papel do Estado perante às demandas sociais; bem como para conseguir compreender como a máquina pública se desenvolveu com o passar do tempo e poder fundamentar uma visão crítica da atualidade.

### 3.1 Estado e Administração Pública, uma cronologia do tempo

Antes de tudo, é importante resgatar, o que representa a Administração Pública e o dever do Estado numa abordagem histórica. Para Fernandes (2013) no Egito ptolomaico (305a.c.-50a.c.) era possível identificar um sistema econômico que necessitava de um trabalho de administração sistêmico e organizado. Já para Bresser (2005) o conceito de Gestão Pública, é o resultado do processo de fertilização cruzada através do qual, desde que os gregos e romanos estabeleceram suas repúblicas, outros países importaram e adaptaram instituições. Na Velha China de 500 a.c. os trabalhos de Mencius (ch. Meng-tzu), necessitavam de um sistema organizado de governo para o Império, Fernandes (2013). Quando adentramos na era medieval, nota-se que o Estado era gerido pelas monarquias absolutistas em consonância com a Igreja Católica, em que dentro de cada sociedade, os regimes políticos se alteraram, muitas vezes numa espécie de ciclo, de formas mais autoritárias para formas menos autoritárias de governo, porém sempre permanecendo autoritários, Bresser (2005).

Quando o moderno estado-nação emergiu a partir dos antigos impérios e do sistema feudal, ele foi o fruto tanto de uma crescente divisão do trabalho como da ascensão do capitalismo, Bresser (2005), é de fundamental importância ressaltar o surgimento do capitalismo como marco significativo do desenvolvimento da ideia de Administração Pública. Em um segundo momento, o capitalismo conjuntamente com a democracia, provaram ser capazes de gerar seu próprio aperfeiçoamento contínuo, ou seja, de promover o desenvolvimento político e econômico auto-sustentado, Bresser (2005).

O debate sobre a concepção da Administração Pública nos leva, e já levou sociedades inteiras, a discutir qual o papel do Estado para com o seu povo e a soberania de seu território. O fato é que ela vem se desenvolvendo e se transformando através do tempo, principalmente quando passa por uma transição histórica de Estado autoritário para democrático, assegurando assim concepções e direitos jamais conquistados por seus cidadãos, Bresser (2005) descreve essa transição em quatro fases.

No século XVIII, a revolução liberal definiu os direitos civis; no início do século XX, uma revolução democrática afirmou os direitos políticos; na primeira parte do século XX, uma revolução social incluiu os direitos sociais entre os direitos da cidadania; e, nos últimos vinte e cinco anos do século, uma revolução republicana começou a definir e fazer valer os direitos republicanos, enquanto a participação política dos cidadãos, seja individualmente seja organizados em sociedade civil, deu conteúdo a um novo republicanismo. (BRESSER PEREIRA, 2005).

Michael Mann apud Bresser distingue duas formas de poder do estado: ‘poder despótico’ – ‘a faixa de ações do estado que o estado (a elite) tem o poder de realizar sem uma negociação rotineira e institucionalizada com grupos da sociedade civil...’ e ‘poder infra-estrutural’ – ‘a capacidade do estado de efetivamente penetrar na sociedade civil e implementar logisticamente decisões políticas em toda essa esfera’ (Mann 1985, apud Bresser 2005). Num processo histórico frenético, a relação do Estado com a sociedade e agora com o mercado, passou por grandes revoluções desde o avanço das práticas de navegação, as revoluções industriais, perpassando a criação da energia a vapor, a invenção do motor a combustão e a massificação da energia elétrica, não podendo deixar de citar também a revolução das comunicações, com a internet e a informática. Nesse processo histórico, “o relacionamento do estado com o mercado se transformou a cada revolução, dando origem, respectivamente, ao estado absoluto, liberal, social-democrático e social-liberal”, segundo Bresser (2005).

### **3.2 O Estado Brasileiro e o Patrimonialismo**

A Administração Pública brasileira, começa a tomar formato antes mesmo da fuga da família real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, como afirma Bresser (2005), o estado brasileiro começa, em termos políticos, como absoluto; em termos econômicos, como mercantilista; e em termos administrativos, como patrimonial. Especificamente, Sandroni apud Fernandes (2013).

A administração patrimonialista é o modelo usado nas monarquias absolutas, onde o patrimônio do rei se confundia com o patrimônio “público” ou em outras palavras "sistema de dominação política ou de autoridade tradicional em que a riqueza, os bens sociais, cargos e direitos são distribuídos como patrimônios pessoais de um chefe ou de um governante" (SANDRONI, 1987,apud Fernandes, 2013).

No início do séc. XVI quando as potências europeias estão no auge das navegações e expansões territoriais para fora do “velho mundo”, para extrair pau brasil e defender seus novos territórios dos franceses e holandeses, que rodeavam as rotas marítimas naquela época, Portugal inicia um processo de colonização 30 anos depois de pisar em solo brasileiro. Para tentar administrar o vasto território da nova colônia, o Rei de Portugal Dom João VI, decidiu dividir a região em pedaços de terra, denominadas capitanias hereditárias, que para Faoro (2001), seria uma espécie de “estabelecimento militar e econômico, voltado para a defesa externa e para o incremento de atividades capazes de estimular o comércio português”. Já “a estrutura

patrimonial portuguesa — em que o reino é a mina do soberano — soma-se o sistema colonial, apêndice de terras e bens a colher com pressa, para a riqueza rápida e a opulência da metrópole”, Faoro (2001).

Segundo Faoro (2001), nada mais enganador, a colonização foi obra do Estado, como as capitânicas representaram delegação pública de poderes, sem exclusão da realeza. As capitânicas eram confiadas a pessoas e amigos da coroa escolhidos diretamente pelo conselho do rei, ao mesmo tempo que essas pessoas ganhavam títulos e outras regalias, recebiam ainda partes no lucro das produções, como afirma Fernandes (2013).

Já era possível encontrar no Brasil Colônia uma espécie de estruturação público-administrativa, onde a responsabilidade de zelar pelo patrimônio da Coroa Portuguesa no caso o território brasileiro, foi dividida entre alguns governantes que receberam para si uma parte da subdivisão realizada no território.

Com o passar dos anos, a colônia brasileira começa a ter outras práticas econômicas como a cana de açúcar, o ouro e o café como exemplos principais, ambos conquistados majoritariamente com a mão de obra escrava, e sistemas feudais que se comparavam aos da Europa nos séculos anteriores. A partir daí temos a sociedade e suas classes sociais começando a ser definidas pelo poderio econômico da realeza, como afirma Bresser (2005).

A burocracia patrimonial, cuja renda era oriunda dos impostos coletados pelo estado central, acumulou poder e privilégios. Reproduzindo o que já havia ocorrido em Portugal, parte da aristocracia francesa, que vivia de rendimentos e de outras rendas oriundas da propriedade da terra, assumiu cargos na administração real, tornando-se assim também dependente das receitas do estado.

Vale ressaltar que nesse instante, “o poder e as tomadas de decisões da colônia, estavam limitados aos escolhidos do rei, onde um trânsito entre os estados, em estratificação ascendente: da riqueza à nobreza e da nobreza ao poder político”, Faoro (2001). No século XIX, com a chegada da família real portuguesa, o poder político acaba se centralizando mais ainda, instaurando a capital Rio de Janeiro como local central do poderio monarca na colônia. Para Faoro (2001).

Fazenda, Guerra e justiça eram as funções dos reis, no século XVI, funções que se expandem e se enleiam no controle e aproveitamento da vida econômica. Já na colônia, uma constelação de cargos, já separada da administração pública da casa real, realiza as tarefas públicas, com as nomeações e delegações de autoridade.

Nesse contexto, faz-se entender nitidamente como os cargos da Administração Pública nesse país, sempre foram delimitados aos ricos e aos poderosos ligados

diretamente ao poder. “No estado absoluto, os funcionários governamentais eram essencialmente burocráticos. Somente com o estado liberal surgiria a figura do moderno político profissional, legitimado pelas eleições”, Bresser (2005).

Com a independência do Brasil, perante o reino português, a administração da então máquina pública continua com os mesmos moldes, sendo o Estado governado pelo rei D. Pedro I, posteriormente por seu filho D. Pedro II, situação que muda por um golpe das forças armadas, proclamando então a República do Brasil em 15 de novembro de 1889. Segundo Fernandes apud Costin (2013).

A Proclamação da República trouxe modificações a máquina administrativa, embora tenha preservado o mesmo modelo de administração patrimonialista, marcada pela troca de cargos e favores e lealdade política. Ainda no governo provisório, foi decretado o federalismo e houve a transformação das antigas províncias em “estados” de uma federação. Além disso, separou-se o Estado da Igreja com o fim do padroado e a instituição do casamento e do registro civil.

Com o fim do reinado, o patrimonialismo entalhado na Administração Pública brasileira, ainda se mantém firme e forte no decorrer das décadas do final do séc XIX e início do séc. XX, com a política dos governadores, depois com a política café com leite. Para Bresser (2005), nesse tipo de administração, “o Estado era entendido como propriedades do rei, do poder político, de oligarquias, da pequena Elite”, em outras palavras, era um sistema de dominação política ou de autoridade tradicional em que a riqueza, os bens sociais, cargos e direitos são distribuídos como patrimônios pessoais de um chefe ou de uma classe governante.

### **3.3 O Estado Brasileiro e Administração Burocrática**

Não tão diferente do Brasil Colônia, o Brasil Republicano continua ainda com o mesmo modelo de dominação aristocrático e patrimonialista, “marcado pelo predomínio da corrupção, do nepotismo e da ineficiência na gestão estatal, em uma economia com baixo grau de competitividade e concentração da função pública em uma sociedade ainda eminentemente aristocrática”, Moura (2016). Nas Instituições Administrativas, a gestão do Estado ainda era constituída de funcionários indicados por critérios meramente pessoais, e o dever de administrar era direcionado para interesses privados e não aos interesses da coletividade.

Em 1937, marcado por mais um golpe de Estado, Getúlio Vargas assume o governo e instaura o Estado Novo, regime autoritário que dura até 1946. No Estado Novo, Getúlio constituiu políticas desenvolvimentistas baseadas no pleno capitalismo

norte-americano e europeu, que dominava o cenário mundial naquele momento com a ascensão da 2ª revolução industrial, para isso precisaria de um Estado capaz de suprir as necessidades de um país em pleno crescimento industrial.

Para Fernandes apud Costin (2016).

No período varguista, a Administração Pública experimentou uma profunda reestruturação. Centrada na crítica à política dos governantes e às práticas dos coronéis com seus currais eleitorais, a proposta de Vargas, vitoriosa com a Revolução de 1930, teve de inaugurar um novo modelo de administração.

Este regime também marca o nascimento de uma nova perspectiva de gerir a máquina pública brasileira, baseada na burocracia. A Administração Pública Burocrática foi primeiramente defendida por Max Weber (1864-1920). Moura (2016) destaca que “Vargas manteve sua preocupação com as questões do funcionalismo e na realização de reformas que buscavam trazer maior economia e eficiência no serviço público e profissionalização e impessoalidade na função administrativa”. Para Bresser Pereira (1996):

A tentativa de adoção do modelo burocrático na década de 1930 e 40, buscando-se um processo de racionalização da atividade administrativa, não foi capaz de superar o patrimonialismo contra o qual a Administração Pública burocrática se instalara, que embora em processo de transformação, mantinha ainda sua própria força no quadro político brasileiro. O coronelismo dava lugar ao clientelismo e ao fisiologismo.

Com dificuldades estruturais, o poderio que dominava o setor público, criou mecanismos de manipulação de clientelas eleitorais, destinadas a perpetuar privilégios da elite burguesa e política do país. As reformas administrativas de Vargas não partiram da realidade político-social do Estado Brasileiro, mas “realizou-se o mero transplante de teorias em um esforço de equacionar os problemas da Administração Brasileira, sem considerar os traços de patrimonialismo e autoritarismo das estruturas”, Moura (2016).

Mesmos demonstrando avanços com a meritocracia para os agentes, controle dos processos e o formalismo, a tentativa de implementação de modelos de sistemas administrativos baseadas no burocrático-racional de Weber, Getúlio não obteve o resultado desejado, que de certa forma perpassa em “ultrapassar as mazelas patrimonialista e autoritária da Administração Pública, implicando meramente na criação de um Estado administrativo, que buscava a modernização e a adoção de uma técnica racional-legal”, Moura (2016).

Com o suicídio de Getúlio em 1954 e o fim do Estado Novo, o Brasil volta a um sistema democrático já fragmentado e afogado em crise. Anos depois, em 1964, as Forças Armadas imputam outro golpe de Estado, destituindo o presidente João Goulart e fechando o congresso, tomando para si o poder político e administrativo por 21 anos.

O mundo naquele momento passava por constantes mudanças com a globalização e a ascensão do capitalismo, para Campelo (2010), “às nações tiveram de se mobilizar para recuperar suas economias e modernizar indústrias a fim de alcançar um novo patamar de bem estar social”.

Em 1967, o Governo Militar do presidente Costa e Silva consolidou o Decreto Lei Nº 200/67, tida como uma das reformas administrativas no país, tentou desburocratizar o Estado, e descentralizar suas tomadas de decisões por meio da criação de novas empresas estatais, desta forma tornar a gestão mais ágil e especializada. Como afirma Campelo (2010).

Com o Decreto-Lei nº 200/67, que realizou a Reforma Administrativa no Regime militar, iniciado em 1964 com o objetivo específico de descentralizar a administração pública, enfatizando a figura da criação de entes estatais, como as autarquias, fundações e empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista), descentralizando o poder central e assim enaltecendo a chamada administração indireta.

Tal reforma seguia concepções da administração burocrática, para Fernandes (2013), “era basicamente uma releitura das demais propostas de reforma que foram feitas no período democrático”, onde buscou-se formas de controle mais efetivas, que responsabilizassem seus agentes públicos.

### **3.4 O Estado Brasileiro e a Nova Gestão Pública: A Reforma Gerencial**

A concepção de Estado pós segunda guerra mundial agregou demandas antigas da sociedade como direitos básicos à saúde, educação, segurança do trabalhador, entre outras, mas nenhuma foi tão importante quanto o sufrágio universal que deu condições mais reais à sociedade de participar da política e influenciar a tomada de decisões na Administração Pública. Tal aumento no interesse pela política, fez com que a sociedade começasse a exercer suas funções de cidadania, demandando serviços sociais e políticas públicas que o Estado Liberal Burocrático não estava acostumado a lidar, nas décadas anteriores. Segundo Bresser (2005), essas novas necessidades apresentadas pelo povo “levam o estado a assumir funções novas na proteção do trabalho e do trabalhador e, portanto, a se transformar no Estado Social”.

Enquanto isso no Brasil, com o fim da Ditadura Militar em 1985 e o advento de uma nova constituição em 1988, representava para a Administração Pública uma tentativa de se alinhar às expectativas dadas ao Brasil pelo resto do mundo. Infelizmente a realidade vivida pelo país na época foi outra, como afirma Campelo (2010), “esse



período, embora representasse uma grande vitória democrática, entretanto, foi marcado por uma paralisação das ações de gestão”.

Várias crises rondavam a história do país naquele momento, junto a crise de legitimidade levada a cabo pela quebra institucional da ditadura militar, em 1979 uma nova crise se desencadeou com a segunda quebra do petróleo, surgiu no país uma hiperinflação que derrubou as projeções futuras do PIB e desestabilizou o bolso dos cidadãos até 1994. Com a pressão popular aumentando pelo fim da ditadura e pela volta dos direitos civis plenos, o governo militar cede em 1985, convocando enfim, eleições democráticas para a presidência da república. Não tão distante disso, uma nova adversidade espreitava o jogo democrático, agora uma crise moral que culminaria na eleição do então Presidente Collor de Mello em 1989, logo após proporcionando uma tentativa falha de controlar a hiperinflação, por meio do confisco das poupanças de milhões de brasileiros à época, tal confisco resultou na abertura de processo de Impeachment em outubro de 1992, dois meses depois Collor renunciou e assumiu seu Vice Itamar Franco, que dentro de dois anos idealizou o 13º plano econômico do país com a formulação de uma nova moeda, o real.

Enquanto isso nas décadas de 1970 e 1980, no restante do mundo a concepção de Estado passa por modificações e segundo Bresser (2005), “uma onda ideológica liberal radical - o neoliberalismo, ganha força[...] e busca mudar a natureza do Estado enquanto instituição constitucional-legal”, tal radicalismo veio como uma espécie de reação ao Estado Social do século XX e fora traduzido na reforma gerencial, com a adoção da Nova Gestão Pública ou New Public Management (NPM), em que de acordo com Motta (2013), “apresenta-se com o objetivo primordial de fazer a Administração Pública operar como uma empresa privada e, assim, adquirir eficiência, reduzir custos e obter maior eficácia na prestação de serviços”. Bresser (2005) consegue apontar a realidade do país naquele momento.

A Reforma Gerencial surgiu nos anos 1980 como uma resposta ao Estado Social [...]. Com o grande aumento do tamanho do estado, foi se tornando clara a ineficiência da administração pública burocrática. Abria-se o caminho para a Reforma Gerencial, que afinal ganha impulso a partir dos anos 1980 na Grã-Bretanha, e, logo depois, nos anos 1990, no Brasil.

Com a eleição do sociólogo Fernando Henrique Cardoso e sua posse em 1995, é instituído o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), e toma a frente o então Ministro José Carlos Bresser Pereira, que em suas primeiras ações lança o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Fundamentado na descentralização,

responsabilidade fiscal, transparência, honestidade e eficiência, este plano trazia consigo a Emenda Constitucional Nº 5/95 que ficou conhecida como a reforma gerencial da administração pública, que segundo Bresser (1996).

A partir de 1995, com o Governo Fernando Henrique, surge uma nova oportunidade para a reforma do Estado em geral, e, em particular, do aparelho do Estado e do seu pessoal. Esta reforma terá como objetivos, a curto prazo, facilitar o ajuste fiscal, particularmente nos Estados e municípios, onde existe um claro problema de excesso de quadros e, a médio prazo, tornar mais eficiente e moderna a administração pública, voltando-a para o atendimento dos cidadãos.

O ajuste fiscal relatado acima consistia basicamente no enxugamento do quadro de funcionários públicos em excesso de Estados e Municípios, a redefinição de teto salarial para os servidores federais e uma reforma previdenciária que tornava o valor da remuneração proporcional a contribuição, instaurando uma idade mínima, aumentando o tempo de trabalho e exigindo tempo mínimo de exercício no serviço público.

Quando o tema foi eficiência, a reforma gerencial foi balizada na profissionalização, na modernização e na inovação da Administração Pública Burocrática, como a introdução do gerencialismo na prestação de serviços ao Estado, distinguindo as atividades exclusivas que compreendem poder de Estado, e as funções não exclusivas que deveriam ser executadas por organizações públicas não estatais. Instituiu em âmbito nacional a adoção do Planejamento Estratégico de médio e longo prazo, adoção das novas TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação), da gestão por resultados e da pactuação de metas entre governo e sociedade civil, Ortiz e Medeiros (2017).

Ambas as tentativas de reformular a Administração Pública brasileira vieram no intuito de romper com o patrimonialismo e o clientelismo coloniais, intrínsecos nas classes dominantes, ou como Faoro usa em sua obra os “donos do poder” corrompem o poder político, que até hoje segue dominado por grandes empresários e grandes latifundiários do país. O rompimento desses paradigmas urge para uma sociedade que sofre com desigualdades sociais estruturais, causados por mais de 300 anos de escravidão, opressão e silenciamento. Para isso precisamos contar com um Estado que trate seu povo com dignidade e bons serviços públicos ofertados de maneira democrática, acessível e gratuita, assim como dita a Constituição Federal de 1988.

#### **3.4.1. Profissionalização na Gestão Pública**

Com a reforma gerencial na década de 90, o termo profissionalização, combinados com modernização e inovação, começam a ganhar proporções mais robustas dentro do Estado Brasileiro, e assim tentam ditar uma transformação na maneira como se administra a máquina pública. É salutar que esse sistema administrativo arcaico, possui fundamentos históricos e culturais calcados no legado colonial de organização e funcionamento do Estado, que impôs fortes traços cartoriais, patrimonialistas e clientelistas ao serviço público nacional, Coelho (2007).

Na ciência da Gestão Pública, todas as tomadas de decisões devem ser sustentadas com base em evidências. Tendo como alicerce um sistema de decisão que envolva planejamento, organização, direção, controle e coordenação, a fim de buscar o adequado uso dos recursos (financeiro, material, humano...), para se atingir determinado objetivo de interesse coletivo. Fica óbvio que não há espaço para amadorismo na gestão pública. Não há espaço para processos decisórios baseados em intuições. “Eu acho que” é o oposto do que um dirigente público qualificado deveria declarar, França, Silva e Peres (2020).

Com uma sociedade em constante transformação no decorrer dos séculos, e suas demandas sendo cada vez mais expandidas, o Estado tem que responder a altura, ou minimamente oferecer os serviços básicos, que garantam uma cidadania digna, já resguardada por lei em nossa Constituição. Pois a administração pública brasileira precisa urgentemente de um choque de profissionalização. Há muito amadorismo em todos os níveis da gestão pública e em áreas sensíveis e estratégicas para o país, Oliveira (2017).

Apesar de uma conceituação muito abrangente sobre profissionalização da Gestão Pública, o autor Espartaco Madureira Coelho (2007), consegue sintetizar quatro pontos principais que norteiam a aplicação deste conceito dentro da Administração Pública. São eles:

“a) o ingresso no serviço público, via concursos universalizantes; b) a formação de um sistema estruturado de carreiras; c) a qualificação profissional constante; e d) a existência de um sistema de avaliação de desempenho e de remuneração adequado que estimule o desempenho através de incentivos.”

Compreende-se então que a profissionalização da Gestão Pública envolve a construção de um plano de carreira, no setor público, para estes profissionais, desde sua admissão efetiva via concurso público, até medidas de incentivo ao seu aperfeiçoamento técnico contínuo, remuneração apropriada e metodologias de

avaliação do desempenho. No contexto deste trabalho, interessado no campo da gestão municipal, entende-se que, o recrutamento de profissionais qualificados da área da Administração Pública para as prefeituras, necessita do envolvimento destas no compromisso com a profissionalização, para assim responder aos anseios coletivos da sociedade, resultando em uma maior eficiência, qualidade e transparência dos serviços e das políticas públicas.

Conforme Coelho (2007) é “comum encontrar gestores públicos que não apresentam capacidades técnicas e/ou experiências profissionais compatíveis com a responsabilidade que detêm”, sendo uma realidade de boa parte dos pequenos municípios brasileiros, e na Macrorregião do Maciço de Baturité não é diferente. Estes gestores públicos necessitam, na maioria das vezes, de profissionais capacitados para os auxiliarem na execução da Gestão da Máquina Pública; no entanto, como se verá nos próximos capítulos, não houve priorização, no Maciço, com a profissionalização do quadro técnico de servidores efetivos das prefeituras, mas, pelo contrário, investiu-se mais na contratação de serviços privados do que em concursos públicos.

Neste sentido, estudos como de Lewis (2005, 2007) “apontam que políticas públicas geridas por dirigentes de natureza puramente políticas obtêm, em geral, piores índices de eficiência quando comparados aos conduzidos por servidores públicos de carreira” (*apud* Coelho, 2007). Então, quando se pensa no contexto de governos municipais e não se observa estes servidores efetivos nos quadros da administração pública, nota-se que o quadro de profissionais da gestão está sempre ligado ao grupo político eleito, demonstrando o patrimonialismo, o nepotismo, o fisiologismo e o clientelismo da cultura política vigente. Além disso, a falta de servidores efetivos para assistir estes gestores na execução dos mecanismos legais que regem a administração pública, os leva a terceirizar essas atividades, como se verá, com mais detalhes, no decorrer da pesquisa.

#### **4 MUNICÍPIOS BRASILEIROS E A GESTÃO DA MÁQUINA PÚBLICA**

A partir de agora, busca-se traçar um panorama geral do papel dos Municípios após a Constituinte de 1988, que ampliou o espectro de autonomia político-administrativa dos mesmos e de sua atuação na gestão política, financeira, administrativa e legislativa. Tendo em vista o objetivo deste trabalho, são destacados

aqui os artigos da Constituição Federal que regem a gestão orçamentária e fiscal dos municípios e a lei que os regulamenta, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Assim, são mencionados os projetos de lei que, conforme a Constituição e a LRF, devem ser apresentados e executados pelos gestores municipais – o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) – durante seu exercício, a fim de garantir eficiência e transparência no uso dos recursos. Como se verá, no próximo capítulo, há um dispêndio excessivo de recursos, da parte de muitos municípios do Maciço de Baturité, só para a contratação de empresas que assessoram a produção destes projetos de lei, apontando para uma baixa qualificação técnica das próprias gestões e prefeituras em relação aos protocolos administrativos e fiscais básicos.

Desta forma, a formulação de outras políticas públicas, no contexto municipal, pode se reduzir devido à alocação de recursos onerosos na contratação de empresas privadas que prestam serviços administrativos. É por isso que este capítulo também faz um debate acerca da centralidade do Estado na formulação de políticas públicas sensíveis às coletividades municipais, correlacionando-a com a questão da eficiência na gestão das despesas públicas. Afinal, é preciso manter o bom funcionamento da máquina municipal, mas também, por meio de gestão aprimorada, racionalizar estes gastos para, também, aplicar os recursos na resolução dos problemas enfrentados pela população.

#### **4.1 O papel dos Municípios pós redemocratização**

A Constituição Federal de 1988, marco institucional de redemocratização do Brasil, no artigo 18, define que a “organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos (...)” (BRASIL, 1990). Esta autonomia dos entes federados garante que o protagonismo político e administrativo de um determinado território seja exercido a partir dele e levando em consideração as necessidades e contingências que nele emergem. Desta forma, a Constituição busca operar uma descentralização da concentração de poder da esfera federal para domínios cada vez mais localizados e específicos, sendo o município a circunscrição mínima com autonomia político-administrativa de uma determinada área geograficamente delimitada.

Assim, a Constituição ampliou o espectro de atuação e responsabilidade dos municípios no que tange à gestão política e financeira, à administração pública e à legislação sobre “assuntos de interesse local” e de suplementação “da legislação federal e da estadual” (BRASIL, 1990, Art. 30). Por conseguinte, os municípios são responsáveis também pela criação e organização de distritos; pela prestação de serviços de utilidade pública local; pela prestação de serviços em saúde e educação, com a cooperação financeira e técnica da União e do Estado; pelo planejamento e “controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano” e pela proteção do patrimônio histórico-cultural local (BRASIL, 1990, Art. 30). Além disso, a Constituição também deixa evidente que é papel dos municípios “instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei” (BRASIL, 1990, Art. 30).

Doravante, no artigo 163, fica estabelecido que os entes federados “disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União” (BRASIL, 1990), garantindo a transparência na gestão dos recursos públicos. Ademais, no artigo 165, a Constituição determina que leis criadas por iniciativa do Poder Executivo serão responsáveis por estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

A lei que regulamenta os artigos 163 e 165, mas também os artigos 167 e 169 da Constituição é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101/2000, criada como um dispositivo que reúne “normas de Planejamento, Orçamento, Receita, Despesa, Dívida Pública e Endividamento” (BRASIL, XAVIER, TAVARES, 2015). A mesma é complementada pela Lei 10.028/2000 e está “apoiada em quatro grandes pontos: no planejamento, na transparência, no controle e na responsabilização” (BRASIL, XAVIER, TAVARES, 2015); dessa forma, modificou radicalmente as formas de gestão orçamentária e fiscal das prefeituras municipais, pois exige, dos gestores, responsabilidade, transparência e eficiência na arrecadação e uso dos recursos públicos, implicando em sanções administrativas e responsabilização legal em caso de desacordo com as normas estabelecidas.

Dos quatro eixos norteadores da LRF acima mencionados, o eixo do planejamento compreende a normatização dos mecanismos que constituem o fundamento da gestão fiscal e que são citados no artigo 165 da Constituição: “o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual

(LOA), que estabelecem metas para garantir uma eficaz administração dos gastos públicos” (BRASIL, XAVIER, TAVARES, 2015). Nesse contexto, é responsabilidade do Poder Executivo planejar o orçamento público por meio da apresentação destes projetos de lei (PPA, LDO e LOA); logo, no âmbito municipal, esta é uma responsabilidade do prefeito, que precisa enviar tais projetos de lei ao Legislativo dentro dos prazos estabelecidos pela LRF.

No contexto dos municípios, então, o Plano Plurianual (PPA) é a lei que estabelece as metas, as prioridades e as diretrizes administrativas de um Governo Municipal “para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada” (BRASIL, 1990, Art. 165), para um período de 4 anos. Assim, “nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no PPA (...), sob pena de crime de responsabilidade” (BRASIL, XAVIER, TEIXEIRA, 2015). Por conseguinte, a LDO e a LOA emergem a partir do PPA, estabelecendo o controle dos orçamentos de forma anual.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), por sua vez, orienta o planejamento da contenção de dívidas, estabelecendo as metas prioritárias para o orçamento anual, articulando, assim, o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Orçamento Anual (LOA), pois ajusta os “programas, ações de governo e metas estabelecidos no Plano Plurianual com as ações previstas nos orçamentos, (...) indicando também os resultados necessários para a obtenção do equilíbrio das contas públicas” (BRASIL, XAVIER, TEIXEIRA, 2015).

A Lei Orçamentária Anual (LOA) fixa as despesas e sua aplicação nos projetos e ações do próximo exercício, estimando receitas, de forma que, segundo o §8º do Art. 165 da Constituição, “a lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa” (BRASIL, 1990). A LOA é desenvolvida com base no PPA e na LDO, e completa o ciclo do planejamento orçamentário que precisa ser elaborado pelo Executivo para uma melhor gestão financeira e fiscal e para cumprimento da LRF.

A Lei de Responsabilidade Fiscal garante também a transparência dos atos de gestão financeira e orçamentária por parte do prefeito e do presidente da Câmara Municipal, conforme está estabelecido no Artigo 70 da Constituição, segundo o qual “prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos” (BRASIL,

1990). Além de prestação de contas perante os Tribunais de Contas, que darão o seu parecer após análise técnica, a LRF orienta a ampla divulgação destes dados à sociedade por parte da Administração Pública. Conforme Brasil, Xavier e Teixeira (2015):

O compromisso de prestar contas é de todo aquele que gere recurso público. Desse modo, no caso de uma prefeitura, por exemplo, quem estiver como dirigente municipal sendo prefeito ou prefeita, quando ocorrem as transferências de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), torna-se responsável por prestar contas.

A transparência é resultado também da instituição de mecanismos de controle e responsabilização pela LRF, através da fiscalização pelo Tribunal de Contas, que segundo Oliveira (2002 *apud* BRASIL, XAVIER, TAVARES, 2015) tem a função de prevenir e fiscalizar, “devendo acompanhar continuamente e rigorosamente as metas, limites e condições estabelecidas, tanto para o controle do Executivo quanto para o controle da Câmara Municipal”. Ademais, ao Tribunal de Contas cabe constatar e divulgar os cálculos das despesas, apresentando a relação entre a receita prevista e as despesas efetivas do município e as medidas que foram criadas e executadas pelo prefeito para o combate da sonegação (cf. BRASIL, XAVIER, TAVARES, 2015).

Nesta perspectiva, a gestão eficiente e transparente dos recursos financeiros pela esfera municipal, garante não somente a legalidade administrativa e o equilíbrio das contas públicas, mas torna a Gestão apta a planejar e executar uma administração capaz de “atender as demandas da coletividade, fazendo com que o orçamento público seja efetivamente aplicado para as despesas, organização estatal e representação dos anseios sociais”. (BRASIL, XAVIER, TEIXEIRA, 2015).

#### **4.2 As Políticas Públicas Municipais**

Secchi (2010), debatendo sobre problemáticas envolvendo a conceitualização de políticas públicas, parte da contextualização de pelo menos duas abordagens fundamentais que caracterizam este debate na literatura especializada: a abordagem estatista (Heclo, 1972; Dye, 1972; Meny e Thoenig, 1991; Howlett e Ramesh, 2003) e a abordagem multicêntrica (Dror, 1971; Kooiman, 1993; Rhodes, 1997; Regonini, 2001). A primeira refere-se à perspectiva de que as políticas públicas são somente aquelas que emanam de atores estatais, sendo monopólio destes. Já a abordagem multicêntrica, à qual o autor se filia, considera a atuação de atores estatais e não-estatais na elaboração de políticas que visam resolver problemas públicos, ou seja, demandas de coletividades.



Neste ponto, cabe avaliar que a noção de “público”, assim como de “privado”, motivam constantes debates, suscitando outras problemáticas para a conceitualização das políticas públicas. Neste contexto, salienta-se que, por mais que a abordagem multicêntrica considere a atuação de outros atores, além dos estatais, não retira a centralidade do Estado, devido à sua posição de privilégio de detenção de recursos e do monopólio do uso da força legítima, na elaboração das políticas públicas (SECCHI, 2010). Assim, é possível categorizar as políticas governamentais como parte, a mais importante no contexto do Estado moderno, das políticas públicas, enquadrando estas dentro de uma perspectiva mais ampla que considera os problemas coletivos como objeto de atenção de outros atores, que contribuem com a comunidade política para o enfrentamento destes problemas.

De forma geral, pode-se dizer que as políticas públicas são diretrizes elaboradas para enfrentar problemas públicos (SECCHI, 2010). No contexto do Governo Municipal, as políticas públicas governamentais se desdobram como diretrizes estratégicas, intermediárias e operacionais que uma Gestão planeja e executa para o enfrentamento dos problemas públicos de um Município. Entretanto, as definições de “problema” e de “público” determinam o alcance e a efetividade, no atendimento às coletividades municipais, das políticas públicas formuladas.

Sjöblom (1984 *apud* SECCHI, 2010) define problema como a diferença entre uma situação real vivenciada (*status quo*) e uma situação possível e idealizada dessa mesma situação vivenciada. Ou seja, quando há uma negatividade do *status quo* em relação à situação ideal, estamos diante um problema; assim, um problema público seria essa diferença entre o *status quo* de uma coletividade e uma realidade idealmente melhor para esta, idealizada por esta e expressada na forma de anseios, reivindicações e necessidades.

É claro que a interpretação do que é “público” perpassa e determina a sensibilidade política de uma Gestão perante os problemas enfrentados pelas coletividades nos diversos contextos de um Município. Para Secchi (2010), um problema pode ser considerado público quando tem “implicações para uma quantidade e qualidade notável de pessoas”. Assim sendo, cabe à Gestão Municipal mediar a construção de políticas públicas baseada na diferença de relação entre o *status quo* e os anseios e projeções das coletividades municipais, ou seja, perceber e definir bem os problemas públicos e trabalhar bem para enfrentá-los. Evidentemente que também é função dos gestores a manutenção e o aprimoramento das políticas públicas vigentes e

da máquina pública municipal, estabelecendo as prioridades na aplicação dos recursos e a gestão inteligente destes.

Assim, como o enfrentamento dos problemas públicos demanda a utilização de recursos, no âmbito municipal cabe adequar o planejamento das políticas públicas, em escalas de prioridade, à receita pública municipal de forma a extrair o máximo de benefícios dos recursos disponíveis, delineando gestão aprimorada dos gastos públicos. De acordo com Meirelles (1979, *apud* 2015, BRASIL, XAVIER, TEIXEIRA, 2015) a despesa pública é “todo dispêndio que a administração faz para o custeio de seus serviços e outros empreendimentos necessários à consecução de seus fins”, assim, um gestor, ao lidar com a questão dos gastos públicos, precisa gerir a aplicação dos recursos na manutenção da máquina administrativa municipal e das políticas públicas continuadas essenciais, e em face de problemas enfrentados coletivamente, implementar a execução de novas políticas públicas e o aprimoramento das existentes, quando couber.

Neste sentido, Brasil, Xavier e Teixeira (2015) divisam a definição de despesa pública em despesas correntes e despesas de capital, onde as primeiras são relacionadas aos gastos com “a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos em geral, seja através da Administração Direta ou Indireta” e as últimas formam o grupo das despesas, da Administração Direta ou Indireta, que buscam gerar capital; este, por sua vez, será útil para a criação de novos serviços ou bens públicos. Assim, pode-se resumir a relação entre o planejamento financeiro e a execução de políticas públicas no âmbito municipal dentro do conceito enunciado por estes mesmos autores:

A Administração Pública municipal caracteriza-se como a gestão dos recursos públicos financeiros mediante a estrutura administrativa existente, visando ao desenvolvimento, manutenção e ampliação das atividades governamentais, pela realização dos serviços públicos em prol da coletividade local. Nesse caso, a Administração Pública deve atuar como elo de comunicação entre governo e sociedade, com vistas sempre ao bem comum em coletividade. (2015)

## **5 COLETA/GERAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS**

O presente trabalho propõe uma análise das despesas públicas, utilizadas na contratação de empresas privadas para a operacionalização de funções de profissionais da área da Administração Pública e outras áreas do Campo de Públicas, dos municípios que compõem o Maciço de Baturité, tendo em vista a escassez de produção acadêmica

que aborde o vínculo entre gestão orçamentária e gestão política na Região e que analise os gastos das prefeituras dentro de uma perspectiva crítica.

Faz-se necessário, sobretudo após a instituição da LRF, que os municípios se empenhem na gestão orçamentária e fiscal eficiente de seus recursos para a formulação do máximo de políticas públicas que beneficiem a população e este trabalho é uma forma de sondar e impulsionar este processo na Macrorregião. Contudo, a adequação às normativas constitucionais e da LRF, bem como a outros protocolos da gestão pública e administrativa, exige conhecimentos técnicos e burocráticos para sua plena execução.

Este contexto, de necessidade de profissionalização e capacidade técnica, impulsiona a contratação de empresas privadas para a execução destas tarefas burocráticas, por parte dos governos municipais, e foi uma constante evidenciada neste trabalho, como se verá mais adiante. Conforme Moraes, Xavier e Tavares (2014), no campo da gestão pública, o objeto dos contratos de terceirização visa a prestação de serviços e não a contratação de mão de obra; para esta, “a Administração Pública deverá realizar concurso público, conforme o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal”.

Tal terceirização, na prática, é uma descentralização de serviços mediante contrato administrativo, e, se tratando da esfera pública, quem executa o serviço contratado é “destituído de prerrogativas com o poder público, frisando que não se trata de serviço público, e sim de uma prestação de serviço” (MORAIS, XAVIER, TAVARES, 2014). No setor público, tais contratações de empresas privadas se dão por meio de licitações, regulamentadas através da Lei N° 8.666/93<sup>1</sup>, que normatiza o Artigo 37, da Constituição Federal, no qual se lê que:

XXI – Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Conforme pontuado por Moraes, Xavier e Tavares (2014), embora haja dificuldades inerentes ao Estado, estas não justificam a falta de cumprimento da jurisdição vigente, pois, “algumas premissas são inarredáveis, e ao administrador público cabe atuar dentro dos limites impostos pelos princípios e dispositivos constitucionais”. No entanto, conforme os mesmos autores (2014), os gestores públicos,

---

<sup>1</sup> Fonte: [L8666consol \(planalto.gov.br\)](http://L8666consol(planalto.gov.br))

visando a agilidade e a informalidade do setor privado, “têm utilizado a terceirização em larga escala, indistintamente, sem se preocupar com os princípios norteadores da função estatal de Administração Pública”.

O que este estudo propõe, então, é uma investigação dos gastos em licitações visando a terceirização da gestão pública, considerando os municípios do Maciço. Os objetos destas licitações apontam para um cenário onde as responsabilidades e as competências do gestor público e de sua equipe administrativa são transferidas para o setor privado. Como será notado, este contexto permeia a cultura política do Maciço, tendo em vista a quantidade de empenhos realizados para tal fim, resultando em grandes impactos orçamentários e políticos para a Região.

Este capítulo traz o resultado da análise que foi feita a partir de licitações e despesas realizadas pelas prefeituras de cada município do Maciço, entre 2017 e 2020, relacionadas com a terceirização da gestão pública. A análise minuciosa de 317 licitações revelou, como se verá adiante, que os municípios operacionalizam gastos desproporcionais para a execução de atividades de responsabilidade direta do Executivo, revelando baixa eficiência no planejamento político e na gestão do orçamento municipal.

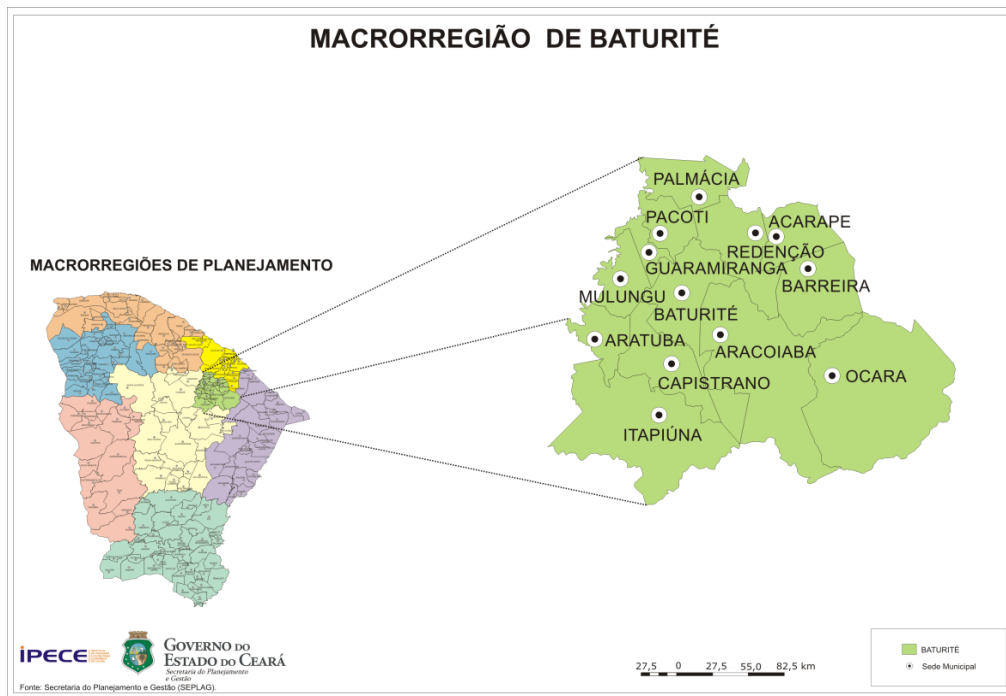
## **5.1 CAMPO DE ANÁLISE: MACRORREGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ-CEARÁ**

Com maioria populacional ainda rural e com várias dificuldades socioeconômicas, o Maciço de Baturité fica situado no interior do Ceará, aproximadamente 2h da capital do estado, atualmente dividido em 13 municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção, como definido pela Lei Complementar Estadual nº 154<sup>2</sup>, de 20 de outubro de 2015. Possui características geoambientais dominantes de serras úmidas, secas e sertões, além de contar com resquícios de mata atlântica.

**Figura 1 - Divisão Territorial da Macrorregião do Maciço de Baturité**

---

<sup>2</sup> Fonte: [https://www.cidades.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2013/01/lei\\_complementar\\_no154\\_20-10-2015.pdf](https://www.cidades.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2013/01/lei_complementar_no154_20-10-2015.pdf)



Fonte: IPECE apud PDITS, 2014.

Pelo menos 9 municípios da macrorregião possuem estimativa populacional na faixa de 20 mil habitantes (cf. PDITS, 2014) e o Maciço, como um todo, uma estimativa populacional de cerca de 230 mil habitantes, caracterizando 2,7% da população cearense. A base de sua economia é o setor de serviços, mais particularmente as atividades comerciais, que participa com mais de 50% em todos os seus municípios e em 2008, o PIB da região esteve em R\$ 808.353,00 equivalente a 1,34% do PIB estadual (PDITS, 2014).

Quanto ao contexto socioeconômico da população, 87,2% dos domicílios da região vivem com renda igual ou inferior a um salário mínimo, o que demonstra

Que a população da região possui um poder aquisitivo muito baixo, o que faz com que a população dependa de projetos sociais de cunho assistencialista e de programas de assistência social do governo. Esse quadro sugere a importância de se fomentar projetos de desenvolvimento econômico, com repartição de benefícios em prol da população local. (PDITS, 2014)

Do total da população maciçana, 51,32% residem na zona rural e 48,68% na área urbana (cf. PDITS, 2014), apontando para a relevância de atividades ligadas ao ambiente rural e agricultura familiar para mais da metade desta população. No entanto, conforme o PDITS (2014), o setor apresenta fragilidade de organização comercial, resultando em baixo rendimento para os produtores e afetando diretamente as condições socioeconômicas da maioria populacional. Com relação ao planejamento urbano, a maioria dos municípios do polo tem Plano Diretor Municipal, no entanto, poucos seguem as diretrizes e ações definidas nos mesmos (cf. PDITS, 2014).

Doravante, em algumas prefeituras, existem Conselhos Municipais, também denominados Conselhos de Políticas Públicas, que visam a participação ativa da população no processo de geração de políticas públicas, das mais diversas áreas, como o planejamento orçamentário, as políticas de juventude, as políticas educacionais, entre outras. Apesar disso, muitos destes conselhos só existem para atender às exigências de convênios com os Governos Federal e Estadual, de forma que:

Reúnem-se basicamente para definirem a liberação dos recursos desses convênios, que geralmente estão associados a projetos locais de interesse social pouco transparente. Esses conselhos são formados por pessoas com pouca instrução, ligadas, geralmente, ao partido do prefeito e com sérias limitações na sua autonomia. Eles foram criados e incentivados pelo grupo político dominante em gestões passadas, hoje praticamente desativados. (PDITS, 2014)

Conforme o PDITS (2014), no tocante à organização política e administrativa dos municípios do Maciço,

A própria composição do quadro de pessoal dos municípios apresenta grandes limitações administrativas, face à inexistência de pessoal qualificado permanente e a grande rotatividade de técnicos ocasionados por mudanças administrativas a cada nova posse de um novo prefeito. (PDITS, 2014).

A Lei de Responsabilidade Fiscal tem modificado esta cultura política patrimonialista, e exigido dos gestores uma maior eficiência administrativa e fiscal no planejamento e na gestão pública municipal por parte destes. Assim, ela busca inibir, segundo o PDITS (2014), os impasses que surgem nas mudanças de gestão, como quando há falta de compromisso de um prefeito atual, muitas vezes descompromissado das ações executivas do prefeito anterior, afetando um fluxo administrativo contínuo.

Levando em consideração esta realidade, este estudo se debruçou sobre as despesas dos municípios do Maciço e evidenciou a falta de profissionalização do quadro técnico das prefeituras, fazendo com que as mesmas terceirizem suas atividades administrativas, na qual são básicas para o eficiente funcionamento da máquina pública municipal. Assim, constatou-se que um grande número de licitações, por parte dos municípios, foi para a contratação de empresas privadas para desempenhar funções de profissionais de Administração Pública e outras áreas do Campo de Públicas.

Na Tabela 1, apresentada abaixo, há um resumo dos gastos e o total de licitações de cada uma das 13 cidades da Macrorregião, associadas a estas contratações de empresas privadas, nas gestões municipais de 2017 a 2020. Tais dados foram obtidos

do website do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE)<sup>3</sup> e dos sítios eletrônicos oficiais de cada prefeitura.

**Tabela 1** – Quantitativo de Gastos em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública, nos Municípios do Maciço de Baturité, no período de 2017-2020

ORDEM	MUNICÍPIOS	Nº DE LICITAÇÕES	VALOR
01	ACARAPE	17	R\$ 1.538.685,00
02	ARACOIABA	27	R\$ 3.325.105,75
03	ARATUBA	17	R\$ 1.352.685,00
04	BARREIRA	22	R\$ 1.811.337,19
05	BATURITÉ	13	R\$ 1.003.810,00
06	CAPISTRANO	22	R\$ 3.153.268,48
07	GUARAMIRANGA	29	R\$ 2.309.744,00
08	ITAPIÚNA	22	R\$ 3.647.484,42
09	MULUNGU	26	R\$ 2.966.515,00
10	OCARA	36	R\$ 4.686.810,00
11	PACOTI	24	R\$ 2.397.357,80
12	PALMÁCIA	28	R\$ 3.065.785,00
13	REDENÇÃO	28	R\$ 6.514.256,84
<b>TOTAL</b>		<b>317</b>	<b>R\$38.110.609,50</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir da coleta de dados do TCE-CE (2021).

Na Tabela 1, observa-se que as 317 licitações estudadas somam um total de despesa de R\$38.110.609,50 na Macrorregião como um todo, onde os municípios de Baturité e Aratuba tiveram os menores valores empenhados nas contratações de empresas privadas para gestão pública, enquanto que Redenção e Ocara foram as que mais contratam estes serviços.

A partir deste momento, propomos uma discussão com base nos dados analisados, esmiuçando os principais serviços e principais gastos de cada município em particular, para aprofundar melhor a percepção das particularidades de cada um e, posteriormente, apresentar propostas de minimização de gastos através da contratação de um quadro permanente de profissionais qualificados na área do Campo de Públicas.

Assim, apresenta-se a seguir, o resumo semestral dos gastos de cada município individualmente, com o recrutamento de serviços privados de administração pública entre os anos de 2017 e 2020. Estes dados estão contextualizados com informações de aspectos populacionais e econômicos de cada cidade, bem como com o histórico de oferta de vagas, nos últimos 25 anos, em concursos públicos das mesmas na área administrativa. Esse dado é importante, pois revela se houve contratação efetiva de profissionais específicos para lidar com a gestão administrativa nas prefeituras. Além disso, separou-se duas ou três licitações de cada município, para exemplificar os tipos

<sup>3</sup> Fonte: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/concluidas>

de empenhos realizados nestas, e correlacionar os serviços requisitados com os recursos disponibilizados. As licitações estão identificadas através do mês e ano de empenho e do valor, e pode-se conferi-las no ANEXO 1 deste trabalho, que apresenta o resumo de cada uma, com a data de abertura, o N° do processo, descrição do objeto e valor.

### 5.1.1 Acarape

Com cerca de 15 mil habitantes e uma área territorial de 130.002 km<sup>2</sup>, Acarape ocupa a periferia da microrregião geográfica do Maciço, apresentando um PIB que representa somente cerca de 6,24% do total da Região; do total do PIB do município, o setor de serviços é responsável por 64,85%, enquanto que o industrial contribui com 24,73% e o agropecuário com cerca de 10,34% (cf. PDITS, 2014). Do total do contingente populacional, 52,04% reside na área urbana e 47,96% na área rural, configurando uma população onde pelo menos 49% das pessoas sobrevivem com até meio salário mínimo, já que a renda gerada pela agropecuária, no geral, tem “baixa produtividade e renda” (PDITS, 2014).

Entre os anos de 2017 e 2020, o total de despesas realizadas pelo município para contratação de serviços privados na área de administração pública somou R\$ 1.538.685,00, que correspondem a 17 licitações operacionalizadas pela Gestão Municipal. Analisando estas licitações, destacamos duas para uma breve discussão, dentro dos objetivos desta pesquisa: uma licitação de 2017 e outra de 2018. A primeira relacionada à contratação de uma empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica na área de licitações e contratos públicos junto ao município, que custou R\$ 25.200,00; e a segunda relacionada à contratação de uma empresa para prestação de serviços de assessoria em gestão estratégica, compreendendo a elaboração de relatórios, painéis gerenciais, auditoria interna e implantação de melhorias contínuas, bem como, orientação aos agentes públicos do município, que custou R\$ 180.000,00.

Estes dados revelam a deficiência do quadro de profissionais qualificados da prefeitura para atuar na gestão pública, assim, os tomadores de decisões demandam a contratação destes serviços por empresas privadas. Outro dado relevante é que nos últimos 25 anos Acarape só realizou um concurso público<sup>4</sup>, no ano de 1997, no qual os

---

<sup>4</sup> Fonte: <https://acarape.ce.gov.br/leis.php?cat=&Exer=&dtini=&dtfim=&Num=&Descr=concurso>



únicos profissionais contratados das áreas correlatas de Administração Pública foram 2 digitadores e 3 datilógrafos. Abaixo, apresenta-se a Tabela, onde se encontra o resumo semestral dos gastos analisados na Gestão de 2017 a 2020:

**Tabela 2** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Acarape (2017-2020)

ACARAPE		
2017	1ºS	R\$ 425.400,00
2017	2ºS	R\$ 33.600,00
2018	1ºS	R\$ 359.600,00
2018	2ºS	X
2019	1ºS	R\$ 720.085,00
2019	2ºS	X
2020	1ºS	X
2020	2ºS	X
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 1.538.685,00</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir da coleta de dados do TCE-CE (2021).

Na tabela, observa-se que os gastos se concentram no ano de 2017 e no primeiro semestre de 2018, voltando a fazer contratações somente no primeiro semestre de 2019, já em 2020, último ano da gestão e ano eleitoral, a Prefeitura priorizou outros gastos em detrimento de despesas relacionadas diretamente com a gestão pública.

### 5.1.2 Aracoiaba

Com uma população de mais de 25 mil habitantes, sendo que 54,1% se concentra na área urbana e 45,9% na área rural, Aracoiaba tem relevância significativa na economia do Maciço de Baturité, responsável por 10,79% do PIB total da Região. Com uma extensão territorial de 643.988 km<sup>2</sup>, o município constitui a zona dos Vales, junto com Acarape, Baturité e Redenção, onde predomina a atividade agrícola, devido à profundidade de seus solos, drenados e planos e das condições climáticas favoráveis (cf. PDITS, 2014). Assim, a atividade agropecuária contribui com cerca de 20,13% do PIB do município, no entanto, o predomínio é do setor de serviços, que contribui com cerca de 68,8%, e o setor industrial responde por apenas 10,99% (cf. PDITS, 2014).

Em referência à contratação efetiva de servidores públicos, foram realizados, nos últimos vinte anos, dois concursos pela Prefeitura de Aracoiaba<sup>5</sup>: um em 2013, nas áreas de assistência social e segurança pública e outro em 2014, referente ao estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros e afrodescendentes no setor

<sup>5</sup> Fonte: <https://aracoiaba.ce.gov.br/leis.php?cat=&Exer=&dtini=&dtfim=&Num=&Descr=concurso>

público municipal. Este último é representativo da atualização de demandas da sociedade por mais participação e democratização dos serviços públicos.

As licitações realizadas para a contratação de serviços na área de gestão pública entre 2017 e 2020 no município somam cerca de R\$ 3.325.105,75. Do total de 27 licitações, destacamos as duas mais expressivas, uma de 2017, que custou R\$ 562.800,00, e outra de 2020, que custou R\$ 575.800,00. A licitação de 2017 foi referente à prestação de serviços especializados em consultoria e assessoria contábil, elaboração da LDO para o exercício de 2019, elaboração da LOA para o exercício de 2018 e elaboração da prestação de contas de Governo (PCG) do exercício de 2017. Já a licitação de 2020 foi para prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria em contabilidade e gestão fiscal para atuar junto ao município.

Como se pode notar, houve um gasto desproporcional com a contratação de serviços privados para a produção do planejamento orçamentário e fiscal, conforme requisitado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que demonstra a terceirização de uma atividade que deveria ser realizada pela própria Gestão, com a participação dos munícipes. Abaixo, apresenta-se a Tabela, onde se encontra o resumo semestral dos gastos analisados na Gestão de 2017 a 2020:

**Tabela 3** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Aracoiaba (2017-2020)

ARACOIABA		
2017	1ºS	R\$ 739.340,00
2017	2ºS	R\$ 710.310,00
2018	1ºS	R\$ 1.016.300,00
2018	2ºS	R\$ 132.000,00
2019	1ºS	R\$ 89.100,00
2019	2ºS	R\$ 16.960,00
2020	1ºS	R\$ 1.404.095,75
2020	2ºS	X
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 3.325.105,75</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir da coleta de dados do TCE-CE (2021).

Como se pode ver, Aracoiaba manteve regularidade na contratação destas empresas privadas desde o primeiro semestre de 2017 até o primeiro de 2020, de forma que somente no segundo semestre de 2020 não houve novas contratações, haja vista ser o último ano da Gestão e ano eleitoral, fazendo com que o gestor limitasse os gastos com administração pública, privilegiando outras áreas, em especial as que rendem eleitoralmente.

### 5.1.3 Aratuba

Aratuba possui área territorial de 119.758 km<sup>2</sup> e cerca de 11.500 habitantes, sendo que destes, a grande maioria (67,3%) reside no meio rural, enquanto que somente 36,7% habitam a zona urbana (cf. PDITS, 2014). Assim, a atividade agropecuária é responsável por parte considerável do PIB do município (39,72%) junto com o setor de serviços (53,98%), que é predominante em todo o Maciço, de forma que o setor industrial tem impacto muito discreto, representando somente 6,3% do total.

Em relação à contratação efetiva de servidores municipais de Aratuba, foi realizado um concurso público<sup>6</sup> no ano de 2017, mas não para a área administrativa e sim para agentes de trânsito, deixando à contratação da equipe administrativa à cargo de processos seletivos. Entre estes, que somam 28 considerando o período de 2017-2020, se destaca um processo seletivo de 2019<sup>7</sup>, referente à contratação temporária de vários cargos administrativos, dentre eles, 3 vagas de agente administrativo.

Como se pode observar na Tabela, exibida abaixo, o município gastou R\$ 1.352.685,00 na contratação de serviços privados de gestão administrativa e fiscal, entre 2017 e 2020. O gasto mais expressivo foi no primeiro semestre de 2017, primeiro ano da gestão, que corresponde a cerca de 57% de todos os gastos com a contratação destes serviços dentro do período analisado, mesmo que no segundo semestre deste ano não tenha havido outras contratações. Em contraste, o ano de 2020, que foi um ano eleitoral, apresentou o menor investimento de todos os outros anos, não havendo contratações em seu segundo semestre.

**Tabela 4** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Aratuba (2017-2020)

ARATUBA		
2017	1ºS	R\$ 775.370,00
2017	2ºS	X
2018	1ºS	R\$ 244.000,00
2018	2ºS	R\$ 75.600,00
2019	1ºS	R\$ 192.000,00
2019	2ºS	R\$ 86.880,00
2020	1ºS	R\$ 220.600,00
2020	2ºS	X

<sup>6</sup> Fonte:

[https://www.google.com/url?q=https://www.aratuba.ce.gov.br/arquivos/467/EDITAL%2520CONCURSO%2520PUBLICO\\_001\\_2017\\_0000001.pdf&sa=D&source=docs&ust=1643055130737444&usg=A0vVaw02aUtrXtblypNRm\\_DyXfTR](https://www.google.com/url?q=https://www.aratuba.ce.gov.br/arquivos/467/EDITAL%2520CONCURSO%2520PUBLICO_001_2017_0000001.pdf&sa=D&source=docs&ust=1643055130737444&usg=A0vVaw02aUtrXtblypNRm_DyXfTR)

<sup>7</sup> Fonte: <https://www.aratuba.ce.gov.br/processoseletivo.php?grup=1>

<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.352.685,00</b>
--------------	-------------------------

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir da coleta de dados do TCE-CE (2021).

Da análise das licitações, a primeira que destacamos é uma de março de 2017, que visou a contratação de serviços de consultoria e assessoria administrativa das secretarias de educação e saúde do município, no valor de R\$ 220.000,00. A segunda, de janeiro de 2020, que custou R\$ 180.600,00, foi para a contratação de serviços de acompanhamento com monitoramentos dos programas sociais (CRAS; SCFV; PAIF; bolsa família/cadastro único e suas – programa criança feliz) e também para planejamento e avaliação de serviços da secretaria de saúde. Tal cenário poderia ser diferente se houvesse, por exemplo, a contratação de técnicos administrativos, que ficariam responsáveis por estas ações de planejamento, assessoria e avaliação dos serviços municipais.

#### **5.1.4 Barreira**

Como uma área territorial de 260.003 km<sup>2</sup>, Barreira tem uma população em torno de 20 mil habitantes, dentre os quais, 41,5% residem na zona urbana e 58,5% na zona rural (cf. PDITS, 2014). Assim como nos outros municípios da Macrorregião, o setor de serviços responde pela maior parte do PIB do município, cerca de 63,08% do total, enquanto que os setores agropecuário e industrial são responsáveis por 26,08%, e 10,84%, respectivamente.

Nos últimos 25 anos, o município de Barreira só promoveu um concurso público<sup>8</sup>, no ano de 2010, ofertando, dentro do campo de atuação da Administração Pública, 40 vagas para agente administrativo, 2 vagas para fiscal de tributos e 2 vagas para técnico em controle interno de um total de 229 vagas. Este fato é representativo pois aponta, ainda que modestamente, para a necessidade de profissionais que atuem na administração interna.

O resumo dos gastos com licitações de contratação de empresas privadas para o exercício destas funções administrativas custou cerca de R\$ 1.811.337,19 para os cofres públicos do município de Barreira, considerando o período observado na Tabela abaixo (2017-2020). Só no ano de 2017, a gestão gastou R\$ 1.294.561,93, ou seja, cerca de 71,46% do total empenhado nessas licitações no período considerado. Além disso,

<sup>8</sup> Fonte:

<https://www.barreira.ce.gov.br/leis.php?cat=&Exer=&dtini=&dtfim=&Num=&Descr=concurso>

o restante dos gastos (28,54%) se distribui entre os anos 2018 e 2019, de forma que em 2020 não houve empenho nesse sentido, tendo em vista ser o último ano da gestão e ano eleitoral, fazendo com que o gestor priorize os gastos com áreas que lhe deem maior visibilidade eleitoral.

**Tabela 5** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Barreira (2017-2020)

BARREIRA		
2017	1ºS	R\$ 706.561,93
2017	2ºS	R\$ 588.000,00
2018	1ºS	R\$ 50.000,00
2018	2ºS	R\$ 153.989,00
2019	1ºS	R\$ 177.600,00
2019	2ºS	R\$ 135.168,00
2020	1ºS	X
2020	2ºS	X
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 1.811.337,19</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir da coleta de dados do TCE-CE (2021).

De um total de 22 licitações averiguadas, três chamam atenção tanto pelo valor empenhado quanto pelos serviços contratados. A primeira, de agosto de 2017, relativo à contratação dos serviços de assessoria e consultoria jurídica na área de licitações e contratos públicos junto às unidades administrativas, custou R\$ 168.000,00. A segunda, que custou R\$ 120.000,00, foi para a contratação de serviços de assessoria em controle interno, e data também de 2017, no mês de setembro. Já a terceira, pertinente à contratação de assessoria e consultoria administrativas para acompanhamento das diversas fases das despesas públicas, custou 132.000,00 e foi empenhada em abril de 2019. Há de se notar que ambas as licitações visam a operacionalização de atribuições básicas da administração de uma gestão pública municipal, revelando um gasto proporcionalmente maior do que se houvesse um quadro de profissionais qualificados para atender essas demandas sem a necessidade de terceirização por empresas privadas.

### 5.1.5 Baturité

Baturité possui uma área territorial de 314.075 km<sup>2</sup> e uma população de mais de 33 mil habitantes, que, diferente da maioria dos municípios da Macrorregião, é predominantemente urbana, representando cerca de 73,3% do total; já a população rural é, comparativamente, pequena, representando 26,7% do total (PDITS, 2014). O município apresenta o maior PIB do Maciço (cerca de 14,74% do total da Região),

sendo que os setores de serviços é o que mais contribui nesse sentido (75,48% do total do PIB municipal), além dos setores da agropecuária (13,06%) e da indústria (11,55%).

O município de Baturité, a exemplo de outros, nos últimos 25 anos não priorizou a realização de muitos concursos públicos, executando somente um<sup>9</sup>, em 2014, no qual, de um total de 154 vagas, as únicas voltadas para o profissional da administração pública, foram duas destinadas à técnico de projetos. Conseqüentemente, houve a necessidade, nos anos posteriores, de contratação de serviços privados, como se verá na análise das licitações.

De acordo com a Tabela 6, com o resumo semestral dos gastos municipais de 2017 a 2020, nota-se que só no primeiro semestre de 2017 e primeiro ano de gestão, os tomadores de decisões empenharam mais da metade dos recursos gastos em todo o período analisado, totalizando 55,04% dos gastos totais, que, por sua vez, somaram R\$ 1.003.810,00. Entretanto, nos últimos três semestres da gestão, não foi aplicado nenhum empenho voltado para estes serviços, repetindo o padrão de outras prefeituras de priorizar outros gastos no contexto do período eleitoral.

**Tabela 6** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Baturité (2017-2020)

BATURITÉ		
2017	1ºS	R\$ 552.540,00
2017	2ºS	R\$ 173.620,00
2018	1ºS	R\$ 210.000,00
2018	2ºS	X
2019	1ºS	R\$ 70.800,00
2019	2ºS	X
2020	1ºS	X
2020	2ºS	X
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 1.003.810,00</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir da coleta de dados do TCE-CE (2021).

Selecionamos duas licitações para uma breve discussão: uma de março de 2017 e outra de junho de 2018, tendo em vista seu alto valor e os objetos a que se destinam. A primeira, com custo de R\$ 144.000,00 tinha por objetivo a contratação de serviços privados de consultoria e operacionalização do planejamento orçamentário e da gestão fiscal, em especial os processos relacionados à prestação de contas perante os Tribunais de Contas do Município, do Estado e da União. Já a seguinte, no valor de R\$ 120.000,00, foi destinada à contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria para

<sup>9</sup> Fonte: [https://www.consulpam.com.br/arquivos/20170302\\_145012\\_EDITAL-BATURITE.pdf](https://www.consulpam.com.br/arquivos/20170302_145012_EDITAL-BATURITE.pdf)

levantamento inventário e sistematização no controle de bens patrimoniais. Como se pode ver, a falta de habilidade técnica exige um dispêndio financeiro considerável para a execução de trâmites básicos do planejamento da máquina pública e de adequação às exigências dos órgãos de controle externo; funções que um quadro formado por profissionais do Campo de Públicas desempenharia com mais eficiência e menor custo.

### 5.1.6 Capistrano

O município de Capistrano tem uma população na faixa de 17 mil habitantes, dos quais, 63,6% estão na área rural e 36,3% na área urbana. Sua área territorial compreende cerca de 226.549 km<sup>2</sup> e seu PIB é responsável por 6,27% do PIB total da Região. O setor que mais contribui para o PIB do município é o de serviços (68,84%), seguido pelo setor agropecuário (21,82%); o setor industrial, por sua vez, é responsável por 9,34% do total.

Nos últimos 25 anos, só aconteceu um concurso público<sup>10</sup> em Capistrano, no ano de 2009, contemplando 40 vagas para agente administrativo e 40 vagas para fiscal de tributos municipais, em um total de 284 vagas efetivas, atendendo à demanda de profissionalização do quadro técnico da prefeitura.

O município apresentou, entre os anos de 2017 e 2020, um gasto total de R\$ 3.153.268,48, na terceirização de serviços de administração pública, como se pode averiguar na Tabela, apresentada abaixo. Cerca de 60,77% dos gastos totais se concentram no primeiro semestre da gestão, sugerindo a necessidade de um gasto maior com o planejamento da gestão municipal no decorrer dos próximos 4 anos. Ademais, percebe-se que nos três últimos semestres da gestão não há empenho de licitações neste sentido, confirmando um padrão que se repete em outras cidades da Macrorregião.

**Tabela 7** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Capistrano (2017-2020)

CAPISTRANO		
2017	1ºS	R\$ 1.916.300,00
2017	2ºS	R\$ 42.200,00
2018	1ºS	R\$ 486.000,00
2018	2ºS	X
2019	1ºS	R\$ 707.468,48
2019	2ºS	X
2020	1ºS	X

<sup>10</sup> Fonte: <https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-capistrano-ce-284-vagas>

2020	2ºS	X
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 3.153.268,48</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir da coleta de dados do TCE-CE (2021).

Foram 22 licitações consideradas do município, dentre as quais, enfatizamos uma no valor de R\$ 403.800,00, empenhada em abril de 2017, que teve como objetivo a contratação de uma empresa especializada para executar serviços de assessoria em contabilidade pública, justificativas técnicas contábeis, execução orçamentária, financeira, patrimonial e demais instrumentos de planejamento municipal. Outra, também relevante pelo valor de R\$ 336.398,80, visou a prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil na área governamental e data de fevereiro de 2019. Mais uma vez, observamos o dispêndio incompatível de dinheiro público com o recrutamento de profissionais e serviços do setor privado para a instrumentalização de processos administrativos básicos.

### 5.1.7 Guaramiranga

Com uma área territorial de 90.817 km<sup>2</sup>, Guaramiranga apresenta a menor população do Maciço, cerca de 4 mil habitantes, dos quais, 59,9% se situam na zona urbana e 40,1% na rural (cf. PDITS, 2014). Conforme o PDITS (2014), do total do PIB do Macrorregião, o município só contribui com cerca de 2,95%, dependendo fortemente do setor de serviços e agropecuário, que do PIB municipal, representam 52,83% e 33,36%, respectivamente; o setor industrial, por sua vez, contribui com 13,81% do total do PIB da cidade.

No tocante à contratação efetiva para o quadro de funcionários do município, o último concurso público<sup>11</sup> de Guaramiranga, nos últimos 25 anos, foi no ano de 2009, com oferta de 40 vagas para agente administrativo, garantindo minimamente um quadro técnico de profissionais para atuar na gestão pública.

A Tabela abaixo traz o demonstrativo de gastos da gestão por semestre, cobrindo o período de 2017-2020, e informa que o total de gastos neste período contabilizou cerca de R\$ 2.309.744,00. O município apresentou regularidade nos gastos com contratação de empresas privadas para o desempenho de funções administrativas durante os três primeiros anos da gestão. Contudo, não houve o empenho de recursos

<sup>11</sup> Fonte:

<https://www.guaramiranga.ce.gov.br/leis.php?cat=&Exer=&dtini=&dtfim=&Num=&Descr=concurso>



para tais fins nos dois últimos semestres dos últimos anos, tendo em vista a aproximação do fim da gestão e das eleições.

**Tabela 8** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Guaramiranga (2017-2020)

GUARAMIRANGA		
2017	1ºS	R\$ 738.100,00
2017	2ºS	R\$ 91.200,00
2018	1ºS	R\$ 434.600,00
2018	2ºS	R\$ 26.500,00
2019	1ºS	R\$ 693.668,00
2019	2ºS	X
2020	1ºS	R\$ 325.676,00
2020	2ºS	X
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 2.309.744,00</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir da coleta de dados do TCE-CE (2021).

Uma licitação de março de 2017, empenhada pela prefeitura de Guaramiranga, contratou uma empresa privada para prestar serviços em contabilidade pública, planejamento e justificativas técnico-contábeis, para atender a LRF, TCM e demais órgãos da administração pública, custando R\$ 220.000,00 aos cofres públicos. Outra licitação, no valor de R\$ 176.400,00, foi empenhada em fevereiro de 2019 para a contratação de serviços para gestão de arquivos públicos, visando a modernização da máquina administrativa. Ambas as licitações se destacam pelo valor aplicado em tarefas fundamentais, relativas ao cumprimento das normas constitucionais que regulamentam e fiscalizam o funcionamento do setor público. A terceirização destas funções é resultado da falta de profissionais que dominem estes protocolos e normativas, como um administrador público e outros colaboradores da área.

### 5.1.8 Itapiúna

O município de Itapiúna, com área territorial de 593.231 km<sup>2</sup>, abriga uma população de mais de 18 mil habitantes, dos quais 47,3% habitam a área urbana e 52,7% se concentram na zona rural (cf. PDITS, 2014). A dimensão econômica, refletida no PIB municipal, demonstra que o setor de serviços é o que mais contribui, representando cerca de 65,43% do total, enquanto que o setor agropecuário contribui com 24,8% e o setor industrial com 9,75%; além disso, o PIB de Itapiúna representa 7,33% do PIB do Maciço de Baturité (cf. PDITS, 2014).

Em 2018, Itapiúna promoveu um concurso público<sup>12</sup> onde foram ofertadas uma vaga para coordenador administrativo e financeiro e outra vaga para gerente administrativo e financeiro, em um total de 104 vagas. É importante salientar que, conforme o edital deste concurso, para o deferimento da inscrição nestas vagas, exige-se nível de graduação em Administração, Direito ou Ciências Contábeis e registro profissional. A remuneração proposta para as duas vagas, respectivamente, foi de R\$ 1.200,00 (vencimentos básicos) + R\$ 1.800,00 (representação) no caso da primeira e R\$ 937,00 (vencimentos básicos) + R\$ 1.063,00 (representação) no caso do segundo.

A seguir, apresenta-se a Tabela, onde estão apontados os dados, por semestre, relativos às despesas com licitações para a contratação de serviços privados no ramo da Administração Pública, no período de 2017-2020. O município apresenta um total de gastos considerável, cerca de R\$ 3.647.484,42, ocupando a 3ª posição das cidades da Maciço com mais empenho de recursos para estes serviços no período considerado. Os semestres com os maiores gastos foram: o primeiro de 2017, correspondendo a 34,27% do total e o segundo semestre de 2019, responsável por 31,41%. Isto representa que os tomadores de decisões resolveram empenhar mais recursos no início da gestão a fim de organizar o planejamento desta. Mesmo assim, houve gastos em outros semestres, sobretudo no segundo de 2019, representando a proximidade do ano eleitoral. Assim, no último semestre de 2020, observa-se que não houve empenho destinado a estes serviços.

**Tabela 9** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Itapiúna (2017-2020)

ITAPIÚNA		
2017	1ºS	R\$ 1.252.300,00
2017	2ºS	R\$ 64.000,00
2018	1ºS	R\$ 615.000,00
2018	2ºS	R\$ 30.000,00
2019	1ºS	X
2019	2ºS	R\$ 1.147.184,42
2020	1ºS	R\$ 539.000,00
2020	2ºS	X
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 3.647.484,42</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir da coleta de dados do TCE-CE (2021).

Da análise de 22 licitações do município, merecem destaque, principalmente pelo valor, as seguintes: uma de março de 2017 e outra de janeiro de 2020. A primeira,

<sup>12</sup> Fonte: <https://www.consulpam.com.br/index.php?menu=concursos&acao=ver&id=130>

que custou R\$ 478.600,00, teve como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços especializados de contabilidade pública na execução orçamentária, financeira e patrimonial, enquanto a segunda foi destinada à contratação de empresa acompanhar a execução de programas sociais (Bolsa Família, PAIF, SCFV), custando R\$ 539.000,00. Desta forma, constatamos que houve a terceirização de serviços básicos por um custo elevado, caracterizando uma inércia da máquina municipal pela falta de profissionais adequados para gerir e organizar as atividades da administração pública.

### 5.1.9 Mulungu

Com uma área territorial de 97.951 km<sup>2</sup>, o município de Mulungu abriga mais de 11 mil habitantes, distribuídos da seguinte forma: 33,55% habitando a zona urbana e 66,44% na área rural (cf. PDITS, 2014). A predominância da população rural se reflete na importância do setor agropecuário para o PIB do município, que segundo o PDITS (2014), representa 37,54% do total, ficando atrás somente do setor de serviços (que contribui com 56,36%), que é o mais forte no Maciço; o setor industrial é responsável por somente 6,10% do total do PIB municipal. Com relação ao PIB da Macrorregião, Mulungu é responsável por 6,51% do total.

Nos últimos 25 anos, o município de Mulungu promoveu dois concursos públicos<sup>13</sup>. O primeiro foi em 2006 e nele, de um total de 183 vagas, constam 20 para agente administrativo, 4 para digitador e 2 para fiscal de tributos e arrecadação. O segundo, por sua vez, ofereceu 50 vagas para agente administrativo, de um total de 261 vagas, e foi aplicado no ano de 2009. Verifica-se, então, que as últimas contratações efetivas de profissionais para a gestão foi há mais de 10 anos atrás, mas que, pelo menos houve, naquele período, preocupação com a organização e planejamento da administração municipal.

Abaixo, na Tabela com o resumo dos gastos semestrais de Mulungu com contratação de serviços privados na área administrativa, vê-se que houve uma regularidade de gastos durante a gestão de 2017-2020, exceto pelo segundo semestre de 2018. É notável, no entanto, que os gastos do primeiro semestre de 2017 representam quase metade do total, cerca de 48,85%. Além disso, diferente de outros municípios do

---

<sup>13</sup> Fonte:

<https://www.mulungu.ce.gov.br/leis.php?cat=&Exer=&dtini=&dtfim=&Num=&Descr=concurso>

Maciço, Mulungu apresentou empenhos no último semestre da gestão, apontando para uma necessidade do continuamento destes serviços, mesmo em período eleitoral.

**Tabela 10** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Mulungu (2017-2020)

MULUNGU		
2017	1ºS	R\$ 1.449.270,00
2017	2ºS	R\$ 97.950,00
2018	1ºS	R\$ 194.425,00
2018	2ºS	X
2019	1ºS	R\$ 202.000,00
2019	2ºS	R\$ 73.320,00
2020	1ºS	R\$ 115.950,00
2020	2ºS	R\$ 753.600,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 2.966.515,00</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir da coleta de dados do TCE-CE (2021).

Foram analisadas 26 licitações e, destas, duas chamaram bastante atenção por conta do valor. Uma licitação de junho de 2017, no valor de R\$ 250.000,00, visou a contratação de equipe para a construção do Plano Plurianual e realização de uma audiência pública na sede do município e três oficinas participativas em distritos e comunidades, quantificação econômica, planilhamento e edição de textos do projeto de lei, junto às secretarias de administração e finanças. Outra licitação, de setembro de 2020, visou à prestação de serviços de administração pública relativos a compensação e desoneração da folha de pagamento, e custou R\$ 720.000,00. Ambas as licitações, demonstram a falta de profissionalização do quadro administrativo da prefeitura, exigindo um alto dispêndio de verba para atividades que poderiam ser executadas de forma eficiente e menos onerosa, por servidores técnicos efetivos da área.

### 5.1.10 Ocara

Ocara possui área territorial de 763.075 km<sup>2</sup> e uma população em torno de 24 mil habitantes, dos quais a maioria reside na zona rural (68,33%) e uma pequena parte (31,67%) na área urbana (cf. PDITS, 2014). O município responde por 8,78% do PIB do Maciço, e seu PIB depende, sobretudo, do setor de serviços (representa 66,73% do PIB municipal) e do setor agropecuário (23,85%), de forma que o setor industrial só responde por 9,42% do total do PIB municipal.

No tocante à contratação efetiva de profissionais da área administrativa, Ocara promoveu, nos últimos 25 anos, um concurso público<sup>14</sup> em 2005, que reservou 30 vagas para auxiliar administrativo e 4 vagas para fiscal tributário, de um total de 251 vagas. Em 2007 houve outro concurso público, mas sem oferta de cargos nesta área. Assim, houve uma modesta atualização do quadro de funcionários efetivos do setor administrativo, porém foi a última em um período de 15 anos.

Conforme o resumo semestral dos gastos de Ocara, apresentado na Tabela abaixo, entre os anos de 2017 e 2020, foram gastos, no total, cerca de R\$ 4.686.810,00 para o recrutamento de serviços privados em atividades administrativas. Ocupando o 2º lugar, no quadro de municípios do Maciço, que mais gastou com estes tipos de contratos, Ocara concentrou 37,27% dos gastos totais no primeiro semestre da gestão e 38,99% destes no primeiro semestre do segundo ano da gestão, indicando a necessidade da administração de se adequar aos protocolos que regem a gestão pública ainda no início do mandato. Entretanto, no último semestre do mandato e período eleitoral, não houve empenho de licitações nesse sentido.

**Tabela 11** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Ocara (2017-2020)

OCARA		
2017	1ºS	R\$ 1.747.100,00
2017	2ºS	R\$ 156.780,00
2018	1ºS	R\$ 1.827.440,00
2018	2ºS	R\$ 314.800,00
2019	1ºS	R\$ 502.800,00
2019	2ºS	R\$ 87.890,00
2020	1ºS	R\$ 50.000,00
2020	2ºS	X
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 4.686.810,00</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir da coleta de dados do TCE-CE (2021).

O município, comparado aos demais da Macrorregião, foi o que mais realizou licitações para o contrato de empresas prestadoras de serviços administrativos, somando um total de 36 licitações, duas se sobressaíram para observação. A primeira que se destaca é uma de 2017, do mês de fevereiro, com custo de R\$ 385.000,00 e que se destinou à contratação em empresa especializada para executar serviços de assessoria em contabilidade pública, planejamento, justificativas técnico-contábeis e prestação de contas para atender a LRF, TCM e demais órgãos da administração pública. A segunda,

<sup>14</sup> Fonte: <https://www.ocara.ce.gov.br/leis.php?cat=&Exer=&dtini=&dtfim=&Num=&Descr=concurso>

empenhada em maio de 2018 no valor de R\$ 1.444.000,00, foi a mais cara de todas as 317 licitações pesquisadas, e teve como objeto o recrutamento de serviços especializados na organização, controle do almoxarifado e gestão de documentos. Somente esta licitação representa cerca de 30,8% de todos os empenhos da prefeitura nos 4 anos considerados.

Em relação às licitações acima apresentadas, vê-se que ambas se destinam à contratação de empresas para mediação do processo de adequação da gestão ao ordenamento jurídico, no tocante ao planejamento orçamentário e prestação de contas bem como serviços administrativos mais básicos, como organização e gestão de documentos. Este cenário aponta uma ineficiência da gestão para lidar com sua própria cultura organizacional e cumprir as normativas pré-estabelecidas pela Constituição Federal e LRF, sem esse auxílio de uma empresa privada. Tal problema público poderia ser facilmente solucionado, se houvesse profissionais efetivos com qualificação técnica para gerir os recursos financeiros, materiais e humanos pré-existentes da máquina municipal, com mais eficiência e racionalização de despesas.

#### **5.1.11 Pacoti**

O município de Pacoti abriga, em uma área de extensão territorial de 112.433 km<sup>2</sup>, uma população de mais de 11 mil habitantes, divididos da seguinte forma: 40,1% habitando a zona urbana e 59,9% na área rural (cf. PDITS, 2014). A economia da cidade é sustentada, basicamente, pelo setor de serviços, que representa 60,69% do PIB municipal, e pelo setor agropecuário, que contribui com 31,27%; a indústria, por sua vez, é responsável por somente 8,05% do PIB do município (cf. PDITS, 2014).

O município de Pacoti realizou, no ano de 2009, o único concurso público<sup>15</sup> em 25 anos, disponibilizando um total de 106 vagas, sendo que destas, duas foram para fiscal de tributos e uma foi para técnico de contabilidade. Assim, só 3 vagas foram reservadas para a profissionalização do quadro administrativo da gestão municipal, deixando possíveis lacunas no quadro de servidores que operacionalizam as políticas públicas da prefeitura.

Abaixo, na Tabela, observa-se que houve um gasto total de R\$ 2.397.357,80 em licitações destinadas à contratação de empresas do ramo da administração pública, no

---

<sup>15</sup> Fonte: <https://www.pciconcursos.com.br/concurso/edital-106-vagas-destinadas-a-prefeitura-de-pacoti-ce>

período de 2017 a 2020. Conforme se pode visualizar, o município teve empenhos regulares neste sentido em praticamente toda a gestão, exceto no último semestre da mesma, ou seja, no período eleitoral. Percebe-se, então, uma contínua terceirização de funções administrativas pela gestão, pelo menos até o primeiro semestre de 2020, último ano de exercício.

**Tabela 12** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Pacoti (2017-2020)

PACOTI		
2017	1ºS	R\$ 861.353,00
2017	2ºS	R\$ 238.000,00
2018	1ºS	R\$ 181.200,00
2018	2ºS	R\$ 787.343,80
2019	1ºS	R\$ 63.900,00
2019	2ºS	R\$ 80.000,00
2020	1ºS	R\$ 185.561,00
2020	2ºS	X
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 2.397.357,80</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir da coleta de dados do TCE-CE (2021).

De um total de 24 licitações, sublinha-se as seguintes: a primeira, de março de 2017, foi para a contratação de serviços técnicos de consultoria em assuntos fiscais e assessoria diária e local de interesse das unidades gestoras da prefeitura, com um custo de R\$ 330.960,00; a segunda, de março de 2010, teve um custo de R\$ 544.543,80 e foi destinada à contratação de serviços de assessoria e consultoria especializada na recuperação de possíveis créditos. Ambos os serviços contratados demonstram a baixa capacidade técnica da prefeitura de operacionalizar obrigações básicas da administração pública, sobretudo em relação à gestão fiscal; o que pode indicar a necessidade da contratação de profissionais com esses conhecimentos técnicos no quadro permanente de servidores.

### 5.1.12 Palmácia

Com uma extensão territorial de 128,896 km<sup>2</sup>, Palmácia possui um quantitativo populacional na faixa de 12 mil habitantes, dos quais, 41,3% reside na área urbana e 59,7%, na zona rural (cf. PDITS, 2014). O município depende fortemente do setor de serviços para a sustentação de sua economia, já que, conforme o PDITS (2014), ele é responsável por 74,37% do PIB municipal; o setor agropecuário, por sua vez, contribui com 16,83%, e o setor industrial, somente com 8,8%.

Palmácia promoveu concursos públicos<sup>16</sup> nos anos de 2001, 2011 e 2015, sendo o município do Maciço que mais os realizou, nos últimos 25 anos. O de 2001 ofertou 119 vagas, das quais 10 foram para agente de administração. Já no de 2011, de um total de 73 vagas, 30 foram para agente administrativo e 1 foi para fiscal de tributos. O de 2015, por sua vez, de um total de 99 vagas, ofertou 40 para agente administrativo e uma para administrador. É importante salientar que a vaga de administrador exigia formação de nível superior em Administração de Empresas. De modo geral, nota-se uma constante preocupação das gestões em renovar o quadro de servidores técnicos efetivos da área administrativa, porém há 7 anos que não há novos esforços neste sentido.

Observa-se, na Tabela abaixo, que o município gastou um total de R\$ 3.065.785,00 com licitações visando a contratação de serviços privados que envolvem a administração da máquina, considerando os anos de 2017 a 2020. Só no primeiro semestre, foram gastos cerca de 35,62% do total das despesas de todo o período. Contudo, diferente da maioria dos outros municípios, Palmácia apresentou frequência no empenho destas licitações em todos os semestres do período considerado.

**Tabela 13** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Palmácia (2017-2020)

PALMÁCIA		
2017	1ºS	R\$ 1.092.260,00
2017	2ºS	R\$ 513.615,00
2018	1ºS	R\$ 343.200,00
2018	2ºS	R\$ 210.260,00
2019	1ºS	R\$ 227.080,00
2019	2ºS	R\$ 523.575,00
2020	1ºS	R\$ 58.000,00
2020	2ºS	R\$ 97.795,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 3.065.785,00</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir da coleta de dados do TCE-CE (2021).

De um conjunto de 28 licitações, duas do ano de 2017 emergem para análise: uma de fevereiro, com custo de R\$ 286.000,00, e outra de maio, no valor de R\$ 111.000,00. A primeira foi para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços em contabilidade pública, planejamento e justificativa técnico-contábeis, para atender a LRF e TCM. A segunda foi para serviço de assessoria visando a ordenação, inspeção, classificação, revisão e digitalização dos arquivos e demais documentos de

<sup>16</sup> Fonte:

<https://www.palmacia.ce.gov.br/leis.php?cat=&Exer=&dtini=&dtfim=&Num=&Descr=curso>



gestão. A exemplo de outros municípios, constata-se novamente uma gestão que necessita terceirizar serviços básicos da rotina de um órgão público.

### 5.1.13 Redenção

Redenção possui uma área territorial de 247.989 km<sup>2</sup> e uma população de mais de 26 mil habitantes, dos quais, 57,3% residem na zona urbana e 42,7%, na zona rural (cf. PDITS, 2014). Depois de Baturité, é o município que mais contribui para o total do PIB do Maciço de Baturité, representando cerca de 11,25% deste. Em relação ao PIB do próprio município, o setor de serviços responde por 74,33%, o setor agropecuário por 12,86%, e o setor industrial por 12,8% (cf. PDITS, 2014).

Nos últimos 30 anos, a prefeitura de Redenção realizou dois concursos públicos: um em 1995<sup>17</sup>, que ofereceu um total de 50 vagas, e outro em 2019<sup>18</sup>, que ofereceu um total de 249 vagas. No primeiro, tiveram 13 vagas para auxiliar administrativo e 8 para assistente administrativo; já no segundo, não houve oferta para o quadro técnico administrativo. Percebe-se então que, há pelo menos 27 anos, não há contratação efetiva de profissionais para gerir a administração da máquina municipal.

Redenção foi a cidade da Macrorregião do Baturité que mais gastou com a contratação de serviços administrativos, no período 2017-2020, chegando a desembolsar R\$ 6.514.256,84 para tal, o que corresponde a 17,09% do somatório dos gastos de todo o Maciço, ou seja, quase um quinto do total. Conforme se pode avaliar na Tabela abaixo, o único semestre onde não houve empenho neste sentido foi no primeiro de 2018, no entanto, o segundo semestre deste mesmo ano foi responsável por 32,35% do total de todos os anos considerados. Vale ressaltar também que, no primeiro semestre da gestão, o gasto efetivado representou 17,09% do total empenhado pelo município entre 2017 e 2020. De modo geral, houve um intenso gasto com a contratação destes serviços privados, revelando a dependência do setor privado para a manter o funcionamento adequado e eficiente da prefeitura.

**Tabela 14** - Divisão dos Gastos Semestrais em Licitações com a Terceirização da Gestão Pública Municipal de Redenção (2017-2020)

REDENÇÃO		
2017	1ºS	R\$ 1.113.840,00
2017	2ºS	R\$ 286.560,00

<sup>17</sup> Fonte:

<https://www.redencao.ce.gov.br/leis.php?cat=&Exer=&dtini=&dtfim=&Num=&Descr=concurso>

<sup>18</sup> Fonte: <https://concursos.promunicipio.com/informacoes/266/>

2018	1ºS	X
2018	2ºS	R\$ 2.107.414,80
2019	1ºS	R\$ 859.060
2019	2ºS	R\$ 1.316.00,00
2020	1ºS	R\$ 252.499,64
2020	2ºS	R\$ 468.420,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 6.514.256,84</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir da coleta de dados do TCE-CE (2021).

De um montante de 28 licitações, ressaltam-se as seguintes para análise: uma de abril de 2017, no valor de R\$ 576.000,00 e outra de outubro de 2019, no valor de R\$ 816.000,00. A primeira foi referente à contratação de consultoria contábil para assessorar várias secretarias e o instituto de previdência dos servidores (Redenção-PREV). Logo, vê-se a fragilidade da gestão em lidar com questões contábeis e fiscais, já que terceiriza estas atividades e dispõe de um valor que poderia ser utilizado para outras políticas públicas. A segunda, por sua vez, foi para a contratação de empresa especializada para identificar os valores de omissão dos contribuintes do ISS e treinar os agentes fiscais do município na constituição e recuperação desses créditos tributários. Nesta, nota-se que além do serviço de assessoria, a empresa contratada oferece treinamento para a equipe da gestão, garantindo a profissionalização e qualificação técnica destes profissionais. Estas práticas de treinamento são importantes e deveriam ser valorizadas, pois qualificam e atualizam o quadro profissional da máquina municipal.

## **5.2 TERCEIRIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MACIÇANA: RESULTADOS E PERSPECTIVAS**

Conforme se observou até o momento, todos os municípios do Maciço de Baturité, no período considerado de 2017 a 2020, empenharam licitações relativas à contratação de empresas privadas para o exercício de funções administrativas. Assim, houve terceirização na execução das funções mais básicas da administração pública, configurando gastos consideráveis.

Salientou-se, em outro capítulo, a importância da adequação das prefeituras à Lei de Responsabilidade Fiscal, essencial para uma gestão orçamentária e fiscal eficiente e transparente. O que se pode ver, após a análise das licitações do Maciço, é que 3 municípios (Guaramiranga, Ocara e Palmácia) transferiram esta responsabilidade para empresas privadas. De fato, esses protocolos exigem conhecimentos técnicos e

legais imprescindíveis à sua execução, o que demanda uma equipe qualificada. Neste caso, vê-se uma necessidade de pensar a integração destes profissionais para além da via de terceirização.

Também observou-se 5 licitações tendo como objeto direto a elaboração dos projetos de lei requeridos pela LRF – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Palmácia empenhou duas licitações, uma para o PPA e outra para a LOA, enquanto Aracoiaba realizou uma para LOA e LDO, e Itapiúna e Mulungu para PPA. Nota-se, então, que ao todo estas licitações somam R\$ 899.800,00, um gasto considerável, levando em consideração sua destinação. Eles também demandam conhecimento técnico das normativas da Constituição Federal e sensibilidade política para atender as necessidades coletivas da sociedade, porém são responsabilidade direta do Executivo que, ao descentralizar essas funções para o setor privado, se distancia de suas demandas perante à máquina administrativa e à sociedade. Por exemplo, o PPA demanda que os tomadores de decisões, de maneira participativa, construam essa política pública; logo, relegar a elaboração deste Plano ao setor privado pode isolar o Poder Público das reivindicações populares.

Observou-se também empenhos para serviços relacionados à prestação de contas, que é determinada pela Constituição e pela LRF, e reservada a todo órgão ou empresa com capital público. Conforme Brasil, Xavier e Tavares (2015) “devem prestar contas o prefeito e o presidente da Câmara Municipal, às quais será dada ampla divulgação”; a eficácia da prestação de contas será avaliada pelo parecer técnico do Tribunal de Contas e fiscalizada pelo Poder Legislativo e Ministério Público. A importância desta prestação de contas perante à sociedade leva os tomadores de decisão, em sua maioria despreparados, a dispor de recursos públicos para a contratação de empresas especializadas.

Ao todo foram 14 licitações para estes serviços, envolvendo assessoria na prestação de contas de governo (PCG) e de convênios. Assim, 5 licitações foram para elaboração de PCG, sendo duas de Guaramiranga, e uma de cada um dos seguintes municípios: Aracoiaba, Barreira e Ocara. As outras 9 licitações foram para prestação de contas de convênios estaduais e federais, sendo 2 de Aracoiaba, 2 de Aratuba, 2 de Barreira, 2 de Capistrano e 1 de Pacoti.

Algumas licitações, 9 ao total, também foram contratações de equipes para gestão fiscal, porém nestes casos não para prestação de contas, mas para

aperfeiçoamento das atividades de controles interno e externo, atendendo às instruções dos Tribunais de Contas. Estes serviços, no geral, envolvem a participação de uma equipe multiprofissional, envolvendo o trabalho de administradores, advogados, contadores e outros. Os municípios que empenharam estas licitações, e a quantidade destas, foram: Ocara (2), Palmácia (2), Aracoiaba (1), Barreira (1), Baturité (1), Capistrano (1), Guaramiranga (1) e Pacoti (1). Estes serviços são importantes perante os Tribunais de Contas, que além da ação preventiva de impedir o endividamento público, verifica “a observância dos cálculos dos limites da despesa total com pessoal, dívidas e concessão de garantias, devendo apresentar o resultado das contas em linguagem simples e objetiva e com acesso facilitado” (BRASIL, XAVIER, TAVARES, 2014)

Outro marcador evidenciado, que foi objeto de 9 licitações, trata-se, no geral, de serviços em gestão de documentos: ordenação, inspeção, classificação, revisão e digitalização; totalizando um gasto de cerca de R\$ 399.590,00 com atividades que poderiam ser executadas, sem todo esse custo, pelos quadros municipais de agentes e assistentes administrativos em exercício. Duas destas licitações foram empenhos da Prefeitura de Aracoiaba, e as demais, cada uma foi dos seguintes municípios: Acarape, Baturité, Capistrano, Palmácia e Redenção.

Por incrível que pareça, das 317 licitações analisadas, 18 tinham como objeto justamente a prestação de assessoria em licitações e contratos públicos, o que indica a necessidade, no contexto da gestão municipal, de equipe treinada na elaboração correta destes empenhos. Aracoiaba lidera o número de licitações deste porte, totalizando 7, seguida de Ocara com 3 e Redenção com 2; os seguintes municípios apresentaram somente uma, cada um: Acarape, Aratuba, Baturité, Capistrano, Mulungu e Pacoti.

Em muitas outras licitações, além de serviços administrativos, há o recrutamento de serviços de assessoria e consultoria técnicas na área contábil-financeira e jurídica, junto às diversas secretarias, demonstrando a necessidade do conhecimento técnico não só de profissionais do Campo de Públicas, mas também de contadores, advogados, auditores e outros. A regularidade na demanda destes profissionais associada com a falta dos mesmos nos quadros de servidores efetivos dos municípios, resulta nesta dependência de empresas não-estatais, para a execução das funções mais básicas.

Assim, outro aspecto investigado foi o referente à contratação de servidores técnicos efetivos na área administrativa pelas prefeituras de cada município. Conforme

o Artigo 37 da Constituição Federal, a contratação de mão de obra, pelas prefeituras, deve ser feita por meio da realização de concursos públicos (BRASIL,1988). De acordo com Morais, Xavier e Tavares (2014), os serviços prestados por servidores efetivos, contratados através de concurso público, são mais eficientes, já que serão desempenhados por profissionais com especialização na área, de forma que “a Administração terá, dessa maneira, possibilidade de cobrar resultados, produtividade e qualidade na prestação de serviços e poderá ter redução de custos”.

Desta forma, a pesquisa se debruçou sobre os concursos públicos realizados, nos últimos 25 anos, pelos municípios da Macrorregião, com foco nos cargos associados às funções administrativas e correlatas. Ao total foram realizados 18 concursos públicos no Maciço, porém não por todos os municípios, já que Aracoiaba e Aratuba, no período considerado, não realizaram concurso na área administrativa. Baturité, por sua vez, só ofertou 2 vagas na área, referente à técnico de projetos. No caso dos outros municípios, os principais cargos ofertados, na área administrativa, foram os de assistente, de auxiliar e de agente administrativos, bem como os de fiscais de tributos, todos com exigência de nível médio e com remuneração na faixa de um salário mínimo. Tais cargos não exigem formação na área e visam o cumprimento de funções acessórias.

Para profissionais de nível superior, e considerável grau de especialização, só foram ofertados 3 cargos: um em Palmácia, para administrador, com remuneração na faixa de 3 salários mínimos; e dois em Itapiúna, um para coordenador administrativo e financeiro, com remuneração na faixa de 3 salários mínimos, e outro para gerente administrativo e financeiro, com remuneração na faixa de 2 salários mínimos. Estes dados demonstram que houveram poucas contratações efetivas de profissionais bacharéis em administração.

Tendo em vista que esta pesquisa busca sondar a profissionalização da gestão pública, a análise dos concursos públicos ofertados é importante pois registra a formação dos quadros de servidores efetivos, contratados nos últimos 25 anos. Certamente, seria melhor consultar cada prefeitura acerca de seus quadros de profissionais ativos, porém, por dificuldades logísticas da pesquisa, só foi possível fazer esta análise a partir das leis que estipulam os editais desses concursos e que são de domínio público.

Além disso, foi possível identificar que não há, no contexto da contratação efetiva do quadro de servidores dos municípios, interesse dos gestores públicos na

profissionalização da máquina municipal, pois não há contratação direcionada para profissionais especializados na área da Administração e do Campo de Públicas, o que se reflete na dependência do setor privado para o exercício de funções que exigem qualificação técnica apropriada. O ganho na eficiência e a redução de gastos que se seguem à contratação efetiva desses profissionais não se realizam e o intuito deste trabalho é fazer um debate sobre este problema público.

Entretanto, destaca-se aqui outros concursos públicos, realizados Brasil afora, para a contratação de profissionais do Campo de Públicas, como o concurso realizado em 2019, em Juazeiro do Norte - CE, com oferta para analista de gestão pública, com exigência de bacharelado em Administração Pública ou outras áreas do Campo de Públicas, e remuneração de R\$ 2.500,00. Dentre suas funções, o Edital destaca as de implementar, supervisionar, coordenar, executar, monitorar, refazer avaliação de projetos, atividades e políticas públicas da Administração Municipal.

Outro concurso neste sentido foi um realizado pela prefeitura de Morretes - PR, no ano de 2018, com uma vaga para tecnólogo em gestão pública, com exigência de Ensino Superior na área da Administração e Tecnologia em Gestão Pública. Com carga horária de 20h semanais e remuneração em torno de R\$ 1.200,00, às funções atribuídas ao profissional são: operacionalizar os procedimentos licitatórios, organizar os processos administrativos e emitir empenho relativos aos bens adquiridos ou serviços contratados; proceder e controlar a publicação dos atos oficiais e a conferência das publicações promovidas nos órgãos oficiais, a fim de dar ampla publicidade e transparência aos atos administrativos; planejar, supervisionar, avaliar e aplicar os projetos, programas e mecanismos operacionais; apresentar e aplicar metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional; e emitir parecer técnico em sua área de formação.

Por fim, outro exemplo de concurso público voltado para a contratação de profissionais especializados em administração pública, foi um concurso, a nível estadual, da Polícia Civil do Estado do Pará, no ano de 2021. A vaga para técnico em gestão pública, com carga horária semanal de 30h e remuneração de R\$ 1.500,00 + gratificação, exigia formação superior em Administração e tinha como atribuições: desenvolver atividades de planejamento, supervisão, coordenação, orientação e execução relacionadas com a elaboração de planos, programas e projetos sociais; e

executar outras atividades correlatas a sua área de atuação e de acordo com a sua formação profissional.

Como se pode ver, nos exemplos selecionados, houve interesse da gestão pública na profissionalização de seus quadros, pela contratação de profissionais com qualificação na área administrativa e formação acadêmica adequada. Tal cenário não tem se efetivado no Maciço, conforme se observou na análise dos concursos realizados. Em contrapartida, observou-se muitas demandas de terceirização das atividades destes mesmos profissionais, o que se mostrou bastante oneroso para a Macrorregião.

Por exemplo, se houvesse a contratação de 2 profissionais do Campo de Públicas pela prefeitura, com remuneração de dois salários mínimos cada um, ao total de 4 anos, a média de gastos estaria em torno de R\$ 200.000,00. Estes mesmos profissionais, contratados para prestação de serviços pontuais, chegam a custar muito mais em uma única licitação, como se observou anteriormente e pode ser conferido nos ANEXOS. Um exemplo que podemos citar seria a licitação, empenhada por Mulungu em setembro de 2020, no valor de R\$ 720.000,00, relativa à prestação de serviços na execução de protocolos fiscais vinculados à folha de pagamento, que poderiam muito bem ser desempenhados por administradores públicos efetivos junto com o restante do quadro de servidores.

Logo, esta dependência da terceirização, observada no período 2017-2020, das prefeituras do Maciço em relação ao setor privado, no tocante à gestão pública, pode ser contornada pela profissionalização da máquina pública, através do recrutamento de mão de obra especializada. São muitos os benefícios da contratação pública de servidores administrativos, pois, a longo prazo, custa bem menos que a terceirização; garante estabilidade organizacional e maior eficiência no planejamento e execução da máquina, para além da ideologia política de cada gestão; além disso, estes profissionais também podem atuar no sentido de aperfeiçoar o Estado e as suas políticas públicas utilizando metodologias adequadas.

A solução que esta pesquisa apresenta para este problema público enfrentado pelos municípios da Macrorregião de Baturité, perpassa pela disponibilidade de profissionais especializados da Região. Conforme será abordado, a UNILAB tem um papel fundamental para o enfrentamento desta situação. Afinal, enquanto uma Universidade Federal no Maciço de Baturité, ela tem formado diversos profissionais da Região, em especial, bacharéis em Administração Pública, formados para atuar na

gestão pública e aptos a desempenhar as funções administrativas que foram terceirizadas, conforme apresentado neste capítulo.

## **6 O PAPEL DA UNILAB NA PROFISSIONALIZAÇÃO DOS QUADROS TÉCNICOS MACIÇANOS**

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) representa um marco para o Maciço de Baturité, pois é a primeira universidade, na Macrorregião e no Estado do Ceará, a promover a interiorização, bem como a internacionalização, do ensino superior. Assim, conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública Presencial, a mesma busca a inovação no processo de ensino-aprendizagem e transcender as propostas tradicionais de criação de uma universidade, “buscando um ensino de alto padrão, comprometido com a realidade política, econômica e socioambiental brasileiro e dos demais países da CPLP.” (PPC, 2016)

Desta forma, a universidade criada em 2010 pelo Governo Federal, visa à transformação social pela educação de discentes, na sua maioria, oriundos da região do Maciço de Baturité, do Recôncavo Baiano e dos demais países que compõem a CPLP. Ou seja, alunos provenientes do interior cearense e baiano e também de estudantes internacionais lusófonos. O projeto atende, então, à “diretriz do Ministério da Educação (MEC) de interiorização da educação superior no país” (PPC, 2016).

De forma geral, a universidade trabalha cinco pontos fundamentais: a inserção do estudante no universo acadêmico, a formação geral, a formação básica, a qualificação profissional específica e a inserção no mercado de trabalho. Como se pode ver, a instituição busca preparar os discentes através de formação integral e planeja a inserção dos mesmos no contexto profissional, por meio de um sistema de estágios, com monitoramento da universidade, para que sejam aplicados os conhecimentos adquiridos.

A partir de estudos e análises, a UNILAB pontuou seus objetivos, priorizando as “áreas que reflitam os principais problemas dos países parceiros, bem como da região onde a universidade está inserida” (PPC, 2016), em especial, a Macrorregião do Maciço de Baturité. Afinal, como a pesquisa demonstrou, tais municípios traduzem aspectos econômicos e sociais que justificam a implementação da UNILAB, como uma ferramenta de fundamental importância para o desenvolvimento regional.



Como se observou na análise dos municípios do Maciço, estes apresentam população predominantemente rural e de baixa renda, além de sérios problemas sociais, que se arrastam desde a colonização e demandam do Estado, políticas governamentais de interesse público que atenuem tais demandas da sociedade maciçana. Como se viu nos dados, as pequenas prefeituras da região apresentaram falta de profissionais efetivos e qualificados para suprir as necessidades da Máquina Pública Municipal. Tais demandas são executadas para gerar serviços públicos de qualidade e políticas públicas eficazes, que atendam aos anseios coletivos da Macrorregião.

Nesse contexto, a UNILAB priorizou, em seu projeto, a área da Gestão Pública, conforme se lê no PPC do curso de Administração Pública (2016):

Gestão Pública: o histórico dos países envolvidos no projeto da UNILAB indica a importância de desenvolver e fortalecer, em diversas áreas, conhecimentos e estratégias de organização e promoção da gestão pública, disseminando mecanismos de participação democrática, transparência de gestão, profissionalização da administração pública, análise, formulação e implementação de políticas públicas e inclusão social.

Assim, a UNILAB criou cursos nesta área, na tentativa de criar quadros de profissionais qualificados e especializar gestores e profissionais em exercício, dentro da população maciçana. Foi então que surgiu o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), com o curso de Administração Pública, nas modalidades presencial e à distância. Além disso, dentro do ICSA, desde 2014, estão aprovados nos Conselhos Superiores da instituição, duas novas graduações presenciais, uma de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional e outra de Biblioteconomia. Ademais, no ano de 2021, o CONSEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) deliberou a aprovação da graduação em Serviço Social. É importante salientar que os cursos presenciais citados são ministrados nos *campi* localizados no Maciço, para beneficiar, sobretudo, a população local e dos países parceiros.

No âmbito da pós-graduação *lato sensu* no Campo de Públicas, foram criadas as seguintes especializações: Especialização em Gestão Pública e Especialização em Gestão Municipal, ambas na modalidade de ensino à distância. Já no contexto da pós-graduação *stricto sensu*, o CONSEPE aprovou, em 2020, o Mestrado Profissional em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, e em 2021, o Mestrado Acadêmico em Planejamento de Dinâmicas Territoriais Lusófonas, ambos planejados para atender as necessidades da profissionalização do Maciço e dos países parceiros. Cabe notar que estes serão ministrados presencialmente nos *campi* situados no Maciço. Todos estes cursos de pós-graduação priorizam profissionais graduados que exercem atividades no

setor público e no setor terciário, ou que pretendem exercer. De acordo com o PPC (2016):

Do ponto de vista sociopolítico, os cursos da UNILAB refletem a visão de que se faz necessário assumir o compromisso de atender às necessidades do meio a que serve. Nessa ótica, a sua localização se apresenta como um diferencial no processo de formação de profissionais comprometidos com a transformação econômica e social.

Este trabalho, fruto da inserção do pesquisador maciçano no curso de Administração Pública da UNILAB, buscou aplicar os conhecimentos adquiridos neste, a fim de aprofundar a discussão teórico-prática nesta região, por meio da investigação de aspectos pertinentes às tomadas de decisões frente aos recursos públicos municipais. Para prover um quadro técnico profissional que atenda as necessidades da Macrorregião, a graduação tem como o objetivo geral, formar indivíduos que promovam o interesse coletivo e a justiça social, além de “administrar ou assessorar organizações e órgãos estatais; entidades públicas não estatais; organizações sociais; organizações internacionais ou no exercício de mandato eletivo” (PPC, 2016).

Como se viu, em pontos anteriores, a estrutura pública dos municípios maciçanos apresenta déficits de gestão, que perpassam sua administração, seu planejamento, sua organização e sua efetividade. Ao mesmo tempo, observou-se como causa deste contexto, a falta de gestores capacitados e a falta de mão de obra especializada, nas prefeituras, para operacionalizar a máquina e suas políticas públicas. Assim, notou-se que a terceirização destas funções impacta diretamente a gerência dos recursos, pois em uma região como o Maciço, que apresenta inúmeros problemas públicos, exige-se sensibilidade dos tomadores de decisão para o direcionamento do dinheiro público para áreas prioritárias.

Logo, com o gasto de quase R\$ 40 milhões evidenciados a partir das licitações analisadas, nota-se dispêndios incompatíveis com as necessidades das populações locais. Estes recursos poderiam ser minimizados a partir da profissionalização da máquina, mediante contratação efetiva de servidores especializados para desempenhar funções administrativas. Neste sentido, pode-se dizer que a UNILAB apresenta, por meio do curso de Administração Pública, uma solução para o problema público da falta de profissionalização da gestão estatal nos municípios da Macrorregião.

O curso de Administração Pública da UNILAB possibilita a formação acadêmica e técnica de profissionais com as habilidades necessárias para executar o pleno funcionamento da gestão pública. De acordo com o PPC (2016):

Embasado nas Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Conselho Nacional da Educação em janeiro de 2014, espera-se que, no exercício de sua profissão e no papel de cidadão, o administrador público formado pela UNILAB seja capaz de:

- a) reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- b) apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- c) desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do ethos republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- d) estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- e) desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- f) expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- g) ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

Estas habilidades, trabalhadas pelo curso, preenchem as lacunas observadas nesta pesquisa com relação à gestão da máquina pública no Maciço, como a necessidade de: capacidade técnica para a elaboração de políticas, programas, planos e projetos públicos; sensibilidade para reconhecer problemas de interesse coletivo; aplicação de métodos qualitativos e quantitativos para a análise de processos econômicos, sociais, administrativos e políticos; conscientização da ética no serviço público; organização, criticidade e criatividade para superar os problemas enfrentados pelas gestões municipais. Assim, os profissionais formados pelo curso devem estar preparados para atuar na área pública federal, estadual e municipal, contribuindo para o aperfeiçoamento das relações intergovernamentais” (PPC, 2016).

Portanto, o egresso do Campo de Públicas “deverá ser apto ao exercício de sua profissão, tendo desenvolvido durante o curso as diversas competências e habilidades que o farão um gestor público capaz de exercer sua função com alto desempenho” (PPC, 2016). Logo, em um cenário onde as prefeituras não possuem servidores capacitados para o planejamento da gestão pública e dependem cada vez mais do setor privado para isto, esses profissionais graduados representam a solução para este impasse presente nos 13 municípios da Macrorregião.

Contudo, a análise histórica da cultura política brasileira, demonstra uma administração pública patrimonialista e pautada em trocas de cargos e favores, no nepotismo, no descumprimento das normativas legais e na falta de transparência.

Evidentemente, no Maciço não seria diferente, como a pesquisa de Maria Larissa da Silva Mendes, egressa do curso de Administração Pública da UNILAB, que evidenciou:

Inúmeros casos de improbidade administrativa na região nos últimos dez anos. Foram identificados um ou mais casos de irregularidades em dez dos treze municípios que compõem o Maciço. Figuras públicas, como prefeitos, vereadores e secretários têm tirado proveito do poder que detêm em mãos e desviado o foco de suas ações dentro da administração pública, deixando de lado aquilo que deve ser considerado primeiramente para a realização de suas ações, isto é, o bem-estar da coletividade. (MENDES, 2017).

A solução que se propõe passa então, pela mudança desta cultura política por parte dos tomadores de decisão, e pelo interesse na inserção destes profissionais formados pela UNILAB nos quadros técnicos das prefeituras, por meio de concursos públicos. Desta forma, assegura-se uma via de mão dupla, para as prefeituras e para os egressos do Campo de Públicas do Maciço, garantindo a profissionalização da gestão pública da região e a permanência destes trabalhadores qualificados em seus locais de origem. Até o momento, a UNILAB já formou 605 alunos no curso de Administração Pública (presencial e EAD), conforme a Tabela a baixo:

**Tabela 15** – Quantitativo Total de Egressos do Curso de Administração Pública da UNILAB (Presencial e EAD)

<i>Semestre</i>	<i>Presencial</i>		<i>EAD</i>	
	<i>Estrangeiros</i>	<i>Brasileiro</i>	<i>Estrangeiros</i>	<i>Brasileiro</i>
<i>2015.1</i>	1	2	-----	-----
<i>2015.2</i>	1	-----	-----	-----
<i>2015.3</i>	3	11	-----	-----
<i>2015.4</i>	-----	-----	-----	-----
<i>2016.1</i>	8	25	-----	-----
<i>2016.2</i>	13	2	-----	1
<i>2016.4</i>	-----	-----	-----	-----
<i>2017.1</i>	24	25	-----	135
<i>2017.2</i>	6	10	-----	7
<i>2017.3</i>	-----	-----	-----	-----
<i>2018.1</i>	18	11	-----	57
<i>2018.2</i>	8	7	-----	5
<i>2019.1</i>	8	13	-----	18
<i>2019.2</i>	6	25	-----	36
<i>2020.1</i>	18	25	-----	6
<i>2020.2</i>	7	14	-----	37
<i>2020.3</i>	3	7	-----	-----
<i>2021.1</i>	-----	-----	-----	2
<b><i>TOTAL DE DISCENTES</i></b>	124	177	0	304

Fonte: Plataforma UNILAB em Números<sup>19</sup>, disponível no Website da UNILAB (2022).

<sup>19</sup> Fonte: <https://UNILAB.edu.br/UNILAB-em-numeros/>

Estes, como se viu, possuem inúmeras qualificações e habilidades para auxiliar a gestão administrativa das prefeituras, podendo executar os diversos serviços que foram amplamente terceirizados. Serviços que, por sua vez, são rotineiros e básicos para uma gestão pública e são aprofundados no decorrer da graduação.

Os serviços contratados demandaram bastante recursos nas licitações analisadas, e foram direcionados majoritariamente para as áreas de: construção de projetos de Lei de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA), adequação à LRF, assessoria na prestação de contas, adequação às normativas dos órgãos de controle interno e externo (TCM, TCE, TCU), gestão de documentos, assessoria em licitações e outros serviços básicos. Um profissional formado no Campo de Públicas tem capacidade técnica para desempenhar estas funções, com mais eficiência, economicidade e transparência.

Portanto, cabe aos municípios a responsabilidade de profissionalizar a máquina pública do Maciço, para melhor atender os anseios da sociedade. Por sua parte, a UNILAB tem formado estes quadros de profissionais qualificados para atuarem na Região. No entanto, a universidade tem se confrontado com diversas limitações no alcance de seu papel perante a sociedade, e na participação da implementação de políticas públicas municipais.

Contudo, falta interesse por parte dos tomadores de decisões, em promover meios p

ara que os profissionais formados pela UNILAB possam constituir os quadros efetivos de servidores municipais, e a partir da aplicação de seus conhecimentos, transformar a realidade da gestão pública local, democratizando, qualificando e efetivando os serviços e as políticas públicas prestadas à sociedade.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa aqui relatada objetivou a compreensão da realidade da gestão pública dos municípios da Macrorregião do Maciço de Baturité, evidenciando a não profissionalização técnica de servidores municipais, no intervalo de 2017 a 2020. Assim, fez-se uma análise dos gastos públicos com contratações de empresas privadas que operacionalizaram a máquina pública municipal neste período, correlacionando-os com a falta de servidores efetivos via concursos públicos. Ademais, aponta-se a

UNILAB e o curso de Administração Pública como uma solução para gestão pública do Maciço de Baturité, oferecendo profissionais capacitados que desempenhem serviços e políticas públicas mais efetivas, econômicas e transparentes.

Primeiramente, fez-se uma análise do desenvolvimento dos seres humanos enquanto sociedade e da dinâmica destes com seus recursos coletivos. Assim, foi apresentado um apanhado histórico acerca da instituição do Estado-Nação e do aprimoramento da Democracia Representativa, bem como o avanço da Administração Pública, no decorrer da História mundial e brasileira. Com relação ao Brasil, pontuou-se a relação do Estado com os modelos de administração pública que o perpassaram, ou seja, os modelos patrimonialista, burocrático e gerencialista; além de desenvolver o conceito de profissionalização da gestão pública junto à reforma gerencial. Esta contextualização foi importante para entender o progresso da Administração Pública no Brasil e poder fundamentar perspectivas críticas acerca desta na realidade atual.

Posteriormente, apresentou-se o conceito de município e o papel deste ente federado, após a redemocratização do País, com a Constituição Federal de 1988. Assim, descreveu-se as principais leis que regem a gestão pública, em especial a LRF, a LOA, a LDO e o PPA; além das normativas dos órgãos de controle interno e externo (TCM, TCE, TCU). Esta análise foi relevante para entender o funcionamento da máquina pública, além de seus aspectos administrativos, financeiros, de prestação de contas e de transparência; aplicando posteriormente, tais conceitos na dinâmica do Maciço.

Subsequentemente, traz-se à tona a temática das políticas públicas, com foco municipal, apresentando seus conceitos e a contextualização sobre suas abordagens fundamentais, além das diretrizes de elaboração, implementação e avaliação das mesmas. Um dos tópicos discutidos foi a conceitualização de problema público, definido como a diferença entre uma situação real vivenciada e uma situação possível e idealizada, e desta forma, apresentar as problemáticas do Maciço para, enfim, buscar uma realidade diferente da atual.

Após estes debates, adentrou-se no universo específico da pesquisa, ou seja, a análise do Maciço e dos 13 municípios que o compõem. Logo, o primeiro passo foi a apresentação da Macrorregião, de forma geral, a partir de seu conceito histórico e do retrato estatístico de seus aspectos populacionais, físicos, econômicos e administrativos. Assim, observou-se a característica predominantemente rural de sua população, bem como suas vulnerabilidades socioeconômicas, e viu-se também certas peculiaridades das máquinas administrativas municipais. Infelizmente, não houve

tempo nem condições logísticas, sobretudo em meio à pandemia de Covid-19, de obter mais dados para o aprofundamento de tais questões. Contudo, tentou-se extrair de considerações a partir dos dados coletados.

Por meio de técnicas de estatística descritiva e análise de conteúdo, buscou-se correlacionar as licitações e os concursos públicos dos municípios do Maciço, com as responsabilidades e os princípios da Administração Pública perante à Máquina Municipal. A partir da investigação das licitações empenhadas pelos municípios, entre 2017 e 2020, para a contratação de serviços privados, evidenciou-se que os tomadores de decisão privilegiaram a terceirização ao invés da profissionalização de seus quadros de servidores efetivos da área administrativa. Além disso, a falta de concursos públicos para esta área, como se viu a partir da análise dos editais promovidos nos últimos 25 anos, confirma a hipótese levantada de que não há incentivo na profissionalização da gestão pública.

Por conseguinte, apresentou-se os dados obtidos e as considerações críticas acerca dos mesmos para cada uma das cidades do Maciço: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção. Os dados, com o resumo semestral de gastos com as licitações analisadas, foram sistematizados em tabelas, e além disso, separou-se duas ou três licitações para uma análise crítica de seus conteúdos e valores. Também foram analisadas as vagas, nos concursos públicos realizados, para profissionais na área da gestão pública, identificando uma falta de interesse dos municípios por profissionais especializados.

Em seguida, foram apresentadas as perspectivas acerca da terceirização da administração pública na Macrorregião do Maciço. Assim, descobriu-se que as licitações empenhadas, entre 2017 e 2020, foram direcionadas para operacionalizar as funções básicas da gestão pública por um alto custo. Entre elas, serviços de assessoria e consultoria na elaboração de projetos de lei essenciais (LRF, LDO, LOA, PPA); de assessoria em prestação de contas e gestão fiscal perante o TCM, o TCE, o TCU e demais órgãos de auditoria interna; de gestão de documentos; assessoria no setor de licitações; e serviços de consultoria contábil-financeira.

Observou-se, adiante, que as prefeituras maciçanas realizaram poucos concursos, na sua maioria voltadas para vagas de nível fundamental e médio, deixando de lado profissionais capacitados para gerir a máquina pública. De forma que, dentre todos os editais analisados, houveram somente 3 vagas para profissionais de nível

superior em áreas administrativas, evidenciando que não houve profissionalização neste sentido. Estes profissionais possuem capacidade técnica para atuar na gestão pública modernizada, inclusive, para operacionalizar as funções que foram terceirizadas e relatadas minimamente no parágrafo anterior.

Neste sentido, foram abordados outros concursos públicos, realizados Brasil afora, e que prezaram pela profissionalização da Gestão Pública, contratando profissionais técnicos e habilitados a desempenhar tais funções administrativas. A partir disso, notou-se a economicidade que as prefeituras teriam caso investissem na contratação efetiva de mão de obra especializada. Tal economia se refletiria nas políticas públicas que atendem as demandas coletivas da sociedade.

A resposta que se obtém, após coleta e análise de dados, é que não houve, até o momento, interesse na profissionalização das gestões públicas municipais da Macrorregião, resultando assim, na dependência do setor privado para a operacionalização do serviço público. Tal realidade, que prejudica a economicidade e eficiência da Administração Pública, pode ser transformada a partir do momento que os tomadores de decisão priorizem a constituição de um quadro de profissionais efetivos, no lugar de empenhar gastos com a terceirização de serviços privados.

O Maciço de Baturité, desde 2011, tem em seu território uma solução para a carência destes profissionais na Região, pois a UNILAB, enquanto uma universidade federal que preza pela interiorização e internacionalização do ensino, objetiva a formação de profissionais de Administração Pública e do Campo de Públicas aptos a atuar em qualquer função pública da administração federal, estadual e municipal. Além disso, a UNILAB participa ativamente do processo de debates para a construção de uma cultura política democrática e popular, que preze pela justiça social.

Doravante, a problemática da não profissionalização da gestão pública, viu-se que os profissionais do Campo de Públicas formados pela UNILAB, possuem as competências e as habilidades necessárias para suprir as demandas que as prefeituras municipais vem terceirizando com serviços privados. Tais habilidades, envolvem o reconhecimento de problemas coletivos, a aplicação de métodos qualitativos e quantitativos para análise de processos, além de capacitação técnica para a elaboração de projetos e políticas públicas.

Entretanto, não basta somente que a carência de profissionais no Maciço esteja sendo suprida, porém a resolução desta problemática passa então pela mudança da cultura política patrimonialista da gestão pública e da própria sociedade. Assim, faz-se



necessário o comprometimento dos tomadores de decisão na promoção de concursos públicos que incluam estes profissionais formados no quadro de servidores efetivos, exprimindo-se como uma solução de mão dupla, que favorecerá tanto os profissionais maciçanos formados pela UNILAB, quanto às máquinas administrativas dos municípios. Por fim, cabe salientar que a solução desta e de outras problemáticas públicas, perpassa a efetivação da participação popular nas tomadas de decisão, pois cabe à população, além de eleger seus representantes, fiscalizar e aprimorar a prática da gestão municipal, estadual e federal, a fim de privilegiar a supremacia do interesse público.

## 8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniel Cabral de, **Lideranças no Serviço Público: Algumas reflexões**, V SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE. São Paulo: Anais do V Singep, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL, Milena de Sousa; XAVIER, Antonio Roberto; TAVARES, Rosalina Semedo de Andrade Tavares. Administração Pública Municipal: Efeitos e reflexões da lei de responsabilidade fiscal. in: XAVIER, Antonio Roberto; TAVARES, Rosalina Semedo de Andrade; FIALHO, Lia Machado Fiuza. **Administração Pública: Desafios Contemporâneos**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **PLANO DIRETOR DA REFORMA DO ESTADO**. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995. 86 p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos, **Construção do Estado e Administração Pública: uma abordagem histórica**. Relatório de pesquisa nº 27, FGV-EAESP, São Paulo, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos, **Da administração pública Burocrática à Gerencial**. Revista do Serviço Público (RSP), Vol. 120, nº 47, Brasília, 1996.

CAMPELO, Graham Stephan Bentzen, **Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos**, Revista Ciência e Trópico, Vol. 37, nº 1, Recife, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CEARÁ, Governo do Estado do. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL**: polo Maciço de Baturité. Fortaleza: Secretária de Turismo, 2014. 306 p.

CEARÁ. **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**. Disponível em: <https://www.tce.ce.gov.br/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

COELHO, Espartaco Madureira. **A Profissionalização da Administração Pública**. São Paulo: Estácio, 2007.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FERNANDES, Otávio Alberto Torreti. **Gestão Pública Municipal: os desafios do século XXI**. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA – Assis, 2013.

FRANÇA, Cassio; SILVA, Rogério e PERES, Ursula Dilas. **COVID 19 PENSAMENTO COMPLEXO**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (Fes) Brasil, abril, 2020.

GÜNTHER, Hartmut. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?**. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 22 n. 2, Mai-Ago 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 27º ed., 2014

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, **Anuário estatístico do Ceará de 2011**. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/anuario2011/demografia/populacao.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

MENDES, Maria Larissia da Silva. **PATRIMONIALISMO PÚBLICO NO MACIÇO DE BATURITÉ**:: os casos de improbidade administrativa em pacoti. 2017. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração Pública Presencial, Instituto de Ciências Sociais Aplicada, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2017. Disponível em: <https://repositorio.UNILAB.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1057/1/Maria%20Larissia%20da%20Silva%20Mendes.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

MOTTA, Paulo Roberto de Mendonça. **O ESTADO DA ARTE DA GESTÃO PÚBLICA**. São Paulo: FGV, v. 53, 2013. Jan/Fev.

MORAES, Maria Juciane Sousa; XAVIER, Antonio Roberto; TAVARES, Rosalina Semedo de Andrade Tavares. Terceirização na Administração Pública: Conceito, Contexto e Legislação. in: XAVIER, Antonio Roberto; TAVARES, Rosalina Semedo de Andrade; FIALHO, Lia Machado Fiuza. **Administração Pública: Desafios Contemporâneos**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

MOURA, Emerson Affonso da Costa. **Burocracia Brasileira, Reforma Administrativa e Estado Novo: O papel do aparato administrativo no Governo Vargas**. Revista de Estudos Institucionais, Vol. 2, 2016.

OLIVEIRA, José Alceu filho; FADUL, Elvia. **FLEXIBILIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA COM UM MODELO HÍBRIDO DE ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL**:: Salvador: Unifacs, v. 7, 2006. Jul/Dez.

SECCHI, Leonardo. **POLÍTICAS PÚBLICAS**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

THIOLLENT, M.. **Metodologia de Pesquisa-ação**. São Paulo: Saraiva, 2009.

UNILAB, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira. **UNILAB em Números**. 2022. Disponível em: <https://UNILAB.edu.br/UNILAB-em-numeros/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública Presencial**. Redenção, Ceará: Gov. Federal, 2016. 118 p. Disponível em: [https://UNILAB.edu.br/wp-content/uploads/2011/11/PPC-Adm.-P%3%bablica-UNILAB-1.pdf?\\_ga=2.109614661.1373515672.1643911917-1474255169.1643911917](https://UNILAB.edu.br/wp-content/uploads/2011/11/PPC-Adm.-P%3%bablica-UNILAB-1.pdf?_ga=2.109614661.1373515672.1643911917-1474255169.1643911917). Acesso em: 14 jan. 2022.

YIN, Robert K.. Introdução: quando usar o estudo de caso como método de pesquisa. In: **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. Cap. 1. p. 23-46.

## 9 ANEXO 1

Quantitativo de licitações empenhadas com a contratação de empresas privadas, para desempenhar atividades administrativas na máquina pública dos municípios da Macrorregião do Maciço de Baturité. Apresenta-se a baixo o resumo de cada licitação, com a data de abertura, o N° do processo, descrição do objeto e valor.

**Fonte:** Tabelas elaboradas pelo autor, a partir da coleta de dados do TCE-CE.

1 - ACARAPE			
DATA DE ABERTURA	N° DO PROCESSO ADMINIST	OBJETO	VALOR
20-02-2017	TP0202.01/2017	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em consultoria, supervisão, gerenciamento, planejamento, fiscalização e acompanhamento de convênios e congêneres, junto as diversas secretarias do município de acarape/ce	R\$ 90.000,00
09-05-2017	TP 2004.02/2017	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em assessoria e consultoria contábil, junto as diversas secretarias do município de acarape/ce	R\$ 240.000,00
06-04-2017	2003.03/2017	Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica na área de licitações e contratos públicos, junto a câmara municipal de acarape-ce.	R\$ 25.200,00
06-04-2017	2003.02/2017	Prestação de serviços especializados na área de assessoria e consultoria jurídica, junto a câmara municipal de acarape - ce	R\$ 34.200,00
06-04-2017	2003.01/2017	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados na área de recursos humanos e folha de pagamento, junto a câmara municipal de acarape - ce	R\$ 36.000,00
24-08-2017	PP 1108.01/2017	Prestação de serviços especializados em consultoria previdenciária em atendimento ao disposto das portarias mps nº 916/2003 e mps nº 509/2013, incluindo consultoria tecnológica e licença de uso do software previdenciário e modulo de atendimento aos processos com plataforma de banco de dados postgresql, java, via web, atendimento aos novos modelos de anexos previdenciários, suporte e acompanhamento técnico, junto ao instituto de previdência social do município de acarape/ce	R\$ 33.600,00

21-02-2019	28.01.09/2019	Contratação de empresa especializada no gerenciamento de passagens aéreas no âmbito nacional (apenas classe econômica) para atender as diversas secretarias do município de acarape/ce	R\$ 210.000,00
10-01-2019	201109201801	Contratação da prestação de serviços de publicações de matérias legais nos diários oficiais do estado do ceara e da união, para atender as necessidades das diversas secretarias do município de acarape/ce.	R\$ 141.685,00
10-01-2019	111209201801	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria, na área de licitações e contratos administrativos, para atuar junto as secretarias de saúde, educação, administração e finanças e comissão de licitação do município de acarape-ce	R\$ 82.800,00
15-05-2018	PP 0205.01/2018	Contratação de empresa para assessoria e consultoria tributária e financeira	R\$ 38.000,00
04-04-2018	TP 1403.01/2018	Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria em gestão estratégica, compreendendo a elaboração de relatórios, painéis gerenciais, auditoria interna e implantação de melhorias contínuas, bem como, orientação aos agentes públicos do município de acarape/ce	R\$ 180.000,00
02-04-2018	1403.02/2018	Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria, junto a atualização dos registros dos bens e materiais de consumo e serviços de digitalização e microfilmagem de documentos, junto a câmara municipal de acarape-ce	R\$ 57.600,00
02-04-2018	1403.01/2018	Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria contábil, junto a câmara municipal de acarape-ce	R\$ 84.000,00
25-06-2019	15.05.01/2019.1	Contratação de empresa para assessoria e consultoria na área de pessoal relativo as folhas de pagamento e na orientação de atos e implantação de rotinas a serem seguidas obedecendo a legislação vigente, desbloqueio de cota do fpm, acompanhamento do cauc, acompanhamento de fiscalizações junto a receita federal do brasil, parcelamentos firmados conforme legislação vigente e viabilização das certidões junto a receita feral do brasil, caixa econômica federal,pgfn,pge e mps junto a secretaria de administração e finanças do município de acarape/ce	R\$ 48.000,00
05-06-2019	09.04.02/2019	Contratação de serviços especializados de consultoria e assessoria técnica em gestão na saúde para atender as necessidades da secretaria de saúde do município de acarape/ce	R\$ 84.000,00
10-04-2019	01.03.01/2019	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em consultoria e assessoria contábil pública e gestão fiscal junto ao instituto de previdência do município de acarape/ce.	R\$ 57.600,00

02-04-2019	11.03.01/2019	Contratação de empresa para prestar os serviços de assessoria jurídica na realização de defesa administrativas de débitos previdenciários e tributários levantados pela receita federal do Brasil com recursos em 1 e 2 instâncias na via administrativa como também judicial com propositura de ações e recursos cabíveis junto a secretaria de administração e finanças do município de Aracoiaba -CE	R\$ 96.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 1.538.685,00</b>

<b>2 - ARACOIABA</b>			
<b>DATA DE ABERTURA</b>	<b>Nº DO PROCESSO ADMINIST</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VALOR</b>
20-02-2017	001/2017-PMA	Contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica na área administrativa, englobando elaboração de justificativas, recursos, defesas administrativas junto aos tribunais de contas e órgãos de fiscalização em processos de contas de gestão, tomadas de contas especiais, dentre outros, junto as secretarias diversas deste município	R\$ 214.500,00
02-03-2017	001/2017- PMA	Contratação de serviços de consultoria previdenciária visando atender aos dispositivos das portarias MPS nº 402/08 e 403/08 conforme anexo, da secretaria de educação/educação básica	R\$ 75.000,00
10-03-2017	17.07.03.001 CC	Contratação de serviços técnicos profissionais especializados na assessoria junto ao setor de licitação, compreendendo na orientação, na formulação dos processos licitatórios, tais como: inexigibilidade, dispensas, convites, tomada de preços, leilão, concorrência e pregão, junto a secretaria de educação do município.	R\$ 55.000,00
10-03-2017	17.01.03.001 CC	Serviços técnicos profissionais especializados na assessoria junto ao setor de licitação, compreendendo a orientação na elaboração dos processos licitatórios, tais como: inexigibilidade, dispensa, convite, tomada de preços, leilão, concorrência e pregão, junto ao legislativo municipal de Aracoiaba. Serviços técnicos na assessoria administrativa e financeira compreendendo o controle financeiro, junto ao legislativo municipal de Aracoiaba.	R\$ 38.000,00
10-03-2017	17.16.03.001 CC	Contratação de serviços técnicos profissionais especializados na assessoria junto ao setor de licitação, compreendendo na orientação, na formulação dos processos licitatórios, tais como: inexigibilidade, dispensas, convites, tomada de preços, leilão, concorrência e pregão, junto a secretaria de planejamento e gestão do município.	R\$ 22.000,00
10-03-2017	17.09.03.001 CC	Contratação de serviços técnicos profissionais especializados na assessoria junto ao setor de licitação, compreendendo na orientação, na formulação dos processos licitatórios, tais como: inexigibilidade, dispensas, convites, tomada de preços, leilão, concorrência e pregão, junto a secretaria de saúde do município.	R\$ 33.000,00
27-03-2017	17.18.03.001 CC	Contratação de empresa para os serviços de digitalização dos documentos comprobatórios de despesas, decretos, portarias e demais atos administrativos do município, junto ao Instituto de Previdência do Município.	R\$ 15.840,00

03-04-2017	003/2017 PP EDU	Contratação de serviços de assessoria nas ações de acompanhamento de receitas, sobre o censo escolar, no planejamento de recursos, no apoio da organização do sistema de transportes escolar bem como planejamento pedagógico e sistema de avaliação para melhoria de aprendizagem da rede básica municipal de ensino, junto a secretaria de educação do município de Aracoiaba	R\$ 270.000,00
10-05-2017	17.01.05.001 CC	Serviço de digitalização de documentos comprobatórios de receitas, despesas, contratos, licitações, leis, decretos, portarias e demais atos administrativos da Câmara Municipal de Aracoiaba/CE.	R\$ 16.000,00
28-09-2017	012/2017 PP PMA	Prestação de Serviços Especializados em Consultoria e Assessoria Contábil, Elaboração da LDO para o exercício de 2019, Elaboração da LOA para o exercício de 2018 e Elaboração da Prestação de Contas de Governo(PCG) do exercício de 2017do município de Aracoiaba.	R\$ 562.800,00
16-10-2017	002/2017 SEPLAG	Contratação de empresa para elaborar a revisão do plano diretor, lei municipal nº 913/2006 de responsabilidade da secretaria de planejamento do município de Aracoiaba	R\$ 79.566,00
17-10-2017	17.18.10.001 CC	O objeto do presente certame é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de empresa apta a prestar serviços de realização de atualização cadastral dos servidores efetivos municipais (ativos, inativos, pensionistas e dependentes), atualização das bases de dados previdenciários e promover a alimentação dos dados no SISPREV/Gestão de RPPS, junto a este Instituto de Previdência deste Município.	R\$ 67.944,00
05-03-2018	PP 001/2018	Contratação de empresa para realizar serviços de coleta, sínteses e difusão de matérias nos meios de comunicação, e distribuição on line de informações para os portais da internet.	R\$ 40.000,00
10-04-2018	18.18.04.001 CC	Contratação de serviços técnicos profissionais especializados na assessoria junto ao setor de licitação, compreendendo na orientação, na formulação dos processos licitatórios, tais como: inexigibilidade, dispensas, convites, tomada de preços, leilão, concorrência e pregão, junto ao ipma.	R\$ 18.900,00
10-04-2018	18.07.04.001 CC	Contratação de serviços técnicos profissionais especializados na assessoria junto ao setor de licitação, compreendendo na orientação, na formulação dos processos licitatórios, tais como: inexigibilidade, dispensas, convites, tomada de preços, leilão, concorrência e pregão, junto a secretaria de educação do município.	R\$ 49.500,00
20-04-2018	006/2018	Contratação de prestação de serviços especializados em consultoria previdenciária em atendimento ao disposto das portarias mps no. 916/2003 e 509/2013, incluindo consultoria tecnológica e licença de uso do software previdenciário e modulo de atendimento aos processos, com plataforma de banco de dados postgresql, java, via web, atendimento aos novos modelos de anexos previdenciários, suporte e acompanhamento técnico junto ao instituto de previdência do município de Aracoiaba-CE.	R\$ 27.900,00
26-04-2018	002/2018	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados consultoria operacional para formular, implantar e executar procedimentos técnicos de auditoria, qualificação e recuperação de créditos oriundos da contribuição previdenciária (INSS).	R\$ 880.000,00
10-07-2018	01/2018	Contratação de prestação do serviço de Assessoria técnica sobre a gestão e acompanhamento dos programas do FNDE e suas prestação de contas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.	R\$ 132.000,00
31-01-2019	001/2019 TP CAM	Prestação de serviços especializados em consultoria e assessoria contábil, atendendo ao estabelecido nas leis 4.320/1964 e 101/2000, junto ao legislativo municipal de Aracoiaba, para o exercício de 2019.	R\$ 45.100,00



18-02-2019	001/2019	Contratação de serviços especializados na assessoria e consultoria em contabilidade pública junto ao instituto de previdência de Aracoiaba/ce.	R\$ 44.000,00
03-09-2019	TP 001/2019	O objeto desta Licitação é a para Contratação de empresa para assessoria e consultoria na área de pessoal relativo as folhas de pagamento, processamento de dados relacionados a GFIP, RAIS, DIRF e na orientação de atos e implantação de rotinas a serem seguidas obedecendo a legislação vigente, desbloqueio de cotas(FPM), acompanhamento do CAUC, acompanhamento de fiscalizações junto à Receita Federal do Brasil, parcelamentos firmado conforme legislação vigente e viabilização das certidões, junto a RFB, CEF, PGFN, PGE, MPS, junto a Secretaria de Finanças do Município.	R\$ 16.960,00
27-01-2020	001/2020- CAR - PMA	Serviços de publicidade legal de interesse das unidades gestoras do município de Aracoiaba/ce.	R\$ 276.495,75
07-02-2020	001/2020	Contratação para prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria em contabilidade e gestão fiscal para atuar junto município de Aracoiaba	R\$ 575.800,00
22-04-2020	TP 002/2020	Contratação para prestação de serviços de assessoria e acompanhamento de convênios, elaboração de prestação de contas de convênios e programas, captação de recursos financeiros, firmados com os governos estadual e federal, junto as unidades administrativas do município de Aracoiaba/ce	R\$ 240.000,00
27-04-2020	2020.03.17.1-C	Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria contábil especializada, para prestar serviços junto a câmara municipal de Aracoiaba-ce	R\$ 44.000,00
29-04-2020	TP 004/2020	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de consultoria administrativa e jurídica junto ao tribunal de contas do estado do Ceará - tce, junto as diversas secretarias do município de Aracoiaba-ce	R\$ 220.000,00
02-06-2020	202.05.08.01	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de consultoria ao controle interno municipal, compreendendo orientação, acompanhamento da execução, elaboração de orientações técnicas e atendimento a consultas junto as diversas secretarias do município de Aracoiaba-ce	R\$ 56.800,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 3.325.105,75</b>

### 3 - ARATUBA

<b>DATA DE ABERTURA</b>	<b>Nº DO PROCESSO ADMINIST</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VALOR</b>
21-02-2017	0202.01/2017	Contratação de serviços técnico de apoio administrativo e financeiro, serviços de processamento de gfip/fgts e locação com licença de uso de sistemas necessários para o setor de pessoal.	R\$ 133.000,00
02-03-2017	0902.01/2017	Contratação de serviços técnicos de consultoria e assessoria ao sistema municipal de educação, serviços de divulgação/publicação de matéria de interesse da administração municipal, prestação de serviços para análise e	R\$ 220.000,00

		alimentação dos dados e registros do sistema de informação vinculados a atenção básica, junto a secretaria de saúde e serviços de cadastramento e recadastramento de imóveis, conforme especificações estabelecidas no edital e seus anexos.	
03-03-2017	1302.01/2017	Contratação de empresa para prestação de serviços de publicação de matérias legais de interesse do município de aratuba.	R\$ 232.170,00
06-03-2017	TP001/2017-CMA	Contratação de empresas para prestação de serviços de assessoria, consultoria e locação de sistema informatizado	R\$ 111.600,00
09-06-2017	2205.01/2017	Contratação de serviços técnicos de consultoria e assessoria ao sistema municipal de educação, conforme especificações estabelecidas no edital e seus anexos.	R\$ 25.200,00
21-06-2017	0106.01/2017	Contratação de serviços de divulgação/publicação de matéria de interesse da administração municipal	R\$ 53.400,00
22-02-2018	0202.01/2018	Contratação de serviços técnicos de consultoria e assessoria ao sistema municipal de educação, serviços de divulgação/publicação de matéria de interesse da administração municipal, prestação de serviços para análise e alimentação dos dados e registros do sistema de informação vinculados à atenção básica, junto a secretaria de saúde e serviços de cadastramento e recadastramento de imóveis, conforme especificações estabelecidas no edital e seus anexos.	R\$ 244.000,00
06-11-2018	1110.01/2018	Contratação de empresa prestadora de serviços técnicos profissionais na elaboração, acompanhamento de projetos para captação de recursos e prestação de contas de convênios firmados com os governos federal e estadual, alusivo ao município de aratuba - ce	R\$ 75.600,00
04-03-2019	02010002/19	Prestação de serviço de assessoria e consultoria técnica administrativa em licitação e contratos junto a câmara municipal de aratuba	R\$ 48.000,00
04-03-2019	02010003/19	Prestação de serviço de assessoria e consultoria e recursos humanos e consultoria ao controle interno junto a câmara municipal de aratuba	R\$ 52.800,00
04-03-2019	02010001/19	Prestação de serviço de assessoria e consultoria técnica contábil junto a câmara municipal de aratuba	R\$ 84.000,00
11-04-2019	2203.01/2019	Contratação de serviços técnicos de consultoria e assessoria ao sistema municipal de educação, conforme especificações estabelecidas no edital e seus anexos.	R\$ 43.200,00
04-12-2019	1411.01/2019	Contratação de empresa prestadora de serviços técnicos profissionais na elaboração, acompanhamento de projetos para captação de recursos e prestação de contas de convênios firmados com os governos federal e estadual, alusivo ao município de aratuba - ce	R\$ 86.880,00
29-01-2020	1001.01/2020	Contratação de serviços de acompanhamento com monitoramentos dos programas sociais (cras; scfv; paif; bolsa família/cadastro único e suas – programa criança feliz) e de serviços de assessoria em planejamento e avaliação dos sistemas e dos serviços inerentes a secretaria de saúde, conforme especificações do edital e anexos.	R\$ 180.600,00
20-03-2020	20020001/20	Prestação de serviços técnico administrativo com o acompanhamento, orientação e organização dos processo de aquisição e serviços junto a câmara aratuba.	R\$ 40.000,00

<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.876.450,00</b>
--------------	-----------------------------

<b>4 - BARREIRA</b>			
<b>DATA DE ABERTURA</b>	<b>Nº DO PROCESSO ADMINIST</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VALOR</b>
30-01-2017	2017.01.10.01	Contratação de Prestação de Serviços técnicos especializados rotineiros de contabilidade no âmbito dos registros de execução orçamentaria, financeira e patrimonial, elaboração dos respectivos balancetes mensais, confecção e manutenção da folha de pagamento dos vereadores e servidores do Poder Legislativo, geração das informações para o SIM (Sistema de Informações Municipais) do TCM-CE e elaboração da Prestação de contas de gestão anual, elaboração de parecer técnico contábil face às demandas dos projetos de lei e requerimentos protocolados nesta casa legislativa, nos termos da lei Federal	R\$ 57.200,00
31-01-2017	2017.01.19.01	Contratação de prestação de serviços técnicos especializados nas atividades administrativas do controle interno, junto a câmara municipal de barreira.	R\$ 24.200,00
23-02-2017	02.23.01/2017	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de assessoria e acompanhamento de convênios, elaboração de prestação de contas de convênios e programas firmados com os governos estadual e federal no âmbito de diversas secretarias do município de barreira/ce	R\$ 100.000,00
02-03-2017	2017.02.13.01	Prestação dos serviços de assessoria jurídica combinada (remota e presencial); consultiva, contenciosa e institucional sobre questões relacionadas predominantemente, ao direito administrativo, cível, previdenciário e do trabalho de interesse da Câmara Municipal de Barreira, Emissão de parecer jurídico acerca de todas as matérias que forem proposta ao Poder Legislativo acerca de sua constitucionalidade, representar a Câmara Municipal nas audiências que por ventura venha a acontecer. O prestador de Serviço deverá cumprir carga horária mínima semanal presencial na Câmara Municipal de Barreira de	R\$ 26.982,00
09-03-2017	03.09.01/2017	Contratação de serviços técnicos especializados de apoio administrativo na área de licitações e contratos públicos no âmbito de diversas secretárias do governo municipal de barreira-ce.	R\$ 130.000,00
04-04-2017	04.04.01/2017	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de assessoria e execução contábil junto a diversas secretarias do município de barreira/ce.	R\$ 220.500,00
04-04-2017	04.04.02/2017	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de assessoria e execução do controle interno junto a diversas secretarias do município de barreira/ce.	R\$ 29.679,93
11-05-2017	05.11.01/2017	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de processamento de dados relativos à gfp – guia do fgts e informação à previdência social, dctf – declaração de débitos e créditos tributários federais, raiz – relação	R\$ 27.000,00

		anual de informações sociais, dirf – declaração de imposto de renda retido na fonte, individualização dos depósitos do fgts e outros serviços correlatos de acordo com a legislação, visando o cumprimento das obrigações legais junto ao município de barreira/ce.	
15-05-2017	05.15.01/2017	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria de regularidade/conformidade junto a prefeitura municipal de barreira/ce	R\$ 29.000,00
05-06-2017	06.05.01/2017	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados em planejamento, gestão e aspectos pedagógicos junto a secretaria de educação do município de barreira/ce.	R\$ 32.000,00
21-06-2017	06.21.01/2017	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de assessoria e consultoria técnica com orientação e apoio aos microempreendedores municipais do município de barreira/ce.	R\$ 30.000,00
09-08-2017	08.09.01/2017	Contratação dos serviços de assessoria e consultoria jurídica na área de licitações e contratos públicos junto as unidades administrativas do Município de Barreira/CE	R\$ 168.000,00
14-08-2017	08.14.02/2017	Serviços técnicos especializados de assessoria em planejamento tributário para levantamento de dados e apuração de valores a títulos do programa de formação do patrimônio do servidor público do município de barreira estado do Ceará.	R\$ 300.000,00
20-09-2017	09.20.01/2017	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de assessoria em controle interno junto a diversas secretarias do município de barreira estado do Ceará.	R\$ 120.000,00
20-06-2018	20.06.01/2018	Contratação de serviços de especialização em assessoria e consultoria tributária visando à recuperação de tributos, junto as empresas de telefonia, estabelecidas fora do âmbito no município de barreira/ce, envolvendo cadastramento in loco dos seus imóveis e/ou equipamentos de, auditorias fiscal, enquadramento legal, cálculo dos encargos legais, apuração total e cobrança do débito.	R\$ 50.000,00
31-07-2018	31.07.01.2018	: Contratação de assessoria jurídica tributária especializada para identificação e levantamento de créditos previdenciários do município de barreira.	R\$ 65.989,26
03-09-2018	03.09.01/2018	Contratação de serviços de assessoria e acompanhamento de convênios, elaboração de prestação de contas de convênios e programas firmados com os governos estaduais e federais no âmbito de diversas secretarias do município de barreira/ce	R\$ 50.000,00
02-10-2018	02.10.01/2018	Contratação temporária de serviços jurídicos especializados na área de direito tributário, com vistas a assessorar os agentes fiscais na identificação, levantamento, planilhamento, análise, constituição e cobrança de créditos tributários incidentes sobre operações realizadas por instituições financeiras no território municipal sujeitas a incidência do issqn, de responsabilidade da secretaria de finanças, administração e planejamento do município de barreira/ce	R\$ 38.000,00
05-02-2019	02.05.01/2019	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria na assistência direta e imediata ao município de barreira/ce, em sua representação física em Brasília/df no que diz respeito à captação de recursos, e apoio técnico e logístico com vistas à resolução de assuntos nos devidos órgãos federais.	R\$ 45.600,00
23-04-2019	23.04.01/2019	Contratação de serviço especializado em assessoria e consultoria administrativa compreendendo acompanhamento as diversas fases das despesas públicas junto as unidades administrativas do município de barreira-ce.	R\$ 132.000,00
03-09-2019	03.09.02/2019	Contratação de serviço especializado na divulgação de matérias do interesse do município de barreira - ce	R\$ 96.768,00

03-09-2019	03.09.01/2019	Contratação dos serviços de assessoria em gestão de convênios da prefeitura municipal de barreira/ce, celebrados junto aos órgãos federal e estadual no âmbito das secretarias municipais.	R\$ 38.400,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 1.811.337,19</b>

<b>5 - BATURITÉ</b>			
<b>DATA DE ABERTURA</b>	<b>Nº DO PROCESSO ADMINIST</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VALOR</b>
01-03-2017	TP002/2017-CMB	Assessoria/consultoria contábil e controle interno	R\$ 90.000,00
02-03-2017	TP003/2017-CMB	Consultoria e digitalização	R\$ 50.350,00
06-03-2017	201701021302	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de auditoria, assessoria e consultoria jurídico administrativa na área de licitações e gerenciamento de contratos na administração pública para atuar junto a comissão de licitação nos processos vinculados as diversas unidades administrativas de Baturité/ce.	R\$ 144.000,00
06-03-2017	201702021001	Contratação de prestação de serviços técnicos especializados de apoio administrativo e financeiro junto ao gabinete do prefeito de Baturité, conforme anexos do edital.	R\$ 95.040,00
06-03-2017	201701021301	Contratação dos serviços especializados de assessoria e consultoria no acompanhamento e patrocínio de processos administrativos de interesse da secretaria contratante do município de Baturité perante os tribunais de contas (tcm, tce, tcu) nos processos vinculados as diversas unidades administrativas de Baturité/ce.	R\$ 144.000,00
23-03-2017	201701030201	Contratação de prestação de serviços de assessoria na área contábil junto as unidades administrativas da prefeitura municipal de Baturité/ce.	R\$ 26.000,00
11-09-2017	2017.08.22.002	Contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para atender as demandas administrativas e judiciais junto as diversas secretarias do município de Baturité/ce.	R\$ 107.620,00
10-10-2017	2017.09.20.002	Contratação de empresa para prestação dos serviços de assessoria e consultoria na gestão tributaria administrativa (natureza não jurídica), tendo em vista incrementar a receita tributária própria, através da secretaria de administração e finanças do município de Baturité/ce.	R\$ 66.000,00
19-02-2018	2018.01.22.001	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria técnica social ao programa bolsa família, visando o acompanhamento da gestão e dos processos de articulação e integração entre serviços da proteção social básica e o programa bolsa família, para suprir as demandas da secretaria do trabalho e desenvolvimento social do município de Baturité-ce, conforme anexos do edital	R\$ 42.000,00

09-03-2018	2018.02.15.001	Contratação dos serviços profissionais a reme prestados na assessoria e consultoria jurídica junto ao centro de referência especializado de assistência social - creas, órgão vinculado à secretaria do trabalho e desenvolvimento social.	R\$ 48.000,00
25-06-2018	2018.05.02.001	Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria para levantamento inventario e sistematização no controle de bens patrimoniais, almoxarifados e frota, de acordo com projeto básico, destinados, a suprir as demandas das diversas secretarias do município de Baturité/ce.	R\$ 120.000,00
15-03-2019	2019.20.02-0002	Contratação de prestação serviços técnicos profissionais especializados nas assessorias administrativas diversas, junto a câmara municipal de Baturité.	R\$ 70.800,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 1.003.810,00</b>

<b>7- CAPISTRANO</b>			
<b>DATA DE ABERTURA</b>	<b>Nº DO PROCESSO ADMINIST</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VALOR</b>
06-02-2017	2017.01.19-01PP	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de publicações de matérias legais de interesse do município, destinados ao atendimento das diversas unidades administrativas (secretarias) da prefeitura municipal de Capistrano, referente ao exercício 2017, tudo em conformidade com os requisitos e condições estabelecidos no edital e seus anexos.	R\$ 555.700,00
15-02-2017	001/2017	Contratação de serviços especializados de assessoria e consultoria na área de licitações, contabilidade e controle interno junto a câmara municipal de Capistrano, conforme as especificações contidas nos anexos do edital.	R\$ 22.000,00
20-02-2017	2017.01.25-01TP	Contração de empresa prestadora de serviços técnicos profissionais especializados para realizar os serviços de assessoria na área de licitação e contratos públicos, junto as diversas unidades administrativas (secretarias) da prefeitura municipal de Capistrano, conforme especificações do anexo i do edital.	R\$ 140.000,00

21-02-2017	2017.01.31-01TP	Contratação de empresa prestadora de serviços técnicos profissionais na elaboração, acompanhamento de projetos para profissionais na elaboração, acompanhamento de projetos para captação de recursos e prestação de contas de convênios firmados	R\$ 111.600,00
22-02-2017	2017.02.01-02TP	Contratação de empresa prestadora de serviços técnicos especializados para preparação, digitalização e gerenciamento eletrônico em sistema auto executável de documentos jurídicos, contábeis, prestação de contas de convenio, licitações e demais documentos de interesse das diversas unidades administrativas (secretarias) da prefeitura municipal de Capistrano.	R\$ 88.800,00
22-02-2017	2017.02.01-01TP	Contratação de empresa prestadora de serviços técnicos especializados para assessorar e orientar oferecendo apoio técnico no desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de controle interno, conforme as instruções do tcm e das normas de contabilidade aplicadas ao setor público junto a diversas unidades administrativas (secretarias) da prefeitura municipal de Capistrano.	R\$ 160.800,00
09-03-2017	20170220-01TP	Contratação de prestação de serviços de assessoria técnica contábil e assessoria jurídica junto ao fundo municipal de seguridade social – fmss, conforme especificações constantes no edital, tudo parte integrante deste processo.	R\$ 62.000,00
10-04-2017	2017.03.22-01TP	Contratação de empresa especializada para executar serviços de assessoria em contabilidade pública, justificativas técnicas contábeis, execução orçamentária, financeira, patrimonial e demais instrumentos de planejamento municipal, junto as diversas unidades administrativas (secretarias), do município de Capistrano/ce, de acordo com as especificações constantes do anexo i do edital.	R\$ 403.800,00
11-04-2017	2017.03.28-01PP	Contratação de empresas prestadoras de serviços de consultoria e assessoria na área administrativa municipal, locação de software (licença de uso) e contratação de um profissional para realização de perícias médicas, destinados ao atendimento das diversas atividades do fundo municipal de seguridade social, em conformidade com os requisitos e condições do edital e seus anexos.	R\$ 75.600,00
05-05-2017	2017.04.18-02TP	Contratação de empresa para prestação de serviços no processamento de dados relativo à individualização dos depósitos do fgts, processamento e confecção da gfp, conforme condições estabelecidas no termo de referência anexo ao edital.	R\$ 27.200,00
19-06-2017	2017.06.01-01PP	Contratação de empresa prestadora de serviços técnicos profissionais de assessoramento, controle e planejamento administrativo municipal junto à secretaria de administração e finanças.	R\$ 62.400,00

20-06-2017	2017.06.01-02TP	Contratação de empresa prestadora de serviços técnicos profissionais de apoio administrativo junto às diversas unidades administrativas deste município, conforme especificações constantes do anexo i do edital, tudo parte integrante deste processo	R\$ 206.400,00
04-07-2017	2017.06.19-01PP	Contratação de serviços a serem prestados na consultoria em tecnologia da informação (referente aos sistemas informatizados do ministério do desenvolvimento social e agrário / mdsa) e assessoria técnica a equipe do cadastro único e programa bolsa família	R\$ 22.200,00
26-07-2017	2017.06.22.01CP	Contratação de serviços técnicos especializados de consultoria em administração tributária visando a assunção patronal, cujo objeto é a recuperação dos valores do fundef que deixaram de ser repassados ao município em face da ilegal fixação do valor mínimo nacional, tudo conforme especificações do anexo i – descrição dos serviços.	R\$ 20.000,00
06-02-2018	2018.01.18.1	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de assessoria técnica, consultoria e execução contábil interesse da câmara municipal de Capistrano.	R\$ 81.600,00
21-02-2018	2018.02.01.1/2018 vgfgg	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de apoio administrativo, assessoria técnica e consultoria, na área de recursos humanos de interesse da câmara municipal de Capistrano, conforme especificações contidas no projeto/básico termo de referência.	R\$ 34.800,00
22-03-2018	2018.03.02.1/2018	Contratação dos serviços de assessoria e consultoria na área de controle interno junto a câmara municipal de Capistrano, conforme especificações contidas no projeto básico/termo de referência, anexo i deste edital.	R\$ 33.600,00
17-04-2018	2018.02.26-01	Contratação de prestação de serviços especializados com assessoria e consultoria em contabilidade pública e gestão fiscal junto as unidades gestoras do governo municipal de Capistrano.	R\$ 336.000,00
04-02-2019	01.16.01/2019	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil na área governamental junto ao município de Capistrano, Ceará.	R\$ 336.398,80
05-02-2019	01.09.03/2019	Contratação de serviços técnicos especializados de apoio administrativo na área de licitações e contratos públicos no âmbito das diversas secretarias do governo municipal de Capistrano, Ceará.	R\$ 180.000,00
20-03-2019	02.22.01/2019	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de consultoria, supervisão, gerenciamento e acompanhamento na elaboração e execução dos projetos, plano de trabalhos, convênios, congêneres, contratos	R\$ 126.499,68



		de repasses e prestações de contas junto aos órgãos estaduais e federais, para atender as necessidades da prefeitura municipal de Capistrano, Ceará.	
29-03-2019	03.11.01/2019	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil junto a câmara municipal de Capistrano.	R\$ 64.570,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 3.153.268,48</b>

#### 8 - GUARAMIRANGA

DATA DE ABERTURA	Nº DO PROCESSO ADMINISTRATI	OBJETO	VALOR
03-03-2017	2017.02.07.1-TP	Contratação de empresa especializada para executar serviços em contabilidade pública, planejamento e justificativa técnicos contábeis, para atender a lrf, tcm e demais órgãos da administração pública	R\$ 220.000,00
03-03-2017	2017.02.10.1-TP	Contratação de empresa para prestar serviços especializados de auditoria, assessoria e consultoria jurídico administrativa, na área de licitações e contratos administrativos, de interesse do gabinete da prefeita do município de Guaramiranga/ce.	R\$ 81.600,00
21-03-2017	2017.03.02.1-PP	Contratação de empresa especializada em veiculação de publicidade legal de interesse da prefeitura municipal de Guaramiranga/ce.	R\$ 191.200,00
27-03-2017	2017.03.03.1-TP	Contratação de empresa especializada em assessoria e em controladoria, compreendendo a orientação aos agentes públicos participantes do sistema de controle interno municipal, bem como o desenvolvimento de informações gerenciais e essenciais à gestão pública eficiente, de interesse de várias secretarias do município de Guaramiranga/ce.	R\$ 75.000,00
20-04-2017	2017.04.04.1-TP	Contratação de empresa especializada na área de captação de recursos financeiros junto governo federal e estadual e outras fontes, como também no monitoramento de convênios, contratos e congêneres e respectivas prestação de contas, de interesses do município de Guaramiranga-ce.	R\$ 82.800,00
25-04-2017	2017.04.11.2-PP	Contratação de serviços de auditoria externa de conformidade/regularidade das despesas públicas no período de janeiro à dezembro de 2016, em diversos setores da prefeitura municipal de Guaramiranga-ce.	R\$ 20.000,00
27-04-2017	2017.04.13.1-PP	Contratação dos serviços de assessoria administrativa na área de recursos humanos, para atender as necessidades das diversas secretarias da prefeitura municipal de Guaramiranga/ce.	R\$ 67.500,00
31-08-2017	2017.08.18.1	Contratação de empresa especializada para executar serviços de assessoria contábil, junto ao instituto de previdência do município de Guaramiranga-ce.	R\$ 38.400,00

13-09-2017	2017.09.11.1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria administrativa, junto ao instituto de previdência do município de Guarimiranga-ce.	R\$ 31.200,00
20-09-2017	2017.09.05.1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria de investimentos, junto ao instituto de previdência do município de Guarimiranga-ce, conforme especificações contidas no projeto básico/ termo de referência.	R\$ 21.600,00
08-01-2018	2017.12.22.1-TP	Contratação dos serviços de consultoria técnico especializada para acompanhamento na prestação de contas de gestão, processos de provocação, tomada de contas especial, auditoria, elaboração de defesas, justificativas, recursos em geral, junto ao tribunal de contas do Ceará e demais órgãos de fiscalização de interesses de diversas secretarias do município de Guarimiranga/ce, conforme especificações no termo de referência.	R\$ 140.400,00
27-03-2018	2018.03.12.1-TP	Contratação de empresa para prestar serviços especializados de auditoria, assessoria e consultoria jurídico administrativa, na área de licitações e contratos administrativos, de interesse das secretarias do município de Guarimiranga/ce, conforme projeto básico/termo de referência em anexo ao edital.	R\$ 102.000,00
09-04-2018	2018.03.23.1-TP	Contratação de empresa para prestar serviços especializados de assessoria em gestão estratégica, compreendendo a elaboração de relatórios, painéis gerenciais, auditoria interna e a implementação de melhorias contínuas, bem como orientação quanto a gestão de ativos e fluxo de despesa de interesses das secretarias do município de Guarimiranga/ce, conforme projeto básico/termo de referência em anexo ao edital.	R\$ 108.000,00
09-05-2018	2018.04.20.1-TP	Contratação dos serviços de assessoria administrativa na área de recursos humanos, para atender as necessidades das diversas secretarias da prefeitura municipal de Guarimiranga/ce, conforme projeto básico/termo de referência em anexo ao edital.	R\$ 84.200,00
20-07-2018	2018.06.26.2-TP	Contratação de empresa especializada na execução de serviços técnicos para a estruturação e implantação de bancos de dados e registros, incluindo o licenciamento de sistema de gestão, objetivando a modernização da gestão tributária municipal de Guarimiranga/ce, conforme projeto básico em anexo ao edital.	R\$ 26.500,00
06-02-2019	2019.01.15.1-TP	Contratação de empresa para prestação de serviços para gestão de arquivos públicos, através de transformação de processo físico em eletrônico por captura inteligente de imagens e armazenamento online, para atender as necessidades das secretarias do município de Guarimiranga-ce	R\$ 176.400,00
07-03-2019	001/2019	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria técnica contábil junto a câmara municipal de Guarimiranga.	R\$ 82.600,00
07-03-2019	002/2019	Prestação de serviço de assessoria e consultoria administrativa junto ao departamento de recursos humanos e controle interno da câmara municipal de Guarimiranga.	R\$ 85.100,00
22-03-2019	2019.02.25.1-TP	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria em atuária, e envio de demonstrativos ao ministério da previdência social de interesse do instituto de previdência do município de Guarimiranga/ce	R\$ 24.750,00

29-03-2019	2019.03.01.2-TP	Contratação de empresa para prestar serviços especializados de assessoria em gestão estratégica, compreendendo a elaboração de relatórios, painéis gerenciais, auditoria interna e a implementação de melhorias contínuas, bem como orientação quanto a gestão de ativos e fluxo de despesa de interesses das secretarias do município de Guarimiranga/ce, conforme projeto básico em anexo ao edital	R\$ 81.000,00
03-04-2019	2019.03.12.1-PP	Contratação de empresa para divulgação de notícias de interesse da administração municipal de Guarimiranga em emissora de rádio fm do maciço de Baturité e publicação de informações na internet, sob responsabilidade do gabinete da prefeita do município de Guarimiranga/ce, conforme especificações contidas no projeto básico/termo de referência do edital	R\$ 20.700,00
09-04-2019	2019.03.18.2-TP	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria administrativa, junto ao instituto de previdência do município de Guarimiranga – guaraprev	R\$ 23.400,00
11-04-2019	2019.03.18.1-TP	Objeto: contratação de empresa especializada para assessoria administrativa em captação de recursos e convênios destinado a secretaria de administração do município de Guarimiranga/ce, conforme projeto básico em anexo ao edital	R\$ 82.800,00
23-04-2019	2019.03.29.1-TP	Contratação dos serviços de assessoria administrativa na área de recursos humanos, para atender as necessidades das diversas secretarias do município de Guarimiranga-ce	R\$ 68.800,00
10-06-2019	2019.05.21.1-TP	Contratação de empresa para prestar serviços especializados de assessoria e consultoria jurídico administrativa, na área de licitações e contratos administrativos de interesse das secretarias municipais de Guarimiranga/ce	R\$ 48.118,00
02-01-2020	2019.12.16.1-TP	Contratação de empresa para prestar serviços especializados de assessoria em gestão estratégica, compreendendo a elaboração de relatórios, painéis gerenciais, auditoria interna e a implementação de melhorias contínuas, bem como orientação quanto a gestão de ativos e fluxo de despesa de interesses das secretarias do município de Guarimiranga/ce	R\$ 108.000,00
30-01-2020	TP001/2020-CMG	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica parlamentar junto à presidência da câmara, constando inclusive a implantação, a customização, a manutenção, o treinamento e acompanhamento do sistema de apoio ao legislativo da câmara municipal de Guarimiranga/ce.	R\$ 69.500,00
07-02-2020	TP002/2020-CMG	Contratação de empresa especializada na prestação serviços de assessoria e consultoria em marketing digital para gerenciamento e monitoramento das mídias sociais institucionais da câmara municipal de Guarimiranga, atualização de banners e notícias do site institucional da câmara, serviços de captação, produção, armazenamento e publicação de material áudio visual, de interesse da câmara municipal de Guarimiranga/ce, bem como a transmissão ao vivo das sessões através da fanpage oficial da câmara municipal.	R\$ 59.976,00
11-05-2020	2020.04.17.1-TP	Contratação de empresa para prestação de serviços para gestão de arquivos públicos, através de transformação de processo físico em eletrônico por captura inteligente de imagens e armazenamento online, para atender as necessidades das secretarias do município de Guarimiranga-ce	R\$ 88.200,00

<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.339.744,00</b>
--------------	-----------------------------

<b>8-ITAPIÚNA</b>			
<b>DATA DE ABERTURA</b>	<b>Nº DO PROCESSO ADMINIST</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VALOR</b>
03-03-2017	02.14.01/2017PP	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria, elaboração de propostas, projetos e planos de trabalho para captação de recursos, e prestações de contas de convênios, para atender as necessidades das diversas secretarias do município de itapiúna-ce.	R\$ 75.000,00
06-03-2017	02.14.03/2017PP	Contratação de empresa especializada para o serviço de publicação legal nos, diário oficial do estado e diário oficial da união, junto as diversas secretarias do município de itapiúna-ce	R\$ 354.700,00
07-03-2017	02.15.01/2017	Contratação de serviço especializado em assessoria e consultoria administrativa em licitações e contratos públicos para atender a diversas secretarias do município de itapiúna-ce	R\$ 170.000,00
08-03-2017	02.16.01/2017TP	Contratação de serviço especializado em assessoria e consultoria jurídica na área administrativa junto aos tribunais de contas e órgãos de fiscalização junto ao gabinete do prefeito do município de itapiúna-ce.	R\$ 75.000,00
29-03-2017	02.22.01/2017	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de contabilidade pública na execução orçamentária, financeira e patrimonial, junto as diversas secretarias do município de itapiúna-ce.	R\$ 478.600,00
30-03-2017	03.09.02/2017	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de assessoria administrativa especializada na orientação e acompanhamento do controle interno, para atender as necessidades das diversas secretarias do município de itapiúna-ce	R\$ 99.000,00
01-08-2017	07.11.01/2017TP	Contratação de serviços especializados em assessoria técnica administrativa financeira na orientação e planejamento do setor financeiro junto a secretaria municipal de educação do município de itapiúna-ce.	R\$ 16.500,00
07-08-2017	07.19.01/2017TP	Contratação de serviço especializado em assessoria e consultoria técnica previdenciária, junto ao fundo municipal de previdência do município de itapiúna-ce.	R\$ 22.500,00

11-08-2017	07.24.01/2017TP	Contratação de empresa especializada em elaboração de ppa – plano plurianual para o período de 2018 a 2021, de interesse da secretaria de finanças do município de itapiúna-Ceará	R\$ 25.000,00
26-02-2018	02.07.01/2018	Contratação de serviços especializados em assessoria técnica administrativa e financeira junto às diversas secretarias do município de itapiúna-ce	R\$ 140.000,00
06-03-2018	02.08.01/2018	Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria em elaboração de projetos para captação de recursos, acompanhamento das prestações de contas dos recursos oriundos de órgãos das esferas estadual e federal, para atender as necessidades da secretaria do trabalho e assistência social do município de itapiúna/ce.	R\$ 25.000,00
07-03-2018	02.09.01/2018	Contratação de serviços especializados consultoria operacional para formular, implantar e executar procedimentos técnicos de auditoria, qualificação e reaver créditos oriundos do programa de formação do patrimônio do servidor público junto ao município de itapiúna-ce.	R\$ 260.000,00
08-03-2018	01.24.01/2018	Contratação de serviços assessoria e consultoria tributária com execução indireta, para a cobrança e a recuperação do imposto sobre serviços de qualquer natureza (issqn), junto a procuradoria do município de itapiúna-ce.	R\$ 100.000,00
13-06-2018	05.02.01/2018	Contratação de serviços especializados em assessoria e consultoria técnica acerca da utilização dos recursos inerentes aos programas das secretarias municipais do trabalho e assistência social e secretaria de saúde do município de itapiúna-ce.	R\$ 90.000,00
06-11-2018	08.28.01/2018	Contratação de serviço especializado em assessoria e consultoria técnica previdenciária, junto ao regime próprio de previdência social - rpps do município de itapiúna-ce.	R\$ 30.000,00
19-07-2019	06.26.01/2019	Contratação de serviços de assessoria administrativa em recursos humanos para atender as necessidades das secretarias de administração e finanças	R\$ 35.000,00
29-07-2019	06.26.02/2019	Contratação de serviço especializado na divulgação de matérias do interesse do município de itapiúna - ce,	R\$ 80.430,00
23-08-2019	08.07.02/2019	Contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica tributária, planejamento e consultoria dos valores pagos a título de contribuição previdenciária ao INSS, que tenha sido declaradas ilegais e/ou inconstitucionais pelos tribunais superiores que atendam aos requisitos para recuperação ou composição de crédito administrativo, com a devida homologação da autoridade competente.	R\$ 80.600,40

16-09-2019	08.27.01/2019	Contratação de serviços de assessoria e consultoria para a restituição de valores pagos indevidamente a título de ICMS e anulação de débito cobrado indevidamente pela Enel distribuição em favor da prefeitura municipal de itapiúna-ce.	R\$ 138.170,42
15-10-2019	10.01.01/2019	Registro de preços visando a futura e eventual contratação de pessoa jurídica, admitindo o formato de cooperativa, especializada em serviços complementares operacionais e burocráticos para o atendimento das necessidades das unidades administrativas do município de itapiúna – ce	R\$ 575.864,00
29-11-2019	10.29.01/2019	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em assessoria e consultoria na área de licitações e contratos públicos junto a diversas secretarias do município de itapiúna-ce	R\$ 237.120,00
21-02-2020	01.16.01/2020	Contratação de empresa especializada em serviços que visam fortalecer o programa de proteção social básica (scfv e paif), o monitoramento que vise organizar e melhorar as ações e busca ativa e acompanhamento das famílias do primeira infância no suas (criança feliz), bem como a necessidade da contratação de serviços que visam fortalecer as atividades e ações de acompanhamento da gestão do programa bolsa família e cadastro único e a gestão da secretaria do trabalho e assistência social do município de itapiúna - ce	R\$ 539.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 3.672.684,42</b>

<b>9 - MULUNGU</b>			
<b>DATA DE ABERTURA</b>	<b>Nº DO PROCESSO ADMINIST</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VALOR</b>
14-02-2017	2701.03/2017	Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria técnica no acompanhamento da execução das atividades dos conselhos de controle social, junto a diversas secretarias do município de mulungu/ce, conforme especificações do edital.	R\$ 82.500,00
23-02-2017	0102.01/2017	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicações oficiais, em diários oficiais, destinados as diversas secretarias do município de mulungu/ce.	R\$ 251.220,00
02-03-2017	001/2017	Contratação de prestação de serviço de assessoria e consultoria em contabilidade pública e gestão fiscal, junto a diversas secretarias do município de mulungu - ce	R\$ 185.000,00
06-03-2017	002/2017	Licitação do tipo menor preço global para contratação de serviço especializado em assessoria e consultoria na área de licitações e contratos públicos para atender a diversas secretarias do município de mulungu-ce, conforme especificações em anexos do edital.	R\$ 110.000,00

08-03-2017	003/2017	Contratação de empresa para prestação de serviços em assessoria e consultoria jurídica, junto a diversas secretarias do município de mulungu - ce, conforme especificações em anexo do edital.	R\$ 132.000,00
16-03-2017	004/2017	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de consultoria com arrendamento de programa de informática para execução de controle interno, com disponibilização de sistemas via web, junto a diversas secretarias do município de mulungu - ce, conforme especificações em anexo do edital.	R\$ 80.000,00
19-03-2017	001/2018-TP	Prestação de serviços em assessoria e consultoria ao gestor de contrato para assisti e subsidia de informações pertinentes a essa atribuição, conforme art. 67º da lei federal 8.666/93	R\$ 26.000,00
19-03-2017	002/2018-TP	Prestação de serviços administrativo em assessoria e consultoria ao setor do recurso humano e consultoria ao controle interno do poder legislativo municipal de mulungu	R\$ 57.000,00
20-03-2017	0103.02/2017	Contratação de assessoria técnica na área de gestão com instrumentos de planejamentos, sistemas de informação em saúde, controle, avaliação, regulação e auditoria, junto a secretaria de saúde do município de mulungu/ce.	R\$ 29.520,00
23-03-2017	006/2017	Prestação de serviços de assessoria jurídica, junto a secretaria do trabalho e desenvolvimento social do município de mulungu - ce, conforme especificações em anexo do edital	R\$ 36.900,00
11-04-2017	2203.01/2017	Contratação de empresa especializada para licenças de sistemas administrativos junto as diversas secretarias do município de mulungu - ce, conforme especificações em anexo do edital	R\$ 100.080,00
17-04-2017	009/2017	Prestação de serviços de consultoria e assessoria de convênios, federais e estaduais, incluindo a elaboração de propostas, consultas prévias, planos de trabalho, acompanhamento nas prestações de contas, conforme determinação normativa e legais de cada instituição, junto as secretarias de administração, saúde e infraestrutura do município de mulungu-ce	R\$ 72.000,00
12-05-2017	1904.01/2017	Prestação de serviços de assessoria técnica especializada na elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos, projetos programas e serviços no âmbito do sistema único de assistência social – suas junto a secretaria municipal do trabalho e desenvolvimento social do município de mulungu-ce	R\$ 19.200,00
14-06-2017	1905.04/2017	Serviços de assessoria em desenvolvimento econômico da agropecuária do município para fomento das atividades de cadastros dos programas governamentais, tais como: garantia safra, hora de plantar, febre aftosa, como também no monitoramento da produção agropecuária, junto a secretaria de desenvolvimento agropecuário de mulungu-ce	R\$ 17.850,00
27-06-2017	014/2017	Serviços de consultoria para atuar junto aos órgãos municipais na elaboração do plano plurianual participativo – ppa 2018-2021, com disponibilização de ferramenta eletrônica de consulta popular via web, realização de 01 (uma) audiência pública na sede do município e 03(três) oficinas participativas em distritos e comunidades, quantificação econômica, planilhamento e edição de textos do projeto de lei, junto a sec. De administração e finanças	R\$ 250.000,00
03-10-2017	017/2017	Contratação de empresa especializada para realização de serviços de organização, planejamento, e realização de processo seletivo simplificado junto a secretaria de administração e finanças e concurso público, junto a secretaria de infraestrutura, conforme especificações em anexo do edital	R\$ 97.950,00
25-01-2018	005/2018	Contratação de empresa para prestar serviços especializados em assessoria e consultoria administrativa na área de licitações e contratos públicos, junto as diversas secretarias do município de mulungu-ce, conforme especificações em anexo do edital	R\$ 99.550,00

15-02-2018	006/2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria técnica no acompanhamento da execução das atividades dos conselhos de controle social e ações de participação popular, destinados as diversas secretarias do município de mulungu – ce.	R\$ 94.875,00
07-02-2019	001/2019 TP	Prestação de serviços de consultoria e assessoria de convênios, federais e estaduais, incluindo a elaboração de propostas, consultas prévias, planos de trabalho, acompanhamento nas prestações de contas, conforme determinações normativas e legais de cada instituição, junto as secretarias de administração, educação e infraestrutura do município de mulungu-ce.	R\$ 93.500,00
08-02-2019	07010001/19	Prestação de serviço de consultoria ao controle interno para atender as necessidades do poder legislativo municipal de mulungu	R\$ 27.500,00
28-02-2019	002/2019 TP	Contratação de empresa para divulgação de notícias de interesse da administração municipal de mulungu, em emissora de rádio local e fm de alcance no maciço de Baturité; publicação de informações em blog, para atender as necessidades das diversas secretarias do município de mulungu-ce.	R\$ 81.000,00
16-12-2019	18110001/19	Contratação de serviço de assessoria jurídica, com ênfase em processo legislativo e assessoria parlamentar junto a câmara municipal de mulungu	R\$ 73.320,00
03-01-2020	18110001/19	Prestação de serviços técnicos profissionais em contabilidade pública junto ao poder legislativo municipal de mulungu	R\$ 100.000,00
21-01-2020	1601.02/2020	Prestação de serviços de assessoria no monitoramentos de indicadores com capacitação para implementação de intervenções, juntos a secretaria de educação do município de mulungu-ce.	R\$ 15.950,00
16-09-2020	001/2020	Prestação de serviços a administração pública relativos a compensação e desoneração da folha de pagamento, junto a receita federal, INSS e contabilidade tributária, bem como recursos administrativo e judiciais. Relacionados a estes temas nas esferas estaduais, federais e municipais, com remuneração de 20% (vinte por cento) no período que viger a avença do município.	R\$ 720.000,00
16-12-2020	18110003/19	Prestação de serviço de assessoria e consultoria ao gestor de contratos para assisti e subsidiar de informações pertinentes a essa atribuição conforme art. 67 da lei federal 8.666/93 para atender as necessidades da câmara municipal de mulungu.	R\$ 33.600,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 3.000.015,00</b>



<b>9- OCARA</b>			
<b>DATA DE ABERTURA</b>	<b>Nº DO PROCESSO ADMINIST</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VALOR</b>
02-02-2017	001/17-TP	Prestação de serviço com assessoria e consultoria contábil, junto municipal de ocará	R\$ 66.000,00
03-02-2017	TP 1701.01/2017	Contratação de prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica de apoio administrativo junto a prefeitura municipal de ocará, conforme especificações constantes do anexo i, parte integrante desde processo.	R\$ 110.000,00
08-02-2017	TP 2001.01/2017	Contratação da prestação de serviços de jurídicos especializados juntos as unidades administrativas e levantamento, identificação e recuperação de créditos tributários, repasses e outros valores, com revisão administrativas e/ou judicial junto ao município de ocará - ce, conforme especificações constantes do anexo i, parte integrante deste processo.	R\$ 110.000,00
20-02-2017	003/17-TP	Prestação de serviços com assessoria e consultoria em recursos humanos e consultoria ao controle interno, junto ao poder legislativo municipal de ocará.	R\$ 55.000,00
20-02-2017	002/17-TP	Prestação de serviços com acompanhamento, orientação e organização nos processos de aquisição e serviços, junto ao poder legislativo municipal de ocará.	R\$ 27.500,00
23-02-2017	CP 2301.01/2017	Contratação em empresa especializada para executar serviços de assessoria em contabilidade pública, planejamento e justificativas técnico – contábeis para atender a lrf, tcme demais órgãos da administração pública, e serviços eventuais de elaboração de prestação de contas e justificativas técnicas contábeis por período de gestão, por parte da secretaria de finanças e arrecadação, educação e saúde	R\$ 385.000,00
16-03-2017	PPRP 002/2017	Registro de preço para futuras e eventuais para contratação da prestação de serviços de publicações de matérias legais nos diários oficiais do estado e da união junto as unidades administrativas do município de Ocará-ce	R\$ 332.900,00
20-03-2017	PP 004/2017	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de assessoria de controle interno junto as unidades administrativas do município de Ocará-ce	R\$ 150.000,00

20-03-2017	20-03-2017	Contratação de empresa para prestação de serviços de uso de sistemas, informatizados de licitação, contabilidade, folha de pagamento, portal servidor, tributos, nota fiscal eletrônica, sistema de atendimento a informação (e-sic e ouvidoria) junto a secretaria de administração e planejamento de ocara do município de ocara	R\$ 64.500,00
20-03-2017	PP Nº 005/2017	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de locação de sistema de controle interno junto as unidades administrativas do município de Ocara-ce	R\$ 100.000,00
24-03-2017	PP Nº 009/2017	Contratação de assessoria técnica destinado a atender as necessidades da secretaria do trabalho e desenvolvimento social do município de Ocara-ce.	R\$ 98.500,00
07-04-2017	PP 012/2017	Contratação de serviços profissionais especializados no apoio e acompanhamentos das rotinas do sistemas de controle interno da secretaria de finanças e análise prévia dos processos de despesas das diversas unidades administrativas enviados a mesma, para posterior pagamentos visando o atendimento das disposições da lei federal nº 4.320/64, quanto as fases de formalização processual, e normal e procedimentos estabelecidos nas instruções normativas do tcm – ce.	R\$ 81.000,00
10-04-2017	PP02/2017-IPMO	Contratação de prestação de serviços técnicos especializados rotineiros de contabilidade de interesse do instituto de previdência dos servidores públicos do município de ocara- ce.	R\$ 27.000,00
25-04-2017	PP019/2017	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços consultoria e assessoria e planejamento, monitoramento e controle financeiros conforme as necessidades das unidades administrativas do município de ocara /ce.	R\$ 54.000,00
05-05-2017	PP004-2017IPMO	Contratação de pessoas jurídica especializados para prestação de serviços de assessoria e consultoria em investimento, na forma da resolução nº 3.922/2010 do banco central do brasil- bacen e suas alterações da portaria mps 519/2012 do ministérios da previdência social – mps e suas alterações além de fornecimento online para controle e monitoramento dos investidores destinado ao instituto de previdência dos servidores públicos do município de ocara.	R\$ 19.200,00
05-06-2017	1702.01/2017IPM	Contratação de prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica previdenciária em especial para possibilitar o equilíbrio financeiro e atuarial, observando o contido nas portarias 402/2008 e 403/2008 do ministério da previdência social e demais alterações	R\$ 24.500,00

20-06-2017	TP 0206.01/2017	Contratação de empresa especializada para realização de serviços de diagnóstico de gestão na administração direta e indireta da prefeitura de ocará, oriundo de realização de auditoria, conforme especificações constantes do anexo	R\$ 42.000,00
05-07-2017	1406.01/2017	Contratação de empresa especializada para divulgação de notícias de interesse institucional da administração municipal de ocará ce	R\$ 36.000,00
03-10-2017	006/17-TP-CMO	Contratação de empresa prestadora de serviços relativos a - lote i: serviços de assessoria em recursos humanos; lote ii: serviços de assessoria em controle interno e lote iii: serviços de acompanhamento, orientação e organização nos processos de aquisição e serviços, junto ao poder legislativo municipal de ocará, conforme especificações constantes do anexo i do edital.	R\$ 26.010,00
03-10-2017	005/17-TP-CMO	Contratação de empresa prestadora de serviços técnicos especializados em assessoria e consultoria na área de “contabilidade pública”, junto a câmara municipal de ocará.	R\$ 19.770,00
31-10-2017	TP 1010.01/2017	Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria de comunicação com enfoque na integração das unidades administrativas do município de Ocará-ce, conforme especificações constantes do anexo i, parte integrante deste processo.	R\$ 75.000,00
05-02-2018	001/18-TP-DIV	Prestação de serviços de consultoria técnica em controle interno com fornecimento e manutenção de sistema de controle junto às diversas secretarias do município de Ocará-ce.	R\$ 198.000,00
09-02-2018	0501.01/2018 TP	Prestação de serviços com consultoria e assessoria técnica administrativa junto a comissão de licitação, pregoeiro e equipe de apoio, setor de cadastro e de contratos, constante dentre outras orientações práticas tanto na fase interna quanto externa dos procedimentos licitatórios, junto as diversas secretarias do município de Ocará-ce, conforme especificações constantes do projeto em anexo, parte integrante deste processo.	R\$ 110.440,00
02-04-2018	002/18-TP-DIV	Prestação de serviços de assessoria e consultoria em contabilidade destinados a atender as necessidades das unidades executoras das escolas do ensino básico municipal, assessoria e consultoria ao setor pessoal, elaboração da lei orçamentária anual e lei de diretrizes orçamentárias, junto ao município de ocará/ce	R\$ 75.000,00
02-05-2018	002/18-TP-ADM	Prestação de serviços especializados na organização, controle do almoxarifado e gestão de documentos, junto a secretaria de administração e planejamento do município de Ocará-ce.	R\$ 1.444.000,00

05-09-2018	001/18-TP-SFA	Prestação de serviços com capacitação dos servidores, atualização do código tributário e cadastro técnico, junto a secretaria de finanças e arrecadação do município de ocara/ce.	R\$ 286.800,00
14-09-2018	003/18-TP-ADM	Prestação de serviços em assessoria e consultoria ao fiscal de contrato para assisti e subsidia de informações pertinentes a essa atribuição, conforme art. 67º da lei federal 8.666/93, junto a secretaria de administração e planejamento do município de ocara/ce.	R\$ 28.000,00
11-01-2019	001/19-TP-DIV	Prestação de serviços técnicos administrativos em assessoria e consultoria em compras, licitações e contratos, junto as diversas secretarias do município de Ocara-ce.	R\$ 180.000,00
30-01-2019	07001003/19	Prestação de serviços com assessoria e consultoria em recursos humanos e consultoria ao controle interno, junto ao poder legislativo municipal de ocara/ce.	R\$ 88.880,00
14-02-2019	07001001/19	Prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica administrativa à comissão de licitação, pregoeiro e equipe de apoio, setor de cadastro, compras e contratos, junto ao poder legislativo de ocara/ce.	R\$ 42.000,00
14-02-2019	07001002/19	Prestação de serviços de consultoria e assessoria contábil, junto ao poder legislativo de ocara/ce.	R\$ 86.400,00
15-02-2019	001/19-TP-FMS	Contratação de serviços em assessoria e consultoria de apoio à gestão de saúde pública, planejamento e acompanhamento dos sistemas vinculados ao processo de gestão da assistência à saúde básica do município de ocara/ce.	R\$ 55.000,00
21-02-2019	001/19-TP-STDS	Contratação de serviços de consultoria, planejamento e monitoramento das ações do programa crianças feliz do sistema único de assistência social, através da secretaria do trabalho e desenvolvimento social - stds, do município de Ocara-ce.	R\$ 50.600,00
03-06-2019	00205002/19	Prestação de serviços de assessoria e consultoria na elaboração da lei orçamentaria anual 2020, junto a secretaria de administração do município de ocara.	R\$ 27.890,00
28-11-2019	00209001/19	Contratação de serviços em assessoria em gestão de regime próprio de previdência de interesse do instituto de previdência dos servidores públicos do município de ocara-ipmo.	R\$ 60.000,00
22-04-2020	01001001/20	Prestação de serviços técnicos administrativos, junto a secretaria de administração e planejamento do município de Ocara-ce.	R\$ 50.000,00

<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 4.755.610,00</b>
--------------	-----------------------------

<b>PACOTI</b>			
<b>DATA DE ABERTURA</b>	<b>Nº DO PROCESSO ADMINIST</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VALOR</b>
02-03-2017	2017.02.13.01	Contratação de serviços técnicos de consultoria em contabilidade pública, justificativas técnicos-contábeis junto a órgãos fiscalizadores e assessoria diária e local de interesse das unidades gestoras da prefeitura municipal de pacoti/ce	R\$ 330.960,00
02-03-2017	2017.02.09.01	Contratação de empresa para prestar serviços especializados de auditoria, assessoria e consultoria jurídico administrativa, na área de licitações e contratos administrativos, de interesse das secretarias municipais de pacoti/ce, conforme projeto básico/termo de referência em anexo ao edital.	R\$ 126.000,00
15-03-2017	2017.02.21.1-TP	Contratação de empresa especializada para realização de serviços de diagnóstico de gestão, de interesse das diversas secretarias do município de pacoti/ce, conforme especificações contidas no projeto básico/ termo de referência	R\$ 64.000,00
10-04-2017	2017.03.20-0001	Prestação de serviços técnicos especializados junto ao setor de recursos humanos, para elaboração da folha de pagamento e informações previdenciárias (gfip, raiz e dirf) de interesse da câmara municipal de pacoti/ce, conforme especificações em anexo do edital	R\$ 15.000,00
11-04-2017	2017.03.21-0001	Prestação de serviços especializados de apoio e orientação técnica para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de controle interno, junto ao legislativo deste município, conforme especificações em anexo do edital	R\$ 25.000,00
20-04-2017	2017.04.04.2-PP	Contratação de empresa especializada em serviços de licença de uso de sistema informatizado de contabilidade, licitação, patrimônio, tributária, almoxarifado e sistema informatizado em atendimento à informação destinado as secretarias da prefeitura municipal de pacoti/ce.	R\$ 174.393,00
25-04-2017	2017.04.05.2-TP	Contratação de empresa para a prestação de serviços especializados de consultoria técnica na área de captação, gestão de recursos e prestação de contas junto aos governos federal e estadual e instituições financeiras e de profissionais de monitoramento e gerenciamento de convênios e contratos de repasse, termos de parceria, cooperação e afins, acompanhamento e instalação de sala de convênios através de programa próprio de computador junto a prefeitura municipal, com o objetivo de promover a melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos oferecidos à população pelas secretarias municipais	R\$ 126.000,00
13-11-2017	2017.10.24.1-TP	Contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica e defesa técnica jurídica das prestações de contas de governo, gestão, tomada de contas especiais dos órgãos municipais, no que se refere aos processos dos tribunais de contas – tce, tcu, cgu e demais órgãos de controle externo, de interesse das unidades gestoras do município de pacoti/ce, conforme especificações no termo de referência	R\$ 180.000,00

08-12-2017	2017.11.20.1-TP	Contratação de empresa especializada para realização de serviços de diagnóstico de gestão do exercício de 2015, de interesse das secretarias que compõem a administração direta da prefeitura municipal de pacoti/ce, conforme especificações no termo de referência	R\$ 58.000,00
09-01-2018	2017.12.21.1-PP	Contratação de empresa para prestação dos serviços de assessoria e consultoria na gestão tributaria administrativa (natureza não jurídica), com vistas a incrementar a receita tributária própria do município de pacoti/ce, conforme especificações contidas no projeto básico/termo de referência	R\$ 42.000,00
16-02-2018	2018.01.25-0001	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria contábil e gestão fiscal para atuar junto a câmara municipal de pacoti/ce, conforme especificações em anexo do edital.	R\$ 66.000,00
23-02-2018	2018.02.02-0001	Contratação de empresa para prestação de serviço especializado junto ao setor de recursos humanos, para elaboração da folha de pagamento e informações previdenciárias (gfip, raiz e dirf) junto a câmara municipal de pacoti/ce	R\$ 20.900,00
26-02-2018	2018.02.05-0001	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na assessoria de controle interno, com a finalidade de atender a câmara municipal de pacoti/ce.	R\$ 31.900,00
28-05-2018	2018.05.04.1-TP	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria em investimentos, na forma da resolução n° 3.922/2010 do cmn-conselho monetário nacional, e suas alterações; da portaria mps n° 519/2011 do ministério da previdência social-mps, e suas alterações, além do fornecimento de sistema online para controle e monitoramento dos investimentos, junto ao instituto de previdência do município de pacoti/ce, conforme especificações no projeto básico/ termo de referência	R\$ 20.400,00
03-10-2018	2018.09.11.1-TP	Contratação de serviços de assessoria e consultoria especializada na recuperação de possíveis créditos, em detrimento de pagamentos a maior, com a concessionária de energia elétrica no âmbito administrativo e judicial junto a prefeitura municipal de pacoti/ce, tudo conforme projeto básico/termo de referência	R\$ 544.543,80
10-10-2018	2018.09.26.1-PP	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultoria previdenciária e tecnológica, incluindo licença de uso de software previdenciário e módulo de atendimento aos processos, com plataforma de banco de dados, postgresql, java, via web, em atendimento ao disposto nas portarias n° 916/2003 e 509/2013 do ministério da previdência, de interesse do instituto de previdência do município de pacoti/ce, conforme especificações contidas no projeto básico/termo de referência.	R\$ 52.800,00
21-12-2018	2018.12.19.1-TP	Contratação de empresa para elaboração do plano de desenvolvimento territorial do turismo do município de pacoti, tudo conforme especificações contidas no projeto básico/termo de referência e projeto de desenvolvimento	R\$ 190.000,00
17-04-2019	2019.04.02.1-PP	Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria administrativa previdenciária na elaboração e transmissão da gfip - guia de recolhimento do fgts e informações sociais de interesse da secretaria de administração, planejamento e finanças do município de pacoti/ce, conforme especificações contidas no projeto básico/termo de referência.	R\$ 10.800,00
07-05-2019	2019.04.15-0001	Prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica parlamentar junto à presidência da câmara, constando inclusive a implantação, a customização, a manutenção, o treinamento e acompanhamento do sistema de apoio ao legislativo da câmara municipal de pacoti/ce, conforme especificações em anexos do edital.	R\$ 53.100,00

02-10-2019	2019.09.13.1-TP	Contratação de serviços especializados consultoria operacional para formular, implantar e executar procedimentos técnicos de auditoria, qualificação e reaver de créditos oriundos do programa de formação do patrimônio do servidor público junto a prefeitura municipal de pacoti/ce, tudo conforme projeto básico/termo de referência	R\$ 80.000,00
10-02-2020	2020.02.10.1-TP	Contratação de empresa para prestação de serviço especializados em assessoria atuarial, junto ao instituto de previdência do município de pacoti/ce, conforme especificações no projeto básico/ termo de referência	R\$ 33.000,00
13-02-2020	2020.01.27.2-TP	Contratação de serviços técnicos profissionais especializados de assessoria e consultoria tributária e financeira, compreendendo a execução de trabalhos visando à recuperação de receitas, tributárias ou não, junto aos contribuintes do ramo da atividade econômica de telefonia (inclusive torres de telefonia, erb's), grandes obras e bancos, junto ao município de pacoti, conforme projeto básico em anexo	R\$ 152.561,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 2.397.357,80</b>

#### 12 - PALMÁCIA

DATA DE ABERTURA	Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	OBJETO	VALOR
22-02-2017	20170202.002-TP	Contratação de empresa para prestar serviços especializados de auditoria, assessoria e consultoria jurídico administrativa, na área de licitações e contratos administrativos, de interesse das secretarias municipais de Palmácia/ce.	R\$ 126.000,00
22-02-2017	20170202.003-TP	Contratação de empresa especializada para prestar serviços em contabilidade pública, planejamento e justificativa técnicos contábeis, para atender a lrf, tcm e demais órgãos da administração pública, junto as diversas secretarias de Palmácia.	R\$ 286.000,00
16-03-2017	2017.0216004-TP	Contratação de empresa para prestar serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica, de interesse das secretarias municipais de Palmácia/ce, tudo conforme especificações contidas no projeto básico constante dos anexos do edital.	R\$ 132.000,00
29-03-2017	2017.03.03.05-TP	Contratação de assessoria técnica e consultoria, análise de projetos e elaboração de planos de trabalho para captação de recursos em órgãos da união, estado, fundações agências e outras entidades, junto as diversas secretarias do município de Palmácia	R\$ 96.000,00
29-03-2017	2017.03.03.06-TP	Contratação de empresa especializada para executar serviços de assessoria e consultoria na área de controle interno e desenvolvimento de informações gerenciais e essenciais a gestão pública de interesse das diversas secretarias do município de Palmácia/ce	R\$ 146.000,00
30-03-2017	005/2017-PP	Contratação de empresa para prestação de serviços de publicações de matérias legais, de interesse da prefeitura municipal de Palmácia no diário oficial do estado do Ceará e no diário oficial da união	R\$ 135.260,00

10-05-2017	PPRP - 013/2017	Registro de preços para serviço de assessoria visando a ordenação, inspeção, classificação, revisão e digitalização dos arquivos e demais documentos de gestão, intermediários e permanentes, de interesse das diversas secretarias de do município de Palmácia-ce	R\$ 111.000,00
29-06-2017	2017.06.06.08 TP	Contratação de prestação de serviços de assessoria e consultoria técnico-previdenciária, junto à gestão do regime próprio de previdência do município de Palmácia, rpps de Palmácia para possibilitar o equilíbrio financeiro e atuarial, observado o contido nas portarias 402/2008 e 403/2008 do ministério da previdência social e suas alterações posteriores. Executar especialmente para atingir o presente objeto a elaboração e/ou acompanhamento dos demonstrativos inerentes à área atuarial e financeira, exigidos pelo ministério, assim como análise de benefícios previdenciários e sua compensação entre	R\$ 60.000,00
14-07-2017	2017.06.28.11 TP	Contratação de prestação de serviços técnicos especializados para a execução e elaboração do projeto de lei do plano plurianual –ppa, válido par o quadriênio 2018-2021 e elaboração do projeto de lei orçamentária anual – loa para o exercício de 2018 do município de Palmácia/Ceará, tudo conforme especificações e condições contidas no termo de referência e demais exigências do edital.	R\$ 42.000,00
02-08-2017	2017.06.27.10 TP	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica; patrocínio administração e judicial junto ao fundo de previdência social do município de Palmácia/Ceará.	R\$ 26.400,00
11-12-2017	PPRP- 046/2017	Registro de preços para eventuais e futuras prestações de serviços de publicidade legal de interesse das unidades gestoras do município de Palmácia/ce	R\$ 445.215,00
15-01-2018	2017.12.13.14 TP	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica, de interesse da secretária de educação e secretaria de saúde do município de Palmácia/ce.	R\$ 75.600,00
29-03-2018	2018.03.08.03 TP	Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria na área de controle interno e desenvolvimento de informações gerenciais e essenciais a gestão pública de interesse das diversas secretarias do município de Palmácia/ce, tudo conforme especificações e condições contidas no projeto básico/termo de referência e demais exigências do edital.	R\$ 156.000,00
29-03-2018	2018.03.08.02 TP	Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria, elaboração e análise de projetos e planos de trabalhos, visando a captação de recursos, convênios e programas de órgãos estaduais e federais, fundações, agências e outras entidades, junto as diversas secretarias do município de Palmácia/ce, tudo conforme especificações e condições contidas no projeto básico/termo de referência e demais exigências do edital.	R\$ 96.000,00
25-05-2018	PP-13/2018	Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria em investimentos na forma da resolução cmn nº 3.922/10 e suas alterações posteriores e portaria mps nº 519/2011 de interesse do fundo municipal de previdência social do município de Palmácia/ce, tudo conforme especificações contidas no projeto básico/termo de referência anexo do edital.	R\$ 15.600,00
13-07-2018	PP-15/2018	Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria em gestão na saúde pública, junto ao fundo municipal de saúde do município de Palmácia/ce, tudo conforme especificações contidas no projeto básico/termo de referência anexo do edital.	R\$ 40.260,00



20-08-2018	PPRP - 18/2018	Seleção de empresa para o registro de preços de taxa por transação (transaction fee) visando a eventuais e futuras contratações de serviços de reserva, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas no âmbito nacional e serviços de reservas de hotéis, todos no âmbito nacional, para atender as necessidades das diversas secretarias do município de Palmácia/ce, tudo conforme especificações e condições contidas no projeto básico/termo de referência e edital.	R\$ 150.000,00
29-08-2018	2018.08.08.05 TP	Contratação de prestação de serviços técnicos especializados para a execução e elaboração do projeto de lei orçamentária anual – loa para o exercício de 2019 do município de Palmácia/ce, tudo conforme especificações e condições contidas no projeto básico/termo de referência e demais exigências do edital.	R\$ 20.000,00
30-01-2019	PP-01/2019	Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria, junto ao fundo municipal de previdência social e secretaria de administração do município de Palmácia/ce, na elaboração, análise e envio das informações sociais como raiz, sefip/gfip, dirf e demais informações referente a receita federal e instituto nacional de seguridade social, tudo conforme especificações contidas no projeto básico/termo de referência anexo do edital.	R\$ 23.280,00
06-02-2019	001/2019 TP	Prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica junto a câmara municipal de Palmácia- ce, conforme especificações no edital.	R\$ 52.800,00
04-04-2019	002/2019	Contratação de empresa para prestar serviço de assessoria e consultoria na área de contabilidade pública, junto a câmara municipal de Palmácia - ce.	R\$ 72.000,00
15-04-2019	004/2019	Prestação de serviço de assessoria e consultoria administrativa junto ao departamento de recursos humanos da câmara municipal de Palmácia, compreendendo a elaboração da folha mensal de acordo com as normas legais, a geração dos arquivos eletrônicos do sim – sistema de informação municipal para o tce-ce de acordo as exigências do manual disponibilizado pelo tce-ce, e ainda atividades de planejamento e gestão da área de recursos humanos, compreendendo atividades de padronização de atos administrativos, afim de permitir um sistema perfeito de controle de pessoal.	R\$ 41.200,00
15-04-2019	003/2019	Serviços administrativos com orientações e consultoria junto a controladoria da câmara municipal de Palmácia, bem como as unidades executoras do sistema de controle interno, junto a câmara municipal de Palmácia – ce, conforme especificações no edital e anexos	R\$ 37.800,00
03-09-2019	005/2019	Prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria administrativa junto a câmara municipal de Palmácia/ ce	R\$ 36.000,00
17-12-2019	PPRP- 24/2019	Registro de preços para eventuais e futuras prestações de serviços de publicidade legal de interesse das unidades gestoras do município de Palmácia/ce	R\$ 487.575,00
31-03-2020	2020.03.09.01 TP	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica de interesse da secretaria de saúde do município de Palmácia/ce.	R\$ 42.000,00
15-06-2020	PP- 08/2020	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria na análise e execução da compensação previdenciária com o rgps/INSS com a finalidade de suprir as necessidades do fundo municipal de previdência social do município de Palmácia/ce, tudo conforme especificações contidas no termo de referência em anexo e edital.	R\$ 16.000,00

22-09-2020	PP-11/2020	Contratação de instituição financeira para execução de serviços bancários, abrangendo em caráter de exclusividade os serviços de pagamento da folha salarial, e pagamento de fornecedores, e em caráter de não exclusividade a concessão de crédito consignado em folha de pagamento dos servidores públicos, ativos, inativos, pensionistas, aposentados e outros de responsabilidade do fundo municipal de previdência social e do governo municipal de Palmácia/ce, tudo conforme especificações contidas no projeto básico/termo de referência anexo do edital.	R\$ 97.795,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 3.065.785,00</b>

<b>13 - REDENÇÃO</b>			
<b>DATA DE ABERTURA</b>	<b>Nº DO PROCESSO ADMINIST</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VALOR</b>
25-01-2017	7170104002	Contratação emergencial do serviço técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil, junto a diversas secretarias do município de redenção, para o período de 2 meses.	R\$ 111.000,00
13-03-2017	00.001/2017-T	Contratação de empresa para prestar serviços especializados de assessoria e consultoria, na área de licitações e contratos administrativos, para atuar junto a comissão de licitação e unidades gestoras no município de redenção ceara.	R\$ 180.000,00
24-04-2017	04.17.01.04.001	Contratação dos serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil, junto a diversas secretarias e ao instituto de previdência dos servidores (redenção-prev) do município de redenção	R\$ 576.000,00
25-04-2017	04.17.01.10.001	Contratação de empresa de publicidade legal para prestação de serviços de publicações de matérias legais de interesse de diversas secretarias do município de redenção-ce, diário oficial do estado (doe) e diário oficial da união (dou)	R\$ 126.840,00
13-06-2017	08.17.03.08.001	Contratação de serviços de assessoria e consultoria administrativa na elaboração de consultas previa proposta e/ou plano de trabalho junto aos órgãos estadual e federal (cauc, cadin, siaf e siapi) em diversas secretarias do município de redenção/ce.	R\$ 120.000,00
17-08-2017	04.17.03.27.001	Contratação de serviços de processamento de dados para a secretaria de administração e instituto de previdência dos servidores do município de redenção/ce.	R\$ 64.560,00
17-08-2017	13.17.03.06.002	Contratação dos serviços de assessoria e consultoria atuariais, junto ao instituto de previdência dos servidores (redenção - prev) do município de redenção/ce.	R\$ 36.000,00
21-12-2017	05.17.06.05.002	Contratação de empresa para serviços de assessoria de organização financeira e administrativa do sistema municipal de ensino assim como consultoria pedagógica para construção do planejamento estratégico visando o cumprimento das metas pactuadas no plano de educação básica do município de redenção/ce	R\$ 186.000,00
08-01-2018	04.17.08.01.001	Contratação de empresa técnica especializada de assessoria e consultoria para realização de laudo para diagnóstico e recuperação de créditos referentes às diferenças no faturamento e recolhimento de impostos das	R\$ 828.794,80

		contas de energia, assim como verificação, análise e parecer de contas de consumo de energia, elaboração de projetos de eficiência dos prédios públicos e iluminação pública do município de redenção/ce.	
08-01-2018	05.17.06.05.002	Contratação de empresa para serviços de assessoria de organização financeira e administrativa do sistema municipal de ensino assim como consultoria pedagógica para construção do planejamento estratégico visando o cumprimento das metas pactuadas no plano de educação básica do município de redenção/ce	R\$ 186.000,00
23-01-2018	00.17.11.21.001	Registro de preço para contratação de empresa de publicidade legal para prestação de serviços de publicações de matérias legais de interesse das diversas secretarias do município de redenção- ce, diário oficial do estado (doe) e diário oficial da união.	R\$ 325.020,00
25-01-2018	13.17.08.18.001	Contratação de serviços para elaboração dos demonstrativos previdenciários e repasses dipr junto ao ministério da previdência, consultoria e acompanhamento de utilização de recursos previdenciários para atender as necessidades do instituto de previdência dos servidores municipais de redenção - redenção prev do município de redenção/ ce	R\$ 42.000,00
25-01-2018	13.17.08.16.001	Contratação de serviços de assessoria e consultoria em investimentos, na forma da resolução nº 3.922/2010 do cmn – conselho monetário nacional, e suas alterações: da portaria mps nº 519/2011 do ministério da previdência social - mps, e suas alterações, além do fornecimento de sistema online para controle e monitoramento dos investimentos, destinado a atender ao instituto de previdência dos servidores municipais de redenção/ce	R\$ 30.000,00
28-03-2018	06.18.02.001	Contratação de serviços especializados de consultoria e assessoria técnica em gestão na saúde para atender as necessidades da secretaria de saúde do município de redenção/ce.	R\$ 105.600,00
18-05-2018	04.18.03.05.001	Contratação dos serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil, junto a diversas secretarias e ao instituto de previdência dos servidores (redenção-prev) do município de redenção	R\$ 590.000,00
11-01-2019	04120001/18	Contratação de consultoria e assessoria nas áreas orçamentárias, contábil, financeira e patrimonial, visando um amplo gerenciamento das contas públicas do poder legislativo municipal, de acordo com o que determina a legislação vigente.	R\$ 108.000,00
11-01-2019	30110001/18	Prestação de serviços técnicos administrativos em assessoria e consultoria ao setor de compras, contratos e licitações, junto ao poder legislativo municipal de redenção - ce, de acordo com o que determina a legislação vigente.	R\$ 48.000,00
13-03-2019	01020002/19	Prestação de serviços técnicos profissionais com assessoria e consultoria junto ao setor pessoal e consultoria ao controle interno da câmara municipal de redenção - ce	R\$ 90.000,00
26-03-2019	02.18.12.12.001	Registro de preços para futuras e eventuais prestação de serviços de publicações de matérias legais nos diários oficiais do estado do Ceará e da união, para atender às necessidades do governo municipal de redenção-ce, conforme especificações em anexo do edital	R\$ 513.100,00
18-06-2019	07.19.02.07-001	Licitação do tipo menor preço global para contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria administrativa para atender as necessidades da secretaria do trabalho e assistência social do município de redenção-ce.	R\$ 99.960,00

26-08-2019	03.19.07.01	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria, na área de licitações e contratos administrativos, para atuar junto as secretarias de saúde/ educação/ administração e comissão de licitação do município de redenção-ce.	R\$ 110.462,40
30-09-2019	08.19.07.09.001	Contratação de empresa especializada para elaborar estudo técnico sobre possível existência de cobrança excessiva efetuada pela Enel.	R\$ 440.000,00
01-10-2019	10152010	Contratação de empresa especializada para identificar os valores de omissão dos contribuintes do iss – imposto sobre serviços de qualquer natureza nos últimos 5 (cinco) anos e treinar os agentes fiscais do município na constituição e recuperação desses créditos tributários, de acordo com as especificações do anexo i – termo de referência.	R\$ 816.000,00
15-10-2019	13.19.08.09.001	Licitação do tipo menor preço visando contratação de serviço de digitalização e preparação de documentos para atender as necessidades do instituto de previdência dos servidores municipais de redenção – ce, de acordo com a especificação dos serviços – anexo i.	R\$ 60.000,00
18-03-2020	11.19.11.21.001	Licitação do tipo menor preço visando a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na reelaboração e execução de plano diretor do município de redenção, junto a secretaria de agricultura, meio ambiente e desenvolvimento urbano do município de redenção.	R\$ 89.899,64
24-03-2020	03.19.09.26.001	Contratação de empresa para assessoria e consultoria na área de pessoal relativo as folhas de pagamento e na orientação de atos de implantação de rotinas a serem seguidas obedecendo a legislação vigente, desbloqueio de cota do fpm, acompanhamento do cau, acompanhamento de fiscalizações junto a receita federal do brasil, parcelamentos firmados conforme a legislação vigente e viabilização das certidões junto a receita federal do brasil, parcelamentos firmados conforme a legislação vigente e viabilização das certidões junto a receita federal do brasil, caixa econômica federal, pgfn, pge, mps.	R\$ 69.600,00
30-03-2020	12.19.10.31.001	Licitação do tipo menor preço global visando a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria para levantamento, inventário e sistematização no controle de bens patrimoniais, destinados a suprir as diversas secretarias do município de redenção/ce.	R\$ 93.000,00
15-10-2020	02.20.08.10-001	Licitação do tipo registro de preços para futuras e eventuais prestação de serviços de publicações de matérias legais nos diários oficiais do estado do Ceará e da união, para atender às necessidades do governo municipal de redenção-ce, conforme especificações, parte integrante deste processo.	R\$ 468.420,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 6.514.256,00</b>